

# Índice

<b>Apresentação</b>	<b>2</b>		
<b>1. Análise Económica</b>	<b>4</b>		
 <b>1.1</b>			
<b>Economia internacional: vacila mas não cai?</b>	<b>6</b>		
 <b>1.2</b>			
<b>Evolução recente da economia nacional</b>	<b>18</b>		
Produção	19		
Preços	22		
Comércio internacional	26		
Taxas de Câmbio	35		
Finanças públicas	36		
Moeda, crédito e taxas de juro	43		
Desenvolvimento do Sistema bancário	47		
<b>2. Transparência</b>	<b>52</b>		
 <b>2.1</b>			
<b>Organização, governação e actividades do BCTL</b>	<b>54</b>		
Mandatos organização e governação	55		
Principais mandatos e funções	56		
Organização e governação	56		
AS actividades do BCTL em 2013	58		
Arranjos quanto ao uso do dinheiro como meio de Pagamento	58		
Importação e exportação de moeda	61		
Sistema financeiro e serviços bancários	64		
Gestão do Fundo Petrolífero	66		
Reforço institucional	67		
Pessoal e programa de formação	68		
Relações externas	69		
 <b>2.2</b>			
<b>Informações financeiras sobre o exercício terminado em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>72</b>		
Declaração De Conformidade	73		
Balanço	74		
Conta De Exploração	75		
Demonstração Das Alterações De Capital Durante O	76		
Quadro De Cashflow	77		
<b>Notas Às Declarações Financeiras</b>	<b>78</b>		
1. Entidade relatora e base estatutária	78		
2. Base de Preparação	79		
3. Principais políticas contabilísticas	80		
4. Gestão do Risco Financeiro	86		
5. Decisões críticas quanto à aplicação da política contabilística do Banco	94		
6. Segmentação da informação reportada	94		
7. Dinheiro e seus equivalentes	94		
8. Títulos negociáveis	94		
9. Activos e responsabilidades financeiras	95		
10. Instituições Financeiras Internacionais	96		
11. Propriedade, instalações e equipamento	97		
12. Outros Activos	98		
13. Depósitos do Governo	98		
14. Outros depósitos	98		
15. Provisão para a transferência de excedente para o Governo de Timor-Leste	98		
16. Outras responsabilidades	99		
17. Direitos de Saque Especiais	99		
18. Capital e reservas	99		
19. Responsabilidades contingentes	100		
20. Rendimento líquido sob a forma de juros	100		
21. Rendimentos de Taxas e de Comissões cobradas	100		
22. Taxa de gestão do Fundo Petrolífero	100		
23. Despesas com o pessoal	101		
24. Despesas de administração	101		
25. Fundo Petrolífero de Timor-Leste	101		
26. Transacções com partes com relações com a Autoridade	102		
27. Autorização de publicação da Declarações Financeiras	102		
Relatório Dos Auditores Independentes	103		



## Apresentação

Este Relatório anual aborda a actividade do ano financeiro de 2013 do Banco Central de Timor-Leste (BCTL), estando prevista a sua publicação até ao final de Abril do ano reportado. A Lei Orgânica do Banco Central descreve a responsabilidade do Banco Central face o Presidente da Republica, o Parlamento Nacional, o Primeiro Ministro e o Ministro das Finanças quanto à submissão do seu relatório anual.

O relatório do Banco composto por duas grandes partes, a análise da situação económica e a actividade do Banco inclui a informação financeiro.

A economia mundial, principalmente a dos Estados Unidos mas também a da zona Euro, parece estar finalmente a recuperar de um período de crescimento lento depois da crise da dívida desencadeada há alguns anos e que custou a “vida” a alguns dos principais bancos mundiais e uma crise económica em muitos países. Esta situação não se aplica a todos os países, sendo mais verdadeira para as economias avançadas --- que devem crescer 2,2% em 2014 depois dos apenas 1,3% de 2013 --- e menos para algumas das mais importantes economias emergentes --- como o caso da China, que dos 7,7% de taxa de crescimento em 2012 e 2013 deve baixar para os 7,5% em 2014 e os 7,3% em 2015. Os Estados Unidos vão crescer, segundo se espera, a uma taxa de 2,8%, contra os (apenas)

1,9% em 2013. A procura interna parece ser a principal responsável por esta aceleração do crescimento do país. No caso da Europa, mais concretamente da área “Euro”, uma vez passado o pior da crise da dívida que afectou vários países, o crescimento, ainda que lento, parece ter vindo para ficar: 1% em 2014 e 1,4% em 2015. O “motor” da zona continua a ser a Alemanha com os seus 1,6% em 2014 que abrandarão para 1,4% em 2015, “compensados” por um crescimento mais rápido da França neste último ano.

A lenta retoma da actividade económica tem conduzido a alguma pressão sobre os preços, a taxa da inflação, que deverão subir cerca de 1,7% em 2014 e 1,8% em 2015.

Especialmente importante para o nosso país é a evolução esperada dos preços do petróleo bruto. Deste lado as notícias não são boas para nós já que se espera uma diminuição do seu preço: a média dos três principais preços de crude (Western Texas Intermediate, UK Brent e Dubai Fateh) deverá baixar de 104,11 USD/barril em 2013 para 103,84 em 2014 e depois para 98,47 em 2015, numa descida de -0,3% em 2014 e de -5,2% em 2015. Esta queda dos preços associada a uma prevista diminuição da produção de Bayu-Undan irá resultar numa descida das receitas petrolíferas do nosso país.

Uma outra variável económica internacional com especial interesse para Timor-Leste devido aos investimentos do Fundo Petrolífero em títulos do Tesouro dos Estados Unidos é a taxa de juro definida para os Fed Funds. A Taxa de juro ainda mantenha-se a um nível muito baixa cerca de 0.3% em 2014 e preve-se para Janeiro de 2015: 0,34%. Outra variável fundamental na evolução da economia intencional é a das taxas de câmbio bilaterais do dólar americano. O Dólar americano (USD) valorizou-se em relação às principais moedas ao longo de 2013. A valorização foi especialmente importante em relação à rupia da Indonésia, país de onde vem a maior parte das nossas importações correntes.

Registe-se, finalmente, a evolução do preço do arroz, o principal produto alimentar importado por Timor Leste, depois de uma forte queda do preço do arroz no mercado internacional entre 2012 e 2013, as expectativas vão no sentido de essa

diminuição do preço continuar até aos cerca de 430 USD/ton, quase estabilizando a partir de então e até 2018, quando se estima que o preço seja de 420 USD/ton (menos de 13 USD por cada saca de 30 kgs). Em relação a nossa economia nacional, os últimos dados sobre as Contas Nacionais de Timor-Leste publicados pela a Direcção-Geral de Estatística referem-se ao ano de 2011, apontam para uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto não-petrolífero de 12%. Entretanto, preocupado com o rápido crescimento dos preços no país, o Governo terá procurado reduzir a despesa pública, cujo aumento nos anos anteriores foi generalizadamente apontado como o grande responsável pela subida da taxa de inflação.

Por esta e/ou por outras razões a taxa de variação do PIB (não-petrolífero) terá baixado, segundo as estimativas do Governo, para os 8,2% em 2012. O FMI divulgou na base de dados que serviu de base ao seu World Economic Report de Outubro de 2013 uma estimativa de taxa de crescimento de 8,1% para 2013.

A subida significativa dos preços foi, nos últimos anos, talvez a principal preocupação da população de Timor-Leste. Em 2011 e 2012 as taxas homólogas da inflação de Dezembro foram, respectivamente, de 17,4% e 11,7%. As taxas médias anuais foram, por sua vez, de 13,5% e de 11,8%. No final do ano de 2013 a taxa homóloga computada foi de 4% com uma taxa média anual de 11.2%.

Em termos da actividade do BCTL, ele continua promover a estabilidade monetária e financeira através da sua várias actividades. Uma das principais actividades desenvolvidas pelo BCTL durante o período foi o iniciativa de desenvolvimento do sistema financeiro para garantir um serviço financeiro mais adequado no país e um sistema de pagamentos mais seguro e eficaz. Neste sentido, o BCTL lançou o projeto de “financial sector master plan” de Timor-Leste, como uma forma do processo de consulta para obter vistas das partes interessadas, com o objetivo de preparar e desenvolver melhores serviços financeiros para a maioria cidadãos timorenses no país.

Uma ordem do Governador em Operadores de transferência de dinheiro “(money

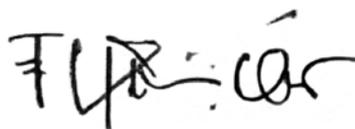
transfer operators)” foi criado para apoiar o monitoramento das actividades de transferência de dinheiro e lavagem de dinheiro relacionado. Enquanto o Conselho de Administração aprovou, no ano o regulamento relativo à emissão de 100 centavos que é destine a substituir a nota USD1 na circulação. O primeiro lançamento de 100 centavos então foi em 13 de setembro, 2013.

Para garantir o Sistema Nacional de Pagamentos que será construída em base sólidas, o Banco começou a trabalhar no desenvolvimento de uma estratégia para o desenvolvimento do Sistema Nacional de Pagamentos de Timor – Leste. O Banco também iniciou o projeto de Automatic Transfer System que irá automatizar completamente as actividades de pagamentos. Este sistema composto por um sub-sistema de Real Time Gross Settlement (RTGS), e um sub-sistema de Automated Clearing House (ACH). Ainda durante o ano, o Banco iniciou um projeto para substituir o actual sistema contabilístico com um novo sistema.

O BCTL continuou a trabalhar com o Ministério das Finanças bem como com o Comité Assessoria para o Investimento do Fundo Petrolífero de forma a manter discussão sobre a estratégia de gestão do Fundo Petrolífero.

O Banco continua implementar a sua política de forte aposta na formação do seu pessoal, afectando a isso recursos financeiros significativos. Isto tem-se reflectido positivamente na qualidade do trabalho desenvolvido na instituição, reconhecidamente uma das que melhor funciona no país.

Finalmente e como vem sendo usual, resta-me, como Governador do BCTL, agradecer a quantos, funcionários do Banco Central ou “apenas” nossos parceiros de actividade ou interlocutores em vários momentos, contribuíram para a consolidação do Banco Central.

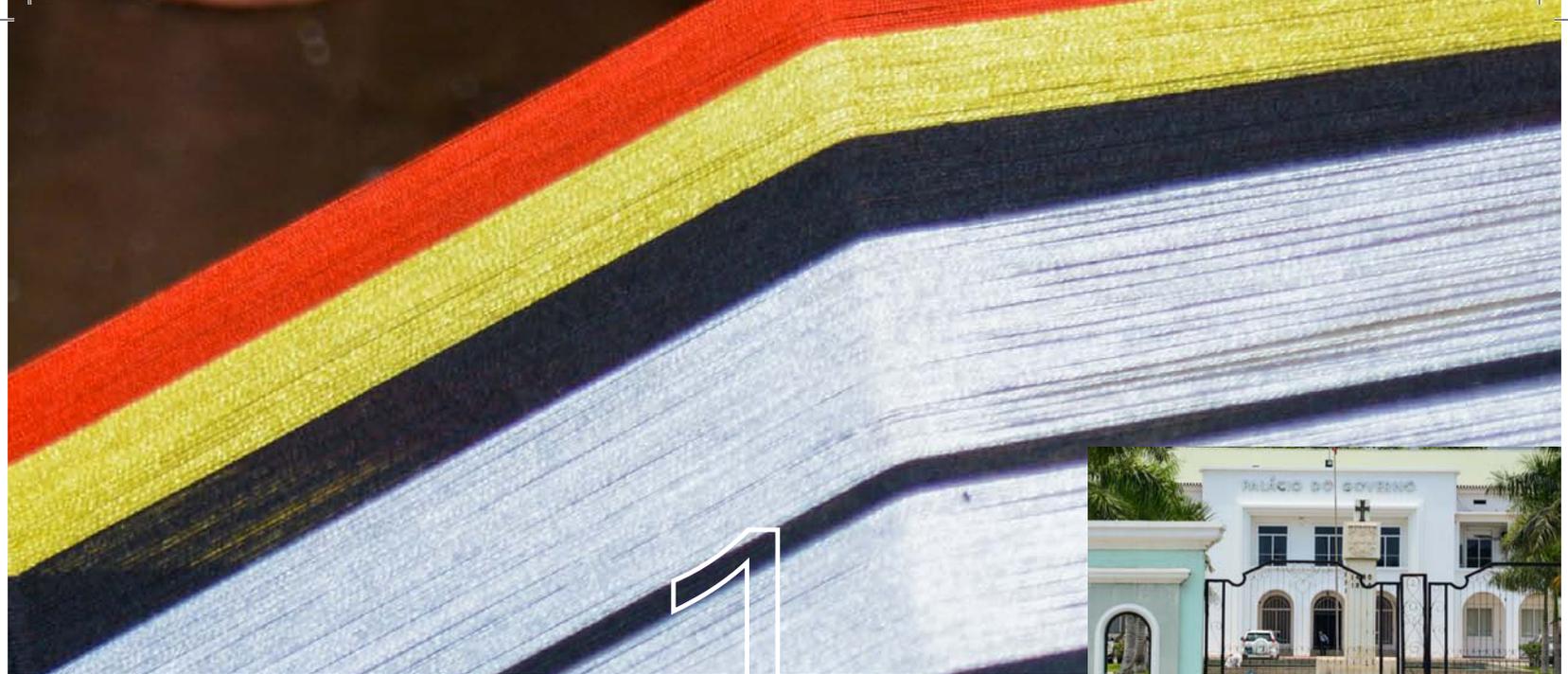


**Abraão de Vasconcelos**

Governador

Dili, 28 de Abril de 2014





1

# Análise Económica







## Economia internacional: soluçando mas andando

O título acima pretende retratar o que tem sido a evolução recente da produção da economia mundial e as perspectivas para o seu futuro imediato, nomeadamente em 2014 e 2015: depois da crise da dívida desencadeada há alguns anos e que custou a “vida” a alguns dos principais bancos mundiais e uma crise económica em muitos países, a economia mundial parece querer “acordar” de um período de crescimento lento. Note-se que esta situação não se aplica a todos os países, sendo mais verdadeira para as economias avançadas --- que devem crescer 2,2% em 2014 depois dos apenas 1,3% de 2013 --- e menos para algumas das mais importantes economias emergentes --- como o caso da China,

**Table 1: Overview of the World Economic Outlook Projections**  
**WEO Update, January 2014** (Percent change unless noted otherwise)

	Year over Year									
					Projections		Difference from Oct 2013 WEO Published		Q4 over Q4 Projections	
	2012	2013	2014	2015	2014	2015	2013	2014	2015	
World Output 1/	3.1	3.0	3.7	3.9	0.1	0.0	3.3	3.6	3.8	
Advanced Economies	1.4	1.3	2.2	2.3	0.2	-0.2	2.0	2.1	2.3	
United States	2.8	1.9	2.8	3.0	0.2	-0.4	2.5	2.8	3.0	
Euro Area	-0.7	-0.4	1.0	1.4	0.1	0.1	0.5	1.2	1.5	
Germany	0.9	0.5	1.6	1.4	0.2	0.1	1.6	1.3	1.4	
France	0.0	0.2	0.9	1.5	0.0	0.0	0.6	1.2	1.6	
Italy	-2.5	-1.8	0.6	1.1	-0.1	0.1	-0.8	1.0	1.2	
Spain	-1.6	-1.2	0.6	0.8	0.4	0.3	-0.2	0.7	0.9	
Japan	1.4	1.7	1.7	1.0	0.4	-0.2	3.1	0.9	0.6	
United Kingdom	0.3	1.7	2.4	2.2	0.6	0.2	2.3	2.7	1.8	
Canada	1.7	1.7	2.2	2.4	0.1	-0.1	2.2	2.3	2.4	
Other Advanced Economies	1.9	2.2	3.0	3.2	-0.1	-0.1	2.7	2.9	3.4	
Emerging Market and Developing Economies 1/	4.9	4.7	5.1	5.4	0.0	0.1	4.8	5.4	5.6	
Central and Eastern Europe	1.4	2.5	2.8	3.1	0.1	-0.2	2.9	3.7	2.8	
Commonwealth Of Independent States	3.4	2.1	2.6	3.1	-0.8	-0.7	2.2	1.4	3.1	
Russia	3.4	1.5	2.0	2.5	-1.0	-1.0	1.9	1.5	3.2	
Excluding Russia	3.3	3.5	4.0	4.3	-0.1	-0.1	...	...	...	
Developing Asia	6.4	6.5	6.7	6.8	0.2	0.2	6.4	6.8	7.0	
China	7.7	7.7	7.5	7.3	0.3	0.2	7.8	7.6	7.3	
India 2/	3.2	4.4	5.4	6.4	0.2	0.1	4.6	5.5	7.0	
ASEAN-5 3/	6.2	5.0	5.1	5.6	-0.3	0.0	4.0	5.6	5.6	
World Trade Volume (goods and services)	2.7	2.7	4.5	5.2	-0.5	-0.3	...	...	...	
Imports (goods and services)	2.7	2.7	4.5	5.2	-0.5	-0.3	...	...	...	
Advanced Economies	1.0	1.4	3.4	4.1	-0.7	-0.5	...	...	...	
Emerging Market and Developing Economies	5.7	5.3	5.9	6.5	0.0	-0.2	...	...	...	
Commodity Prices (U.S dollars)										
Oil 4/	1.0	-0.9	-0.3	-5.2	2.8	0.8	2.7	-2.7	-5.3	
Nonfuel (average based on world commodity export weights)	-10.0	-1.5	-6.1	-2.4	-2.0	-0.3	-3.8	-4.6	-1.8	
Consumer Prices										
Advanced Economies	2.0	1.4	1.07	1.8	-0.1	0.0	1.3	1.9	1.7	
Emerging Market and Developing economies	6.0	6.1	5.6	5.3	0.0	0.1	5.7	5.1	4.8	
London Interbank Offered Rate (%)										
On US Dollar Deposits (6 month)	0.7	0.4	0.4	0.6	-0.2	-0.3	...	...	...	

Fonte: IMF World Economic Outlook Update, Jan2014, pg 2



que dos 7,7% de taxa de crescimento em 2012 e 2013 deve baixar para os 7,5% em 2014 e os 7,3% em 2015. Estes valores, divulgados pelo *World Economic Outlook Update* de Janeiro de 2014 publicado pelo Fundo Monetário Internacional são mais elevados do que se esperava em Outubro passado, quando foi publicado o documento do Outono de que esta publicação é uma atualização.

Note-se que o valor do crescimento em 2014 é 0,2 pontos percentuais mais alto que o previsto anteriormente mas que o presentemente estimado para 2015 é 0,2 pontos percentuais mais baixo.

Por países/regiões, verifica-se que os Estados Unidos vão crescer, segundo se espera, a uma taxa de 2,8%, contra os (apenas) 1,9% em 2013. A procura interna parece ser a principal responsável por esta aceleração do crescimento do país.

No caso da Europa, mais concretamente da área “Euro”, uma vez passado o pior da crise da dívida que afectou vários países, o crescimento, ainda que lento, parece ter vindo para ficar: 1% em 2014 e 1,4% em 2015 depois de em 2012 e 2013 ter sido negativo em ambos os anos (-0,7% e -0,4% respectivamente). O “motor” da

zona continua a ser a Alemanha com os seus 1,6% em 2014 que abrandarão para 1,4% em 2015, “compensados” por um crescimento mais rápido da França neste último ano.

Note-se que apesar da subida da taxa decrescimento de 2014 para 2015, o abrandamento do crescimento da Alemanha pode contagiar outros países. Daí que se pense que a situação económica na região está ainda algo “periclitante”, susceptível de conhecer um retrocesso na consolidação da sua saída da crise a qualquer momento.

As economias emergentes deverão crescer em 2014 a uma taxa de 5,1%, uma aceleração relativamente aos 4,7% de 2013 que será confirmada em 2015 com um crescimento de 5,4%.

Neste grupo de países, o único caso de abrandamento do crescimento é, como se referiu, o da China. Em 2014 a sua taxa de crescimento deverá diminuir 0,2 pontos percentuais em relação aos 7,5% de 2013 e em 2015 descerá mais 0,2 pontos percentuais.

Naturalmente, o reforço do crescimento destas economias está relacionado com o das economias mais avançadas, grandes importadoras de muitas das suas produções.

Referência com especial interesse para Timor Leste é o facto de 5 das mais importantes economias da ASEAN (Indonésia, Tailândia, Malásia, Filipinas e Vietname) virem a ter, segundo se espera, um crescimento de 5,1% em 2014 e de 5,6% em 2015.

Naturalmente o nosso país só poderá beneficiar desse crescimento se souber criar capacidades produtivas e de exportação.

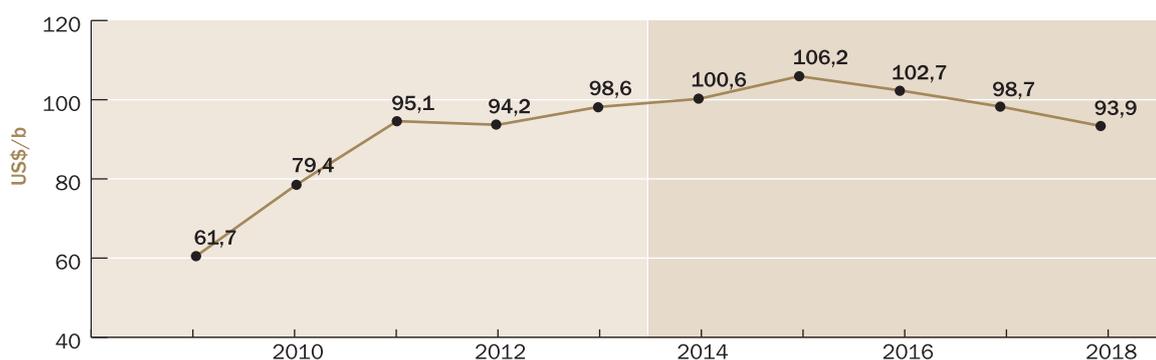
O comércio internacional irá crescer a uma taxa de 4,5% em 2014, esperando-se para 2015 uma aceleração desta taxa até aos 5,2%.

Especialmente importante para o nosso país é a evolução esperada dos preços do petróleo bruto. Deste lado as notícias não são boas para nós já que se espera uma diminuição do seu

preço: a média dos três principais preços de crude (Western Texas Intermediate, UK Brent e Dubai Fateh) deverá baixar de 104,11 USD/barril em 2013 para 103,84 em 2014 e depois para 98,47 em 2015, numa descida de -0,3% em 2014 e de -5,2% em 2015. Esta queda dos preços associada a uma prevista diminuição da produção de Bayu-Undan irá resultar numa descida das receitas petrolíferas do nosso país até desaparecerem em 2020 com o fim da produção de Bayu-Undan.

Importante também para o nosso país é a evolução do preço internacional do café. Os gráficos abaixo ilustram, o primeiro, a evolução decrescente do preço do café robusta ao longo do ano de 2013 (cents de USD por libra de peso, cerca de meio quilo). O segundo gráfico regista a evolução sempre crescente do preço do “robusta” nos próximos anos.

### Oil: WTI (US\$/b)



Fonte: EIU Economic and Commodity Forecast, December 2013

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
World	61,7	79,4	95,1	94,2	98,6	100,6	106,2	102,7	98,7	93,9

Fonte: KNOEMA [http://pt.knoema.com/wxcxde/commodity-prices-forecast-2013-2018-charts-and-tables#Oil%3A%20WTI%20\(US%24%2Fb\)](http://pt.knoema.com/wxcxde/commodity-prices-forecast-2013-2018-charts-and-tables#Oil%3A%20WTI%20(US%24%2Fb))

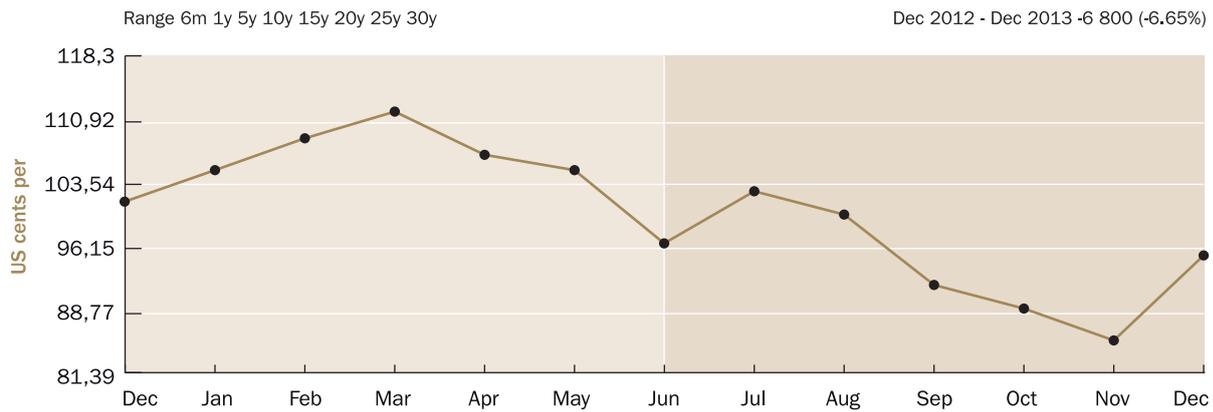
### Tabela 2.5.1.1: Total das Receitas entre 2012 e 2018, em milhões de dólares

	Concreto em 2012	L01 de 2013	Projeção 2014	2015	2016	2017	2018
<b>Total das Receitas</b>	3.696,8	2.839,6	1.609,2	1.876,9	1.936,8	1.627,8	1.324,2
Receitas Domésticas	137,7	146,3	166,1	181,0	196,1	211,2	226,4
Receitas Petrolíferas	3.559,1	2.693,3	1.443,1	1.695,9	1.740,7	1.416,6	1.097,8

Fontes: Direcção Nacional da Política Económica e Unidade de Administração do Fundo Petrolífero

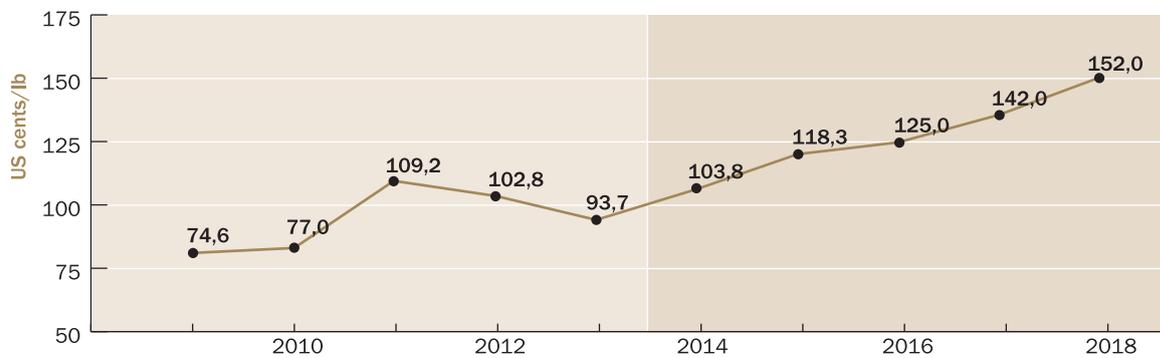


### Coffee, Robusta Monthly Price - US cents per Pound



**Description:** Coffee, Robusta, International Coffee Organization New York cash price, ex-dock New York, US cents per Pound  
**Unit:** US cents per Pound

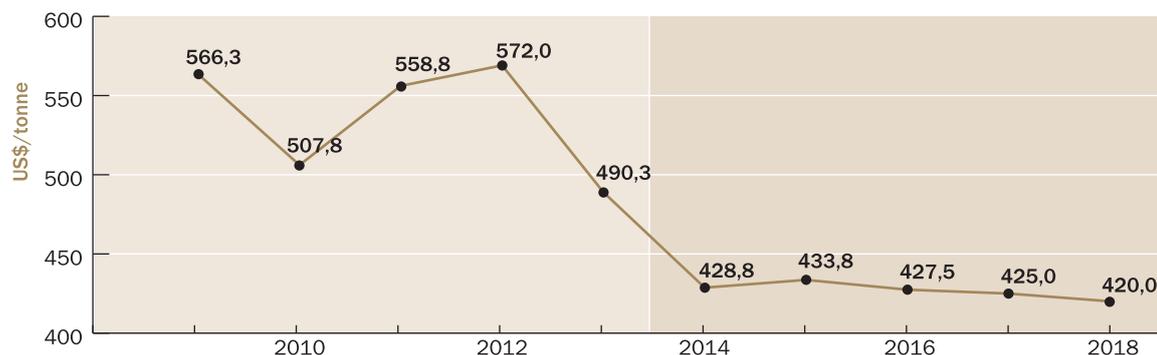
### Coffee (Robusta)(US cents/lb)



Fonte: EIU Economic and Commodity Forecast, December 2013

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
World	74,6	77,0	109,2	102,8	93,7	103,8	118,3	125,0	142,0	152,0

## Rice (US\$/tonne)



Fonte: EIU Economic and Commodity Forecast, December 2013

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
World	566,3	507,8	558,8	572,0	490,3	428,8	433,8	427,5	425,0	420,0

Registe-se, finalmente, a evolução do preço do arroz, o principal produto alimentar importado por Timor Leste.

Como se pode verificar no gráfico abaixo, depois de uma forte queda do preço do arroz no mercado internacional entre 2012 e 2013, as expectativas vão no sentido de essa diminuição do preço continuar até aos cerca de 430 USD/ton, quase estabilizando a partir de então e até 2018, quando se estima que o preço seja de 420 USD/ton (menos de 13 USD por cada saca de 30 kgs).

A crise económica que se instalou nas economias mais avançadas nos últimos anos levou a uma queda da taxa de inflação nestas de uma média de 2% para cerca de 1,4%. A lenta retoma da actividade económica tem conduzido a alguma pressão sobre os preços que deverão subir cerca de 1,7% em 2014 e 1,8% em 2015. Estes valores estão ainda baixo dos cerca de 2-2,5% considerados usualmente “aceitáveis”, senão mesmo “recomendados”, para este tipo de economias e é por isso possível que as autoridades monetárias (e outras) continuem mais preocupadas com o crescimento da produção (e a absorção dos elevadíssimos níveis de desemprego) do que com a subida “marginal” da taxa de inflação.

A taxa de juro deve manter-se a níveis historicamente baixos, com uma média 0,4% para a LIBOR a 6 meses em USD, o mesmo valor de 2013. Só em 2015, em parte devido ao crescimento económico e às primeiras tentativas mais sérias de não deixar crescer os preços

mais que os “aceitáveis” 2-2,5%, é que se deverá registar um aumento da taxa de juro. Note-se que o nível reduzido das taxas de juro tem consequências importantes sobre a rentabilidade do Fundo Petrolífero já que mais de metade do seu capital está investido em títulos de rendimento fixo (que recebem juros).

Veja-se no gráfico ao lado a estimativa para a taxa de juro dos títulos do Tesouro dos Estados Unidos em Janeiro de 2015: 0,34%.

Em 2005, quando o Fundo Petrolífero foi criado, ela era de 3,85%, tendo chegado aos 4,82% no ano seguinte, quando começou a baixar, ultrapassando, na queda, os 1% em 2009, com 0,96%. O “fundo” foi alcançado em 2012 com 0,28%.

Outra variável fundamental na evolução da economia intencional é a das taxas de câmbio bilaterais do dólar americano, a moeda corrente em Timor Leste, e as principais moedas em que se faz o comércio internacional, nomeadamente o do nosso país.

O Dólar americano (USD) valorizou-se em relação às principais moedas ao longo de 2013. A valorização foi especialmente importante em relação à rupia da Indonésia, país de onde vem a maior parte das nossas importações correntes. A evolução verificada terá sido benéfica para a economia nacional por reduzir as pressões inflacionistas sobre ela que resultam das nossas importações.

## 2 Year Treasury Note Interest Rate Forecast

Target Month	Forecast	HDTFA	Forecast for the average daily interest rate for the 2 year treasury note during the target month shown at the left
Jan 2015	0.34%	0.09%	
Updated Thursday, January 16, 2014			

## 2 Year Treasury Rate (T Note Yield) - 5 Year History



### Weekly Avg. Exchange Rates: U.S. Dollars per European Euro



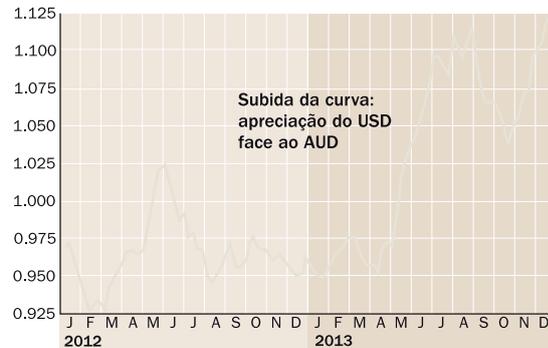
### Weekly Avg. Exchange Rates: Indonesian Rupiah per U.S. Dollar



### Weekly Avg. Exchange Rates: Japanese Yen per U.S. Dollar



### Weekly Avg. Exchange Rates: Australian Dollars per U.S. Dollar



## A economia da Indonésia

A taxa (homóloga; y-o-y) de crescimento da produção da Indonésia foi de 5,8% no final do segundo trimestre de 2013, um ligeiro abrandamento face aos 6,1% do final de 2012 e uma diminuição um pouco mais pronunciada em relação aos 6,5% do fim de 2011.

A principal responsável por esta queda da taxa de crescimento parece ter sido a indústria mineira, que na Indonésia significa, principalmente, a indústria de extracção de petróleo.

A confirmar está facto está o de que a taxa de crescimento do PIB não-petrolífero foi de 6,4% no final do segundo trimestre do 2013 (cerca de 0,6 pontos percentuais acima da taxa correspondente para o PIB global). Esta taxa de crescimento tinha sido de 6,7% no fim de 2012 e de 7,1% no fim de 2011.

A taxa de inflação no país acelerou significativamente no último ano (2013). Depois de dois anos (2011 e 2012) com taxas mais moderadas (3,8% e 4,3% respectivamente, os preços subiram em media 8,4% em 2013 devido a subidas significativas dos preços dos “bens alimentares” (11,4%) e dos “transportes, comunicações e serviços financeiros” (15,4%). Note-se que a “core inflation” (uma medida da inflação que pretende representar as variações de preços excluindo os dos produtos de preços mais voláteis --- ex: energia, produtos alimentares --- e que, por isso, corresponderá à “verdadeira” inflação no longo prazo) subiu apenas 5% e que as grandes subidas se deram nas rubricas de “preços administrados” (+16,7%, concentrados principalmente em Junho e Julho), de preços dependentes de decisões políticas, e “bens de preço volátil” (+11,8%).

A subida dos preços administrados prende-se com a redução de subsídios a vários produtos, nomeadamente aos combustíveis, que fizeram também aumentar os custos dos transportes. O Banco Central da Indonésia definiu como “target” para a taxa de inflação em 2014 o valor de 4,5%, com uma “banda” aceitável de 1% para cada lado (i.e., um intervalo [3,5%; 5,5%]). Por outro lado, recorde-se aqui o que foi dito mais acima sobre a evolução da taxa de câmbio

da rupia indonésia (IDR): em 2013 verificou-se uma forte desvalorização da rupia já que dos cerca de 9700 rupias por dólar do final de 2012 se passou aos cerca de 12200 do fim de 2013, uma depreciação de cerca de 25%, provavelmente a maior verificada nos países asiáticos.

Esta depreciação resulta em parte do regresso de volumosos investimentos aos Estados Unidos ditados pela política financeira do país mas também da desconfiança dos investidores em relação a alguns aspectos da política económica indonésia, particularmente a existência de significativos défices públicos e externo devidos, um, aos subsídios pagos a muitos produtos, e, outro, ao aumento significativo das importações resultante quer do rápido crescimento económico quer da valorização da moeda nacional nos anos anteriores (início de 2009 até meados de 2011) bem ilustrada no gráfico abaixo.

### Monthly Avg. Exchange Rates: Indonesian Rupiah per U.S Dollar



Consequência desta evolução e das medidas de política económica tomadas entretanto (o banco central, nomeadamente, aumentou as suas taxas de juro em 1,75 pontos percentuais (é agora de 7,5%; comparar com os quase 0% do FED americano) para tentar combater a fuga de capitais do país), o défice comercial externo reduziu-se e passou mesmo, em Novembro passado, a um saldo positivo.

De facto, as autoridades estatísticas declararam recentemente que as importações baixaram 10,6% relativamente ao mesmo período de 2012 mas que as exportações também baixaram mas apenas 2,4%.

## A economia da Austrália

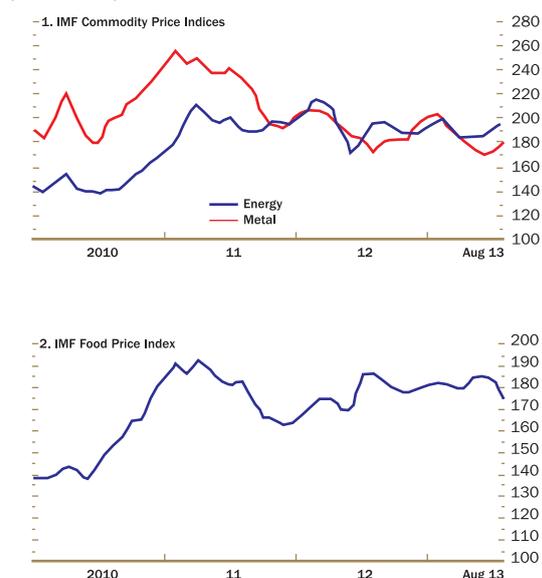
A economia da Austrália tem sido, ao longo dos anos, uma das mais bem sucedidas do conjunto das economias avançadas graças, nomeadamente, a uma estrutura económica em que a produção e exportação de commodities é muito importante. Como os preços e a procura por aquelas --- nomeadamente por parte da China --- têm sido relativamente altos, o PIB australiano tem crescido a um ritmo normalmente superior ao das demais economias avançadas.



**Table 2.3: Selected Asian Economies: Real GDP, Consumer Prices, Current Account Balance, and Unemployment** (Annual percent change unless noted otherwise)

	Real GDP			Consumer Prices			Current Account Balance			Unemployment		
	2012	Projections		2012	Projections		2012	Projections		2012	Projections	
		2013	2014		2013	2014		2013	2014		2013	2014
Asia	5.1	5.2	5.3	3.6	3.8	4.1	1.2	1.4	1.6	...	...	...
Advanced Asia	2.1	2.3	2.4	1.1	0.9	2.6	1.5	1.9	2.1	4.2	4.1	4.2
Japan	2.0	2.0	1.2	0.0	0.0	2.9	1.0	1.2	1.7	4.4	4.2	4.3
Korea	2.0	2.8	3.7	2.2	1.4	2.3	3.8	4.6	3.9	3.2	3.2	3.2
Australia	3.7	2.5	2.8	1.8	2.2	2.5	-3.7	-3.4	-3.5	5.2	5.6	6.0
Taiwan Province of China	1.3	2.2	3.8	1.9	1.2	2.0	10.5	10.0	9.6	4.2	4.2	4.2
Hong Kong SAR	1.5	3.0	4.4	4.1	3.5	3.5	2.7	2.3	2.5	3.3	3.2	3.1

**Figure 1.SF.1.**  
**IMF Commodity Price Indices**  
(2005 = 100)

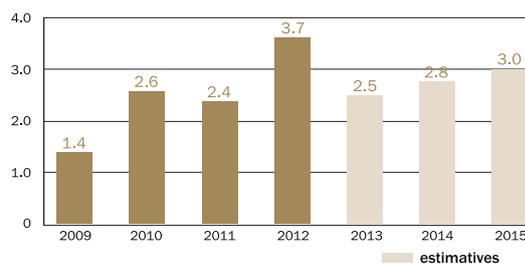


Source IMF, Primary Commodity Price System

## Inflation Target

“The Governor and the Treasurer have agreed that the appropriate target for monetary policy in Australia is to achieve an inflation rate of 2–3 per cent, on average, over the cycle. This is a rate of inflation sufficiently low that it does not materially distort economic decisions in the community. Seeking to achieve this rate, on average, provides discipline for monetary policy decision-making, and serves as an anchor for private-sector inflation expectations. “

## Austrália: taxa de crescimento do PIB (%)



Fonte: IMF World Economic Outlook Fall 2013 database

Quanto à inflação, depois do abrandamento de 2012 (quando desceu dos 3,3% de 2011 para 1,8%), voltou a subir, ainda que ligeiramente, em 2013, quando foi de 2,2%. Espera-se uma taxa de inflação de 2,5% para 2015. Note-se que estas subidas de preços no país se poderão reflectir nos preços dos bens importados por Timor Leste e com origem naquele país --- ainda que a maioria deles não seja de consumo generalizado pelos timorenses. Estes valores da taxa de inflação estão dentro do intervalo de 2-3% definido como meta para a taxa de inflação no país pelas autoridades monetárias.

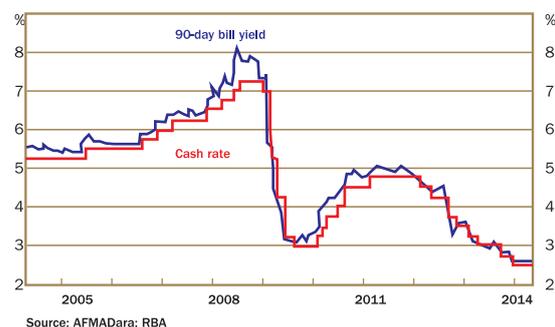
O abrandamento da economia identificado mais acima reflectiu-se no comportamento da taxa de desemprego, a qual passou de 5,2% em 2012 para 5,6% em 2013, esperando-se que atinja 6% no presente ano (2014). Note-se que estes valores são, embora em crescimento, ainda menores do que em muitas das outras das economias mais avançadas, particularmente da “Eurolândia”, com os seus 12,3% de taxa de desemprego em 2013. Os Estados Unidos passaram dos 8,1% em 2012 para os 7,6% em 2013.

Como se pode verificar no gráfico apropriado mais acima, o ano de 2012 conheceu um período de “dólar australiano” muito forte em relação ao dólar americano, com aquele chegando a valer mais que este. A partir do segundo trimestre de 2013, porém, a situação alterou-se, tendo o AUD sofrido uma desvalorização face ao USD, o que torna as importações timorenses com origem na Austrália um pouco mais baratas.

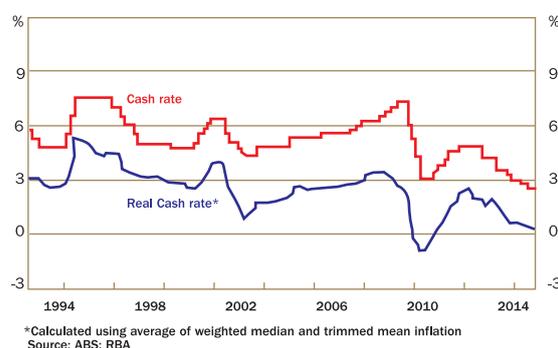
Procurando responder ao “arrefecimento” da economia e tentando evitar o seu aprofundamento, o Reserve Bank of Australia, o banco central do país e, como tal, sua principal autoridade monetária, baixou em 7 de Agosto de 2013 a sua taxa principal, a “cash rate”, em 25 pontos percentuais para 2,5%. Um ano antes, em Agosto de 2012, ela era de 3,5%. Considerando uma inflação de 2,2% (2013) isto resulta numa taxa de juro real virtualmente de 0%.

## Interest Rates

Australian Cash Rate and 90-day Bill Yield



Australian Cash Rate



## Conclusão

A economia mundial, principalmente a dos Estados Unidos mas também a da zona Euro, parece estar finalmente a recuperar da longa “agonia” em que tem vivido nos últimos anos por causa dos problemas da dívida, particularmente da dívida soberana de vários países.

Isto vai permitir, espera-se, começar a reabsorver os milhões de desempregados gerados pela crise económica. Simultaneamente está a verificar-se uma crescente consolidação da situação do sistema financeiro mundial, dando mais confiança aos investidores. No caso de Timor Leste é especialmente importante o que se irá passar nos mercados da energia (petróleo e gás natural), do café e do arroz. Quanto ao primeiro as notícias parece não serem muito boas particularmente devido ao aumento da produção do chamado “shield gas”, o gás de xisto. A redução do preço do gás e do crude vai ter como consequência a (previsível) redução das receitas petrolíferas do país num período em que estas se aproximam do seu fim em 2020.

A valorização que o dólar americano tem conhecido ao longo dos últimos tempos permite ao país reduzir mais as pressões sobre os preços internos, ajudando a combater a elevada taxa de inflação que se tem verificado entre nós.



12



## Evolução recente da economia nacional

### Produção

Os últimos dados sobre as Contas Nacionais de Timor-Leste publicados pela agora Direcção-Geral de Estatística ([www.dne.mof.gov.tl/national\\_accounts/index.htm](http://www.dne.mof.gov.tl/national_accounts/index.htm)) referem-se ao ano de 2011 e apontam para uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto não-petrolífero de 12%.

Entretanto, preocupado com o rápido crescimento dos preços no país --- a taxa homóloga de Dezembro de 2011 terá sido de 17,2% e a taxa média anual de 13,5% ---, o Governo terá procurado reduzir a despesa pública, cujo aumento nos anos anteriores foi generalizadamente apontado como o grande responsável pela subida da taxa de inflação.

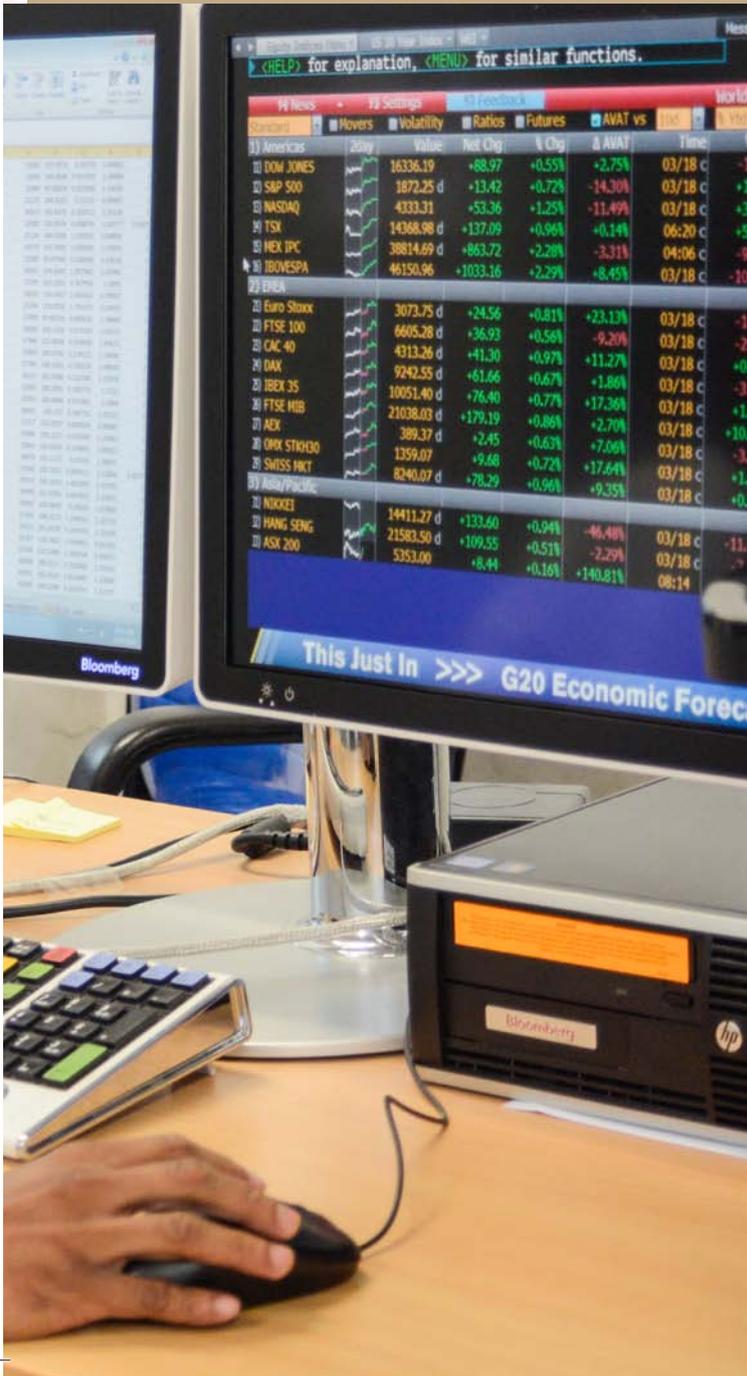
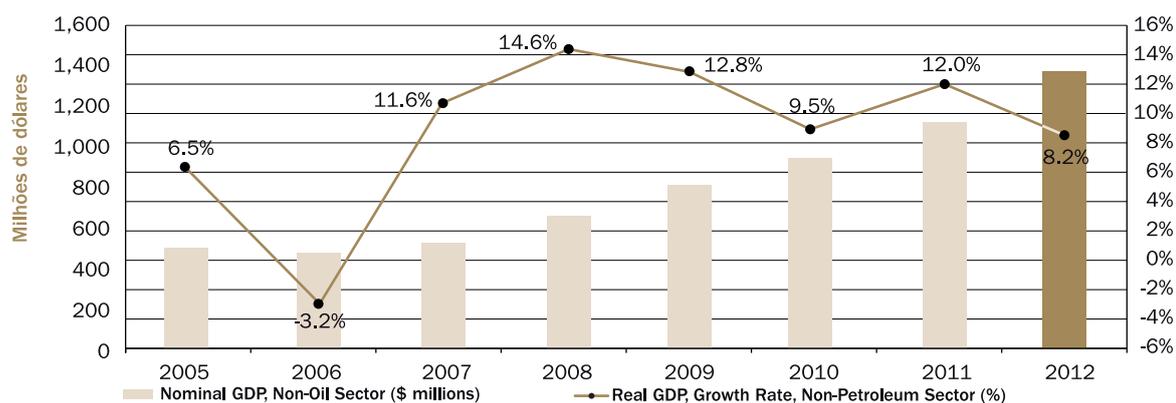


Gráfico 2.3.2.2.1: PIB Não-Petrolífero entre 2005 e 2012



Fonte: Direcção-Geral de Estatística (DGE) e Direcção Nacional das Políticas Económicas (DNPE)  
Os valores relativos a 2010 são uma estimativa preliminar.

Taxa de crescimento do PIB não Petrolífero (%)

2009	2010	2011	2012	2013	2014
12.8	9.5	12.0	8.3	8.1	8.0

Fonte: IMF World Economic Outlook October 2013 database

Por esta e/ou por outras razões a taxa de variação do PIB (não-petrolífero) terá baixado, segundo as estimativas do Governo, para os 8,2% em 2012.

“A taxa de crescimento do sector não-petrolífero do PIB, prevista nos 8,2% para 2012, continua a ser forte, porém está substancialmente aquém da taxa de 2011 [12%]”. In OGE14-Proposta inicial Livro 1, pg 6.

O Governo não tem de momento, tanto quanto se sabe, uma estimativa para o crescimento da produção em 2013 mas o FMI divulgou na base de dados que serviu de base ao seu World Economic Report de Outubro de 2013 uma estimativa de taxa de crescimento de 8,1%.

Na falta de dados sobre as Contas Nacionais os economistas costumam utilizar alguns indicadores indirectos, por vezes “avançados” (no sentido de que permitem antever a

evolução da produção antes de haver dados sobre as Contas Nacionais), para tentarem perceber qual a evolução da produção do país. Dois desses “indicadores avançados” são o consumo de cimento e o de ferro, ambos dando uma ideia do comportamento de um sector da produção tão importante como o da construção.

No nosso caso, porém, os indicadores mais perto do consumo são os relativos às importações já que quer um produto quer outro não são produzidos no país. Há várias informações que nos levam a ter algumas reservas sobre a qualidade das estatísticas do comércio internacional de Timor-Leste mas como não temos alternativa recorreremos a estas estatísticas.

Os dados para a importação de ferro são os que constam do quadro abaixo e é bem evidente a queda da importação --- que pode estar relacionada com a fase final da construção das centrais eléctricas de Hera e Betano.

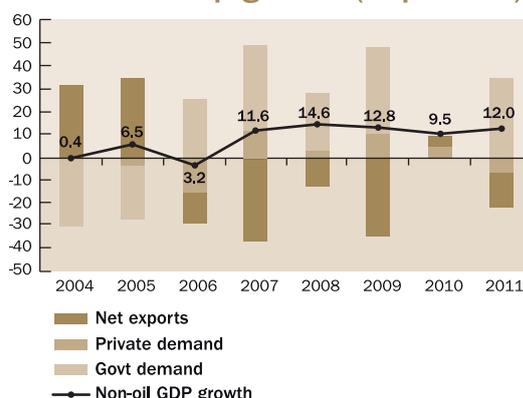
Como se pode verificar, em qualquer dos casos houve uma descida da importação quer de ferro quer de cimento entre 2012 e 2013.

Embora a queda registada para o cimento seja pouco expressiva, a do ferro foi importante, podendo ser interpretada como ilustrativa de uma tendência para a redução do ritmo de variação PIB. Infelizmente não é possível, com base mais sólida, quantificar tal redução.

Os dados sobre a evolução dos Gastos Públicos, uma componente essencial do PIB não-Petrolífero, parecem também apontar para

... boosted by strong government spending.

### Non-oil GDP Expenditure: Contribution to growth (in percent)



#### Importação de ferro (mil USD)

(capítulo 73 da tabela aduaneira)

Material de ferro ou aço	2010	2011	2012	2013
	11121	23492	35163	21194

#### Importação de cimento (mil USD)

(capítulo 68 da tabela aduaneira)

Pedra, gesso, cimento, asbestos, mica ou	2010	2011	2012	2013
	832	2693	1739	1723

um abrandamento da taxa de crescimento pois a taxa da variação dos pagamentos efectivamente realizados pelo Estado, que subiu cerca de 25% em cada um dos anos 2009 e 2010 e depois aumentou 44% em 2011 (uma variação acumulada de mais de 125%!), baixou para os 9,1% em 2012 e mesmo para a taxa negativa de -10,1% em 2013, o ano em análise. Esta queda reflecte uma redução de cerca de 1200 milhões de USD para 1076 milhões de 2012 para 2013.

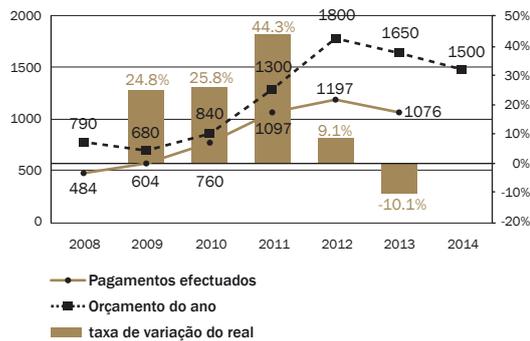
A descida dos Gastos Públicos reflectiu-se na redução do ritmo de crescimento dos dois sectores que deles mais dependem: o da Administração Pública e o da construção, tudo contribuindo para a redução do ritmo de crescimento do produto não petrolíferos para níveis que podem ser bem menores que os previstos pelo Governo mas que é difícil quantificar.

#### Gastos Públicos (milhões USD)

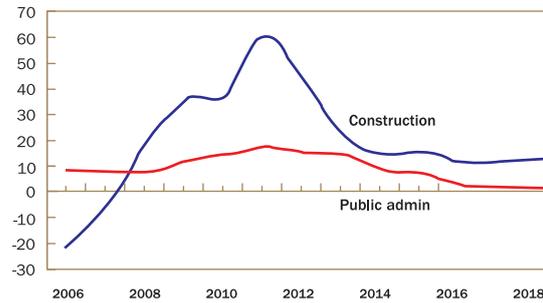
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Orçamento (aprox.)	790	680	840	1300	1800	1650
Execução (real+obrigações)(aprox.)	484	604	760	1100	1200	1250
Execução (so real)	484	604	760	1097	1197	1076
Taxa de variação dos Gastos reais (efectivamente pagos)		25%	26%	44%	9%	-10%
Taxa de execução	61,4%	88,8%	90,7%	85,3%	68,5%	75,6%

Fonte: Ministério das Finanças do Governo da RDTL  
<http://www.budgettransparency.gov.tl/public/index>

## OGE de vários anos e dinheiro pago (Milhões USD)



## Sectors Led by the Public Sector (Real annual growth, 5-year moving avg.)



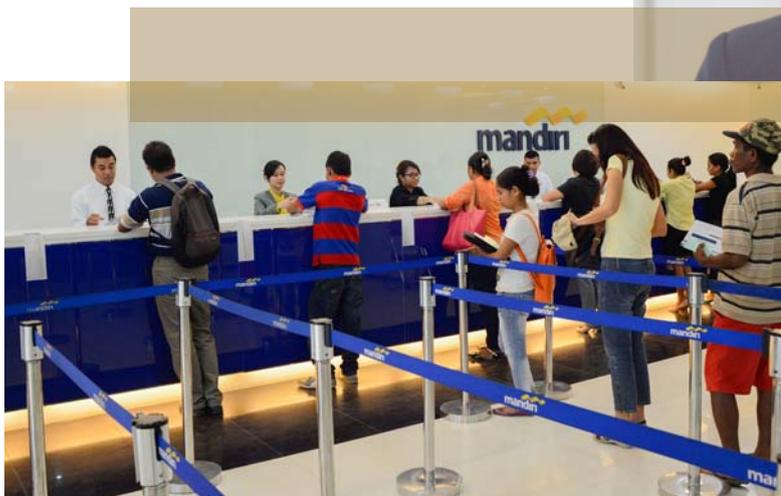
## Preços; inflação

A subida significativa dos preços foi, nos últimos anos, talvez a principal preocupação da população de Timor-Leste e tudo indica que mais recentemente ela passou também a ser a preocupação central do Governo --- pelo menos em termos de objectivos de curto-médio prazo. Em 2011 e 2012 as taxas homólogas de Dezembro foram, respectivamente, de 17,4% e 11,7%. As taxas médias anuais (média dos IPC dos 12 meses do ano contra a média semelhante do ano anterior) foram, por sua vez, de 13,5% e de 11,8%. Seja qual for a taxa utilizada a inflação foi de dois dígitos e muito elevada, com todas as suas consequências económicas e sociais, nomeadamente de agravamento dos níveis de desigualdade social e da pobreza.

Na sequência de muitas críticas ao uso do anterior Índice de Preços no Consumidor (IPC), com a base DEZ2001=100, por se suspeitar de que estava desactualizado face à evolução económica e social do país desde então, a Direcção Geral de Estatística lançou no início de 2013 uma nova série de IPC com base em DEZ2012=100 e resultado de um inquérito às despesas familiares feito em 2011 e, por isso,

mais actualizado e reflectindo a realidade actual. A comparação dos valores com os do ano anterior para cálculo das respectivas taxas homólogas de inflação só foi possível, na nova série, no mês final de cada trimestre por só então ser computado, com a nova base, o IPC equivalente do ano anterior (2012).

No final do ano de 2013 a taxa homóloga computada foi de 4%, que deve ser comparada com os 17,4% e 11,7% dos dois anos anteriores. Esta queda pouco usual do valor da inflação está ilustrada no gráfico abaixo.



## Índice de Preços no Consumidor (IPC) Dili 2011-12

mes	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média IPC	Taxas
<b>2011</b>														
Índice (DEZ2001=100)	164,7	170,8	176,1	176,0	176,2	176,9	177,2	177,6	179,3	181,0	184,3	191,2	177,6	
Taxa mensal	1,1	3,7	3,1	-0,1	0,1	0,4	0,2	0,2	1,0	0,9	1,8	3,8		
Taxa homologa			14,1			13,7			13,8			17,4		17,4
Taxa media														13,5
<b>2012</b>														
Índice (DEZ2001=100)	193,8	192,4	193,8	195,4	195,9	196,3	196,8	197,6	199,7	201,8	205,7	213,6	198,6	
Taxa mensal	1,4	-0,7	0,7	0,8	0,3	0,2	0,3	0,4	1,1	1,1	1,9	3,8		
Taxa homologa			10,1			11,0			11,4			11,7		11,7
Taxa media														11,8
Os Indices de 2013 tem uma base diferente das anteriores: DEZ2012 = 100														
<b>Dili</b>	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média IPC	Taxas
Índice (DEZ2012=100)	90,7	90,1	90,7	91,5	91,7	91,9	92,1	92,5	93,5	94,5	96,3	100,0	93,0	
<b>2012</b>														
Índice (DEZ2012=100)	101,4	102,0	103,0	103,4	103,7	104,0	103,6	103,8	103,7	104,0	104,1	104,0	103,4	
<b>2013</b>														
Taxa mensal 2013	1,4	0,6	1,0	0,4	0,3	0,3	-0,4	0,2	-0,1	0,3	0,1	-0,1		
Taxa homologa 2013			13,6			13,2			10,9			4,0		4,0
Taxa media														11,2
<b>2013</b>														

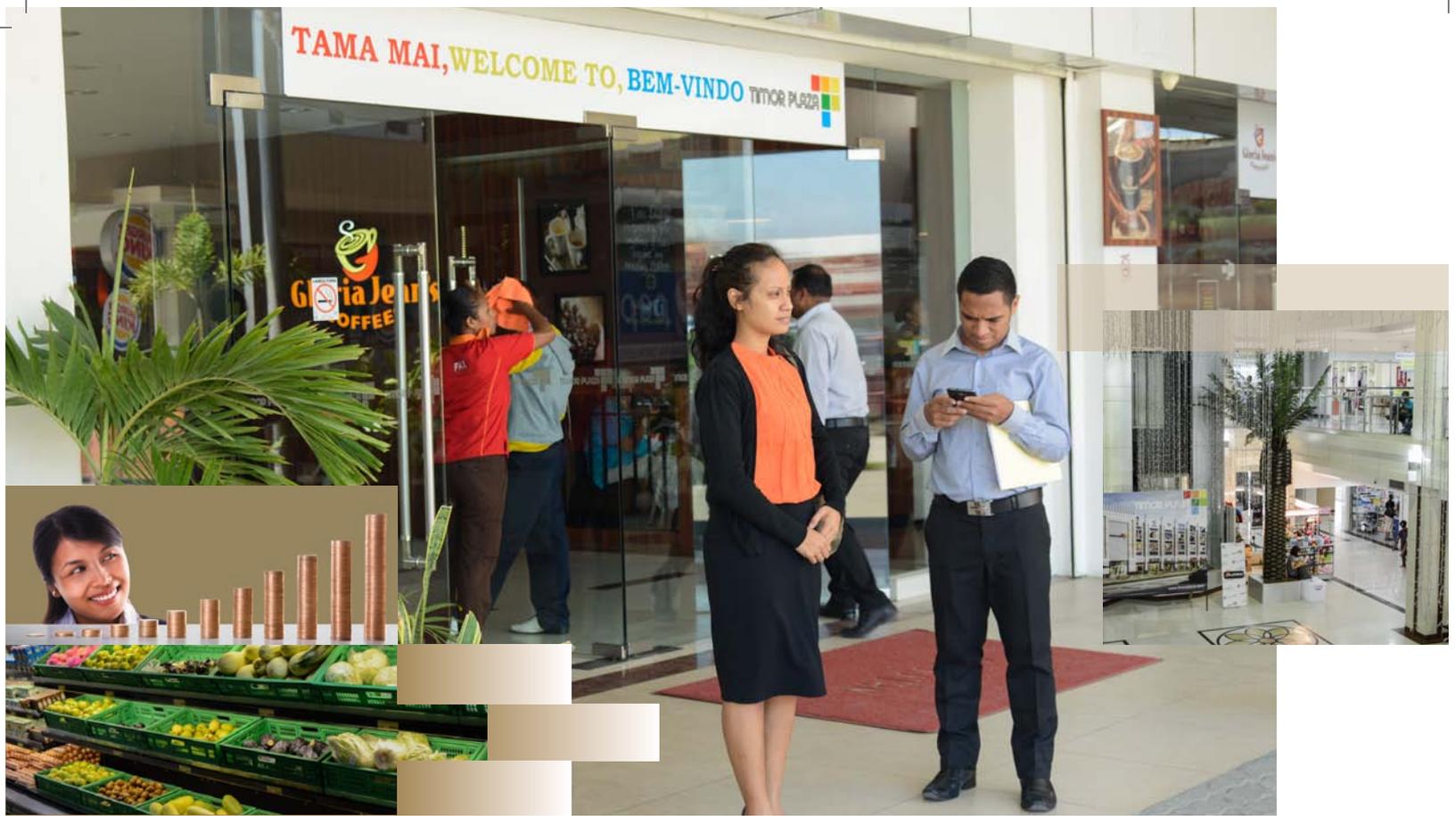
Fonte: Direcção Geral de Estatística [www.dne.mof.gov.tl/cpl/Historical%20Data/CPI%20Time%20Series\\_1.xlsx](http://www.dne.mof.gov.tl/cpl/Historical%20Data/CPI%20Time%20Series_1.xlsx)

Note-se em primeiro lugar que o valor de 4% para a taxa homóloga de Dezembro de 2013 pode ser mais um indicador, pela queda de 7,7 pontos percentuais em relação à correspondente taxa de 2012 (11,7%), do “arrefecimento”

da economia (baixa da taxa de crescimento do PIB não petrolífero) referido anteriormente. De facto, tal “arrefecimento” pode ter contribuído para a alteração dos comportamentos dos agentes económicos e uma menor pressão para a subida dos preços.

### Taxa homologa de inflação - Y-o-Y inflation rate (%)

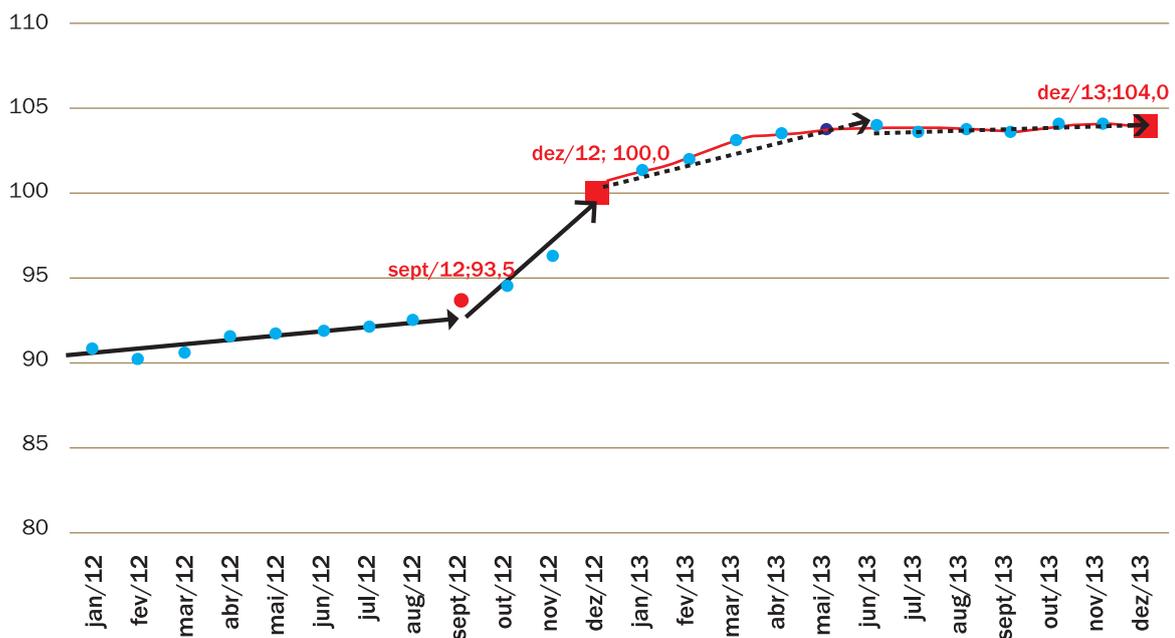




Por outro lado, há uma explicação quase “geométrica” da descida da inflação. Se olharmos para o gráfico do IPC e sua evolução, verificamos que se podem identificar três “zonas” principais do seu comportamento: uma de crescimento relativamente lento durante a maior parte de 2012, seguida de uma de crescimento muito rápido no final desse ano e correspondendo, em boa parte, a um

comportamento sazonal dos preços em Timor-Leste caracterizado por uma subida rápida no último trimestre associada a problemas na produção agrícola (época das chuvas e de sementeiras e não de colheitas) e ao acelerar do consumo associado às festas de fim de ano (Natal e Ano Novo).

### Índice de Preços no Consumidor (nova série: DEZ12=100)



Verifique-se, a título de exemplo, o que se passou com o índice de Setembro. Em 2012 foi de 93,5, marcando o início do crescimento acelerado no último trimestre, que terminou com o Índice 100 em Dezembro. O valor do IPC de Setembro de 2013 foi de 103,7 e por isso a taxa homóloga desse mês foi ainda de dois dígitos: 10,9%.

Ora, logo que terminou o último trimestre de 2012 as taxas mensais de inflação entraram em declínio e no segundo trimestre de 2013 já eram de apenas 0,3%-0,4%.

Mais, contrariamente ao que era hábito, interrompendo uma “tradição” de sazonalidade com alguns anos, em 2013 não se terá verificado a subida de preços usual noutros anos (média mensal de cerca de 2,2-2,3% em 2011 e 2012 contra os 0,1% de 2013) pelas razões já indicadas.

Isto é: a baixa taxa homóloga de Dezembro de 2013, “desmentindo” as taxas mais altas dos meses anteriores, é o resultado do comportamento dos índices de preços que, situando-se num patamar durante quase todo o ano de 2012, tiveram um crescimento importante no fim desse ano para depois entrarem num novo patamar quase horizontal, de taxas mensais baixas. Como as comparações eram feitas, até Setembro de 2013, com valores de IPC do patamar inferior, as taxas homólogas calculadas eram altas. Quando, no final de 2013, ela foi calculada “dentro” do segundo patamar o resultado foi uma queda significativa da taxa que se fica a dever principalmente, como

ilustrado acima, ao “fim” da sazonalidade que até aqui se vinha verificando.

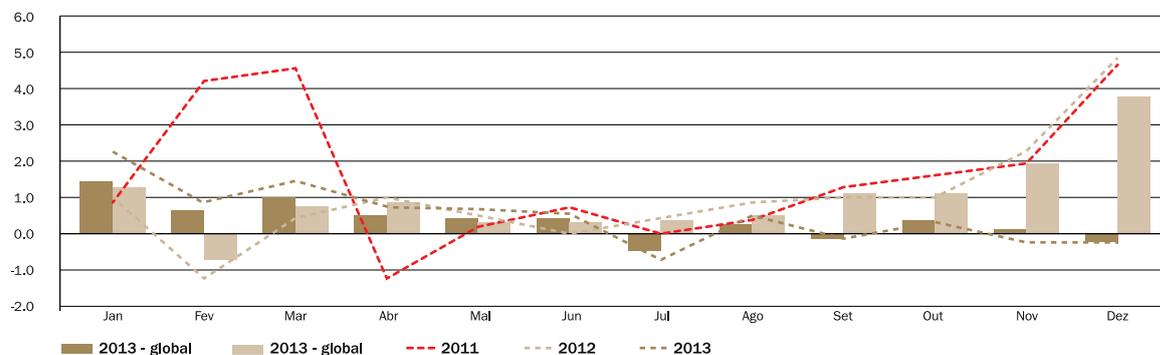
Mas: e que razões económicas podem estar por detrás de tal comportamento? Cremos que principalmente três.

Uma, já referida, pode ter sido o abrandamento do crescimento económico associado, nomeadamente, a um menor ritmo de crescimento das despesas públicas de que se já se falou mais acima no ponto sobre a produção e sua evolução. Este abrandamento terá feito sentir os seus efeitos principalmente no último trimestre de 2013, com as “baixas” expectativas dos agentes económicos a exercerem alguma moderação sobre os preços praticados.

Outra, menos importante mas ainda assim relevante, pode estar na valorização do dólar face às moedas dos principais países fornecedores do nosso país, o que trouxe consigo um abrandamento da “inflação importada”.

Last, not least, a análise do comportamento do IPC dos vários grupos de produtos aponta para um abrandamento significativo da taxa de variação dos preços da alimentação (64,3% do “cabaz de compras” do IPC no Índice Dez2012=100) no último trimestre de 2013 comparativamente com o do último trimestre de 2012 e o de 2011 (ver gráfico abaixo). Foi esse abrandamento que se reflectiu no abandamento das taxas mensais globais de inflação e em particular na taxa homóloga de inflação de 2013 face às dos dois anos anteriores.

### Timor-Leste: evolução das taxas mensais de inflação do grupo “alimentação”



Inflação - 2013	tx homologo	tx média
inflacao total - Dili	4,2	11,2
alimentacao e bebidas n-alcoolicas	5,8	14,5
arroz	8,3	22,6
oleos e gorduras	14,2	8,4
fruta	9,5	13,9
vestuario e calçado	0,8	6,6
habitacao	4,1	8,1
operacao de transporte individual	(1,4)	(1,3)

### Peso dos diversos grupos de produtos no cabaz do IPC DEZ 2012 = 100(%)

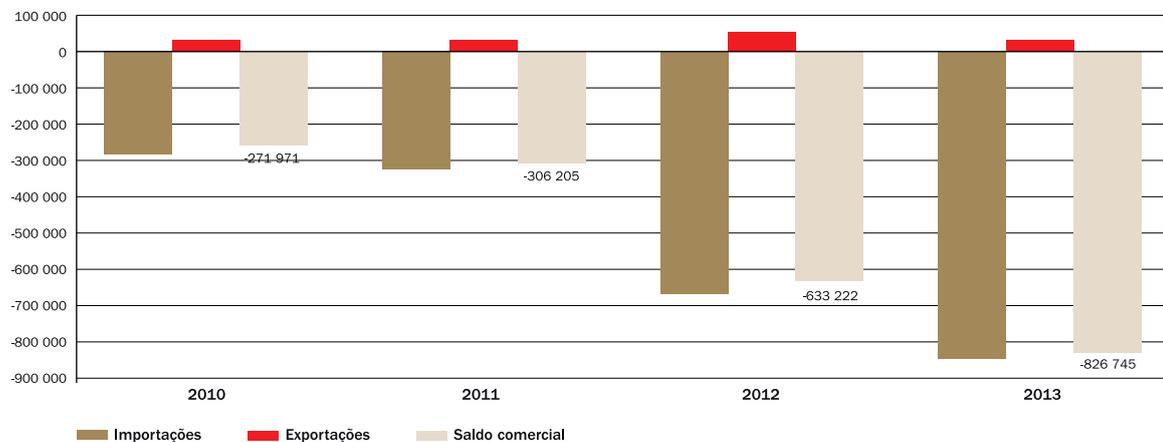
alimentação e bebidas n-alcoolicas	62,9
alcool e tabaco	4,8
vestuario e calçado	6,1
habitacao	6,4
despesas com a habitacao (recheio,etc)	4,4
saude	0,8
transporte	6,8
comunicacoes	2,0
diversao e cultura	3,3
educacao	2,5
<b>Total</b>	<b>100</b>

Uma nota final para salientar que a mudança de base de cálculo da inflação pode ter influenciado os resultados finais. De facto, não há que excluir a hipótese de o anterior método de cálculo “inflacionar a inflação” (nomeadamente a taxa relativa à cidade de Dili, a mais usada para medir a taxa de inflação no país) e de o actual a “deflacionar”. Mas estas são meras hipóteses que carecem de demonstração.

### Comércio internacional

A característica principal do comércio internacional de Timor-Leste é o grande défice comercial que apresenta, com importações muito elevadas e exportações muito reduzidas. As importações de 2013, por exemplo, corresponderam a cerca de 70% do PIB não-petrolífero (840 milhões num PIB de 1200 milhões tal como estimados pelo FMI). O resultado foi um enorme défice comercial em 2012 e 2013 (633 e 827 milhões de USD respectivamente). Este défice não parece ser sustentável, nomeadamente se visto num contexto de redução significativa das receitas petrolíferas de que o país tem beneficiado no final da presente década --- o fim das mesmas

### Timor-Leste: estatísticas anuais do comércio externo



## Timor-leste Estatística Do Comércio Externo

Mes/Ano	Importações			Exportações			(em milhões de USD)	
	Mercadorias	Nao mercad	TOTAL	Mercadorias	Re-export	TOTAL	SALDO TOTAL	SALDO Mercadorias
Janeiro 13	103.93	-	103.93	1.01	11.50	12.51	(91.42)	(102.92)
Fevereiro 13	71.61	-	71.61	0.88	5.72	6.60	(65.01)	(70.73)
Marco 13	65.02	-	65.02	0.01	1.30	1.31	(63.71)	(65.01)
T1 - 2013	240.56	-	240.56	1.90	18.52	20.42	(220.14)	(238.66)
Abrill 13	171.46	-	171.46	0.47	10.26	10.74	(160.73)	(170.99)
Mai 13	40.08	-	40.08	0.00	2.57	2.57	(37.51)	(40.08)
Junho 13	39.12	-	39.12	0.47	3.67	4.14	(34.98)	(38.65)
T2 - 2013	250.67	-	250.67	0.94	16.50	17.44	(233.22)	(249.73)
1 Semestre/1	491.23	-	491.23	2.84	35.03	37.87	(453.36)	(488.39)
Julho 13	40.19	-	40.19	0.18	18.19	18.37	(21.82)	(40.01)
Agosto 13	39.55	-	39.55	2.07	1.34	3.40	(36.15)	(37.49)
Setembro	42.88	-	42.88	2.03	2.47	4.50	(38.38)	(40.85)
T3 - 2013	122.62	-	122.62	4.27	22.00	26.28	(96.34)	(118.35)
Outubro 13	133.40	-	133.40	3.48	2.57	6.05	(127.36)	(129.92)
Nopember-13	42.73	-	42.73	2.17	1.12	3.29	(39.44)	(40.56)
Dezembro 13	52.81	-	52.81	3.28	2.58	5.58	(46.95)	(49.53)
T4 - 2013	228.94	-	228.94	8.93	6.26	15.19	(213.75)	(220.01)
2 Semestre/1	351.56	-	351.56	13.20	28.27	41.47	(310.09)	(338.36)
2013 (TOTAL)	842.79	-	842.79	16.04	63.29	79.34	(763.45)	(826.74)

é agora estimado para 2020. Isto implica que o país tem quer de reduzir a sua dependência das importações quer de aumentar as suas exportações. Ambas implicam uma diversificação da produção nacional num processo que permita alguma substituição de importações feitas até agora, por um lado, e, por outro lado, de diversificação de verdadeiros tradables.



## Exportações

A quase única exportação do país --- pelo menos aquela que é sistematicamente registada pelos serviços oficiais de estatística --- é o café. No gráfico abaixo vê-se a evolução mensal da exportação em 2012 e 2013 e indica-se o valor global da mesma para os quatro anos iniciados em 2010.

Como se pode verificar a exportação do café sofre de uma forte sazonalidade, concentrando-se quase exclusivamente no segundo semestre de cada ano, após a colheita.

## Timor-Leste: exportação mensal de café, 2012 e 2013

Exportação anual (em milhões USD): 2010=16 ; 2011=11,9 ; 2012=18,8 ; 2013=15,8



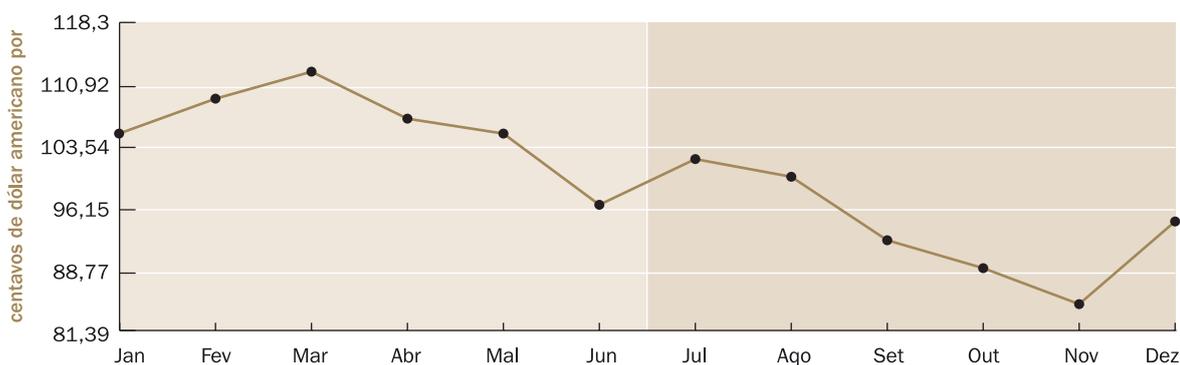
## Valor (mil USD) e volume (toneladas) de café exportado

	2010	2011	2012	2013
valor	15,987	11,923	18,813	15,781
volume	25,671	22,203	33,775	13,252

## Café, robusta Preço Mensal - centavos de dólar americano por libra

Gama 6m 1a 5a 10a 15a 20a 25a 30a

Jan 2013 - dez 2013 -10,290 (-9.73%)

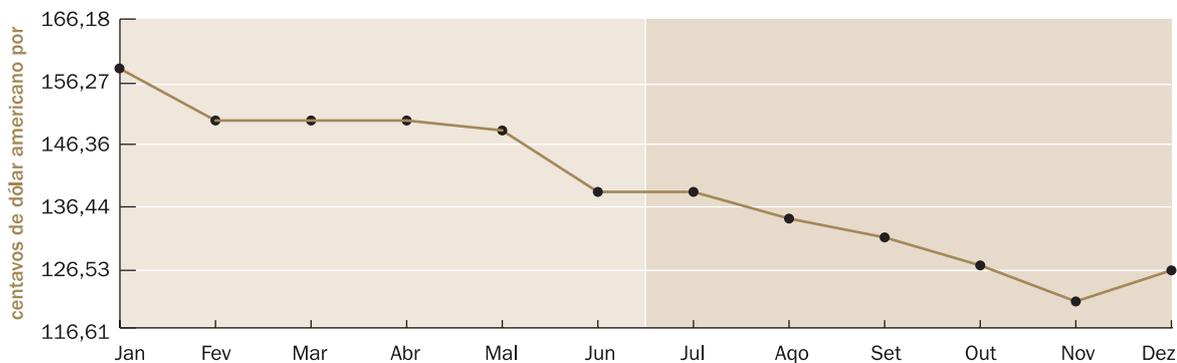


Descrição: Coffee, Robusta, International Coffee Organization New York cash price, ex-dock New York centavos de dólar americano por libra

## Café arábica suave Preço Mensal - centavos de dólar americano por libra

Gama 6m 1a 5a 10a 15a 20a 25a 30a

Jan 2013 - dez 2013 -31,530 (-19.92%)



Descrição: Coffee, Other Mild Arabicas, International Coffee Organization New York cash price, ex-dock New York centavos de dólar americano por libra  
 Unidade: Centavos de dólar americano por libra  
 Fonte deste gráfico e do anterior: <http://www.indexmundi.com/commodities/>

## Importações

A análise das importações do nosso país não é fácil já que, nomeadamente nos últimos anos e como resultado quer de aspectos específicos da política de desenvolvimento do país que de alterações de critérios na contabilização das mesmas, há que estar atento às variações dos valores e suas explicações.

Por exemplo, em 2011 e 2012 --- mais neste último ano que no primeiro --- os valores sofreram uma grande influência das

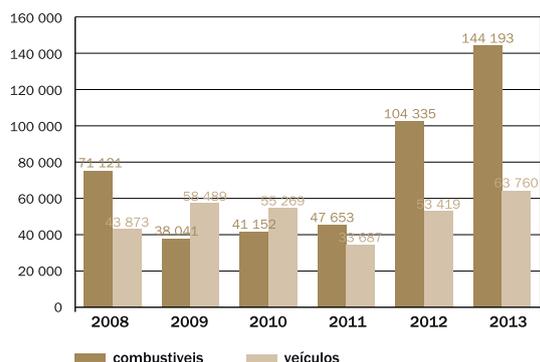
importações de material destinado ao programa de electrificação de Timor-Leste (nomeadamente os geradores, provenientes da Finlândia, até então um fornecedor menor do país --- e depois também...) iniciado pelo Governo como peça fundamental da sua política de desenvolvimento. Em 2012 o valor das importações provenientes da Finlândia foram de 228,8 milhões de USD e em 2011 tinha sido de 68,6 milhões. Para comparação refira-se que em 2013 foram apenas de 0,8 milhões.

### Valor anual das importações (milhões de USD)

2009	2010	2011	2012	2013
282,6	288,6	318,7	664,0	842,8

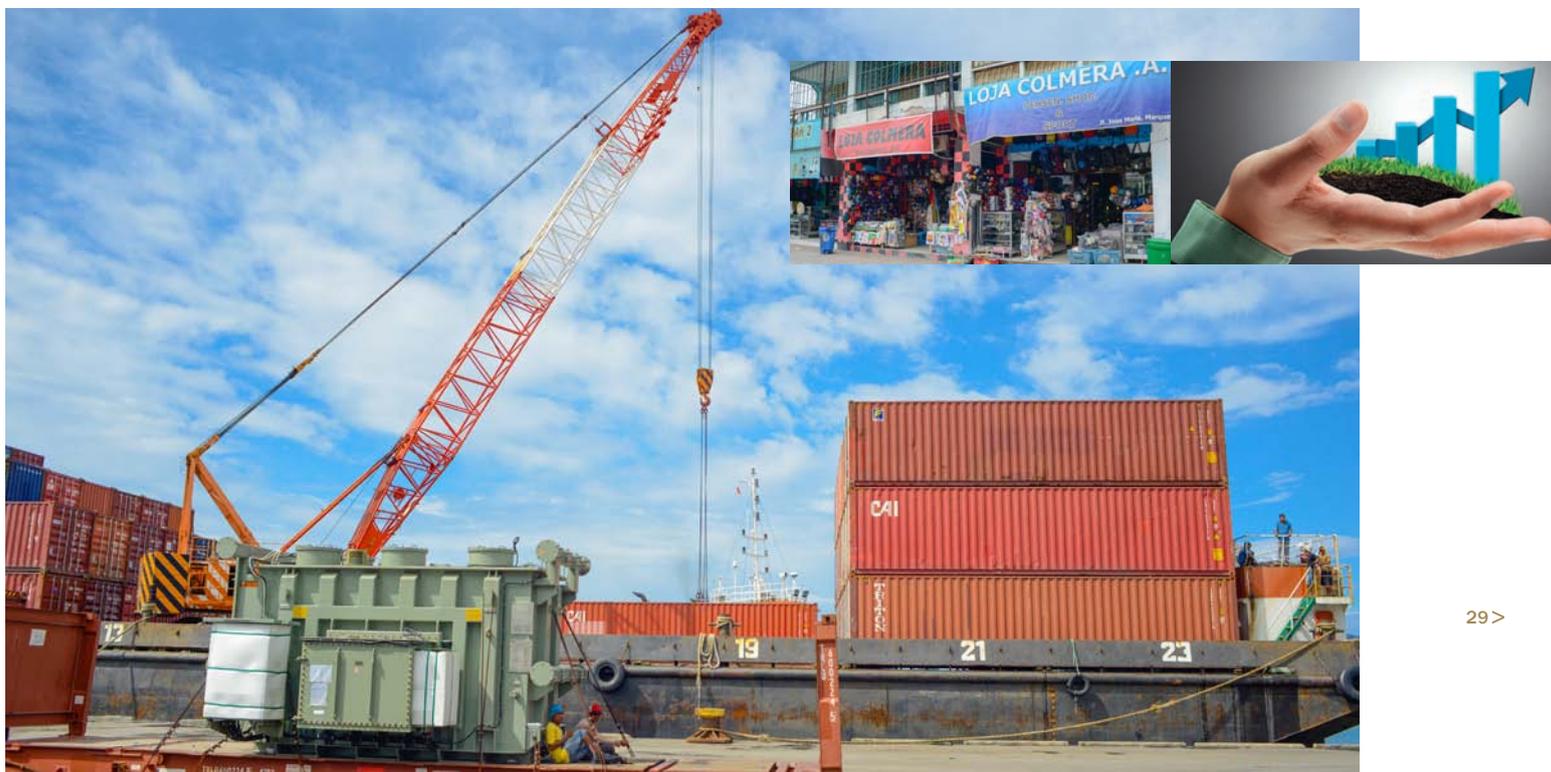
Nota: tomaram-se apenas as chamadas "importações mercantis", eliminando-se a referência a importações isentas de pagamento de taxas alfandegárias como, por exemplo, as destinadas a embaixadas em Timor-Leste

### Combustíveis e veículos: importação em milhares de USD



Nota: o grande aumento da importação de combustíveis em 2012 e 2013 relativamente aos anos anteriores deve-se à entrada em funcionamento das centrais eléctricas de Hera, primeiro, e Betano, depois, ambas consumidoras de diesel.

Note-se que esta opção de estratégia de desenvolvimento se reflectiu também no valor das importações de petróleo, que, devido à necessidade de importar combustível para as novas centrais eléctricas (Hera e Betano) aumentou significativamente nos últimos anos como se pode verificar no gráfico seguinte:



Quanto aos valores para 2013, ressentem-se fortemente do facto de as estatísticas terem passado a incluir o valor pago pela importação, pelo Banco Central de Timor-Leste, das notas de dólar americano em uso como moeda corrente do país. Isto trouxe como consequência que as importações provenientes dos Estados Unidos, que em

2011 e 2012 tinham sido, respectivamente, de 0,5 e de 1,5 milhões de USD, tivessem sido de 136,6 milhões de USD em 2013.

Por outro lado, as importações totais do capítulo 49 da pauta aduaneira (livros e outro material impresso), que tinha sido de 0,4 e de 7 milhões em 2011 e 2012 foi de 317,7 milhões de USD em 2013, distorcendo bastante o valor global das importações que foi, neste ano, de 842,2 milhões USD.

### Timor-Leste: importações por tipo de produtos nos anos mais recentes (excepto classe 85-Máquinas eléctricas, etc) (milhões USD)

	2011	2012	2013
<b>Total com máquinas eléctricas (por memória) *</b>	<b>334,6</b>	<b>667,8</b>	<b>842,2</b>
Máquinas eléctricas (85)	99,4	244,2	43,8
<b>TOTAL (sem classe 85-máq eléct.)</b>	<b>235,2</b>	<b>423,6</b>	<b>798,4</b>
Cereais (10)	9,2	31,1	22,5
Petróleo (27)	47,7	104,3	145,2
Artigos de ferro e aço (73)	23,5	35,2	21,2
Máquinas mecânicas (84)	20,7	27,8	39,3
Veículos (87)	33,7	53,4	63,8

Notas: 1 - o número entre parenteses na primeira coluna é o da classe da pauta aduaneira;

2 - por deficiência do sistema de registo de dados do comércio internacional durante os primeiros cinco meses de 2011, os valores que aqui constam para este ano estão muito subavaliados. Por exemplo, as importações dos cinco primeiros meses de 2010 terão sido de 115 milhões USD enquanto em 2011 só aparecem registados 10 milhões.

3 - os dados de 2013 estão "inflacionados" por se ter passado a incluir o valor das importações de notas de USD provenientes dos Estados Unidos e destinados ao Banco Central de Timor-Leste. Nesse ano as estatísticas registam 317,8 milhões de USD de material da linha 49 da pauta aduaneira (Livros e todo o material impresso pela indústria de impressão — que inclui o subgrupo 4907, onde são incluídas as notas de banco) correspondentes a 37,7% das importações do ano. Se retirarmos este valor as importações passam para cerca de 525 milhões de USD

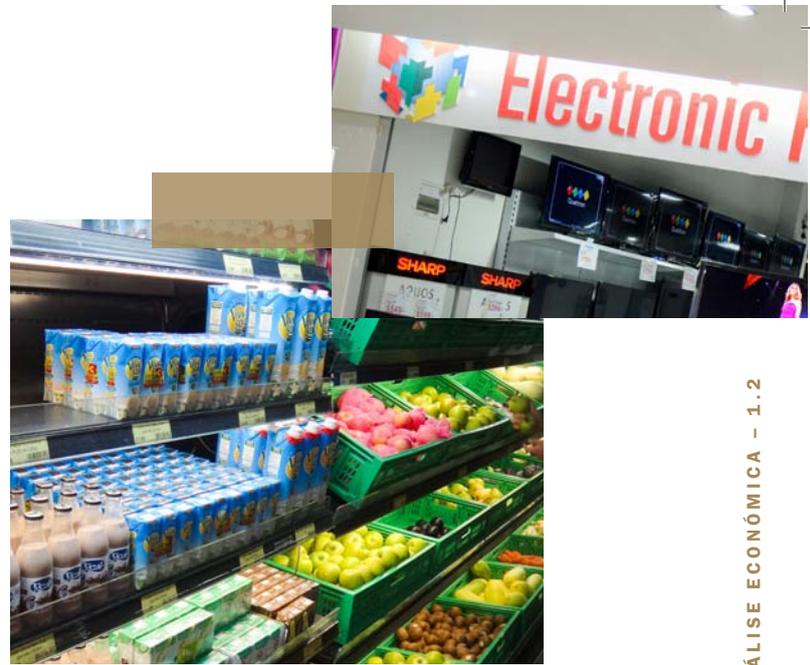
### Timor-Leste: importações por países nos anos mais recentes (excepto Finlândia) (milhões USD)

	2011	2012	2013
<b>Total com Finlândia (por memória)</b>	<b>318,7</b>	<b>661,2</b>	<b>661,6</b>
Finlândia	68,6	228,8	0,9
<b>TOTAL (sem Finlândia)</b>	<b>250 (100%)</b>	<b>432 (100%)</b>	<b>660,7 (100%)</b>
Indonésia	98 (39%)	149 (35%)	181,3 (27,4%)
Singapura	21 (8%)	45 (10%)	62,6 (9,5%)
Austrália	15 (6%)	24 (6%)	15,9 (2,4%)
China	60 (24%)	44 (10%)	39,8 (6,0%)
Vietname	7 (3%)	31 (7%)	41,3 (6,3%)
Estados Unidos			136,6 (20,7%)
Malásia	13,8 (4,3%)	51,7 (7,8%)	79,5 (12%)

NOTA 1: por deficiência do sistema de registo de dados do comércio internacional durante os primeiros cinco meses de 2011, os valores que aqui constam para este ano estão muito subavaliados. Por exemplo, as importações dos cinco primeiros meses de 2010 terão sido de 115 milhões USD enquanto em 2011 só aparecem registados 10 milhões.

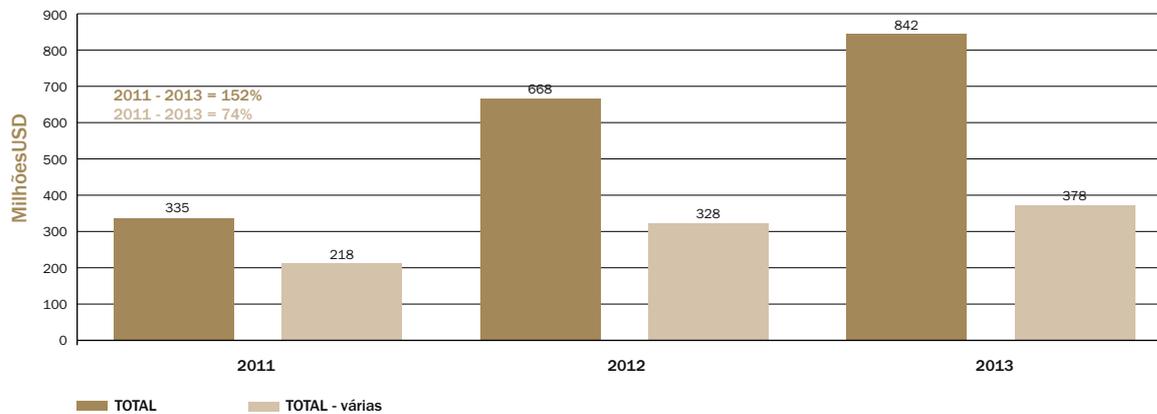
NOTA 2: em 2013 os Estados Unidos surgem como fornecedores de 136,6 milhões de USD (20,7% do total) e a Malásia com 79,5% (12%). Não havendo nas estatísticas cruzamento dos dados por produtos com os da sua origem, não se sabe que produtos foram importados de um ou de outro país.

Podemos resumir a situação com o quadro e o gráfico abaixo, que demonstram bem a grande sensibilidade das nossas importações a alterações “anormais” e o facto de as “normais” serem muito menores que as totais e a sua variação ser muito menor (note-se que estamos a considerar como “anormais” as importações de petróleo, o que não corresponde à verdade já que, uma vez iniciado o funcionamento da duas centrais, elas passaram a ser “normais” (e muito mais elevadas que no passado recente, tendo mais que triplicado entre 2011 e 2013):



MIL USD	2011	2012	2013
TOTAL das importações [1]	334.649	667.873	842.25
TOTAL – petróleo (HSC27) – material impresso/notas (HSC49) – importações da Finlândia (geradores para as centrais eléctricas de Hera e Betano) [2]	218.011	327.644	378.448
TOTAL – petróleo (HSC27) – material impresso/notas (HSC49) [3]	286.623	556.478	379.31
TOTAL – material impresso/notas (HSC49) [4]	334.276	660.813	524.503
TOTAL – petróleo (HSC27) [5]	286.996	563.538	697.055

Importações totais e depois de “descontadas” as de petróleo, de material impresso e da Finlândia (geradores para as centrais eléctricas) (milhõesUSD)



## Balança de Pagamentos

Nos quadros abaixo apresentam-se as balanças de pagamentos de Timor-Leste para os últimos quatro anos tal como calculadas pelo Banco Central do nosso país. No quadro abaixo representa-se a Balança Corrente (Current Account), que inclui a balança de bens e serviços, a de rendimentos e a de transferências.

### Balança De Pagamento- Timor Leste (Em milhões de USD)

Sub-Program	2010/R	2011/R	2012/R	2013/P
Balança corrente excluindo outros renda primaria	(432)	(888)	(891)	(939)
<b>I. Balança corrente</b>	<b>1,678</b>	<b>2,352</b>	<b>2,668</b>	<b>2,111</b>
<b>A. Bens e serviços</b>	<b>(1,241)</b>	<b>(1,758)</b>	<b>(1,637)</b>	<b>(1,635)</b>
<b>1. Bens, fob</b>	<b>(280)</b>	<b>(373)</b>	<b>(638)</b>	<b>(821)</b>
Credito, fob	27	29	33	18
Debito, fob	(307)	(402)	(672)	(838)
<b>2. Servicos</b>	<b>(961)</b>	<b>(1,385)</b>	<b>(998)</b>	<b>(814)</b>
Credito	75	79	69	89
Transportes	33	18	1	1
Viagens e turismo	46	31	21	32
Outros servicos, incluindo serviços governamentais	767	363	47	56
Debito	(1,036)	(1,464)	(1,068)	(903)
Transportes	(42)	(47)	(76)	(88)
Viagens e turismo	(41)	(49)	(68)	(57)
Outros servicos, incluindo serviços governamentais	(1,483)	(1,368)	(924)	(758)
<b>B. Rendimentos</b>	<b>2,435</b>	<b>3,577</b>	<b>3,873</b>	<b>3,305</b>
<b>1. Rendimento de trabalho</b>	<b>124</b>	<b>118</b>	<b>96</b>	<b>2</b>
Credito	125	120	97	4
Debito	(2)	(1)	(1)	(2)
<b>2. Rendimentos de Investimento</b>	<b>201</b>	<b>219</b>	<b>218</b>	<b>252</b>
Credito	207	227	226	259
Debito	(6)	(8)	(8)	(6)
<b>3. Outro renda primaria (rendimento do JPDA), credito1/</b>	<b>2,110</b>	<b>3,240</b>	<b>3,559</b>	<b>3,050</b>
<b>C. Transferencias correntes</b>	<b>484</b>	<b>533</b>	<b>432</b>	<b>441</b>

Fonte / Source: Banco Central de Timor-Leste

Para além da balança corrente a balança de pagamentos inclui ainda a balança de capital e a balança financeira.

O saldo da balança de pagamentos é dado pela linha “equilíbrio global”, cujo valor tem como “espelho” a variação de reservas do país. Note-se que devido à técnica contabilística os sinais negativos correspondem a aumentos

das reservas e não, como se poderia pensar, a diminuições desta.

Quanto à balança corrente, os principais elementos a salientar são os seguintes:

- O seu saldo é sempre positivo apesar dos fortes saldos negativos da balança de bens e serviços, com o saldo negativo da de serviços a ultrapassar sempre o da de bens (exportação e importação de mercadorias). Isto fica a dever-se em parte ao facto de gastos tão importantes como os relacionados com o programa de electrificação do país serem contabilizados na balança de serviços e não na de bens pois se trata de um serviço que as empresas contratadas estão a prestar ao país e este paga o serviço e não os equipamentos importados --- os quais são pagos pelas empresas prestadoras do serviço de construção das centrais e da electrificação do país. O valor destes serviços e de outros prestados ao Governo pode ser visto na linha do “débito” dos “outros serviços, incluindo serviços governamentais” da balança de serviços.

- Os saldos negativos da balança corrente são também o resultado dos baixíssimos níveis dos “créditos” quer de “bens” quer de “serviços”, créditos esses correspondentes às exportações do país, as quais foram em 2013 de apenas 18 milhões de “bens” (contra um débito por importações efectuadas de 838 milhões) e 89 milhões de “serviços” (contra um “débito” por importações de 903 milhões de USD);

- A balança de rendimentos, onde se contabilizam a crédito os rendimentos da exploração petrolífera do Mar de Timor [vd “3.Outra renda primária (rendimento da JPDA)], apresenta, por isso, saldos muito importantes (3,6 mil milhões de USD em 2011, 3,9 em 2012 e 3,3 em 2013), maiores que os saldos negativos da balança de bens e serviços e que acabam, por isso, por tornar (muito) positivos os saldos da balança corrente: 2,4 mil milhões em 2011 e 2,7 e 2,1 mil milhões em 2012 e 2013 respectivamente.

### Balança De Pagamento- Timor Leste (Em milhões de USD)

Sub-Program	2010/R	2011/R	2012/R	2013/P
II. Balanca de capital e de Financeria, excluindo Reservas	(1,505)	(2,249)	(2,242)	(3,132)
A. Balanca de capital	31	26	23	11
B. Balanca financeira	(1,536)	(2,257)	(2,265)	(3,144)
1. Investimento Directo	3	80	6	5
1.1 Investimento de Timor-Leste no exterior	(26)	33	(13)	(13)
1.2 Investimento do exterior em Timor Leste	29	47	18	18
2. Investimento de carteira	(1,482)	(2,401)	(2,276)	(3,073)
2.1 Activos /	(1,509)	(2,407)	(2,282)	(3,090)
2.2 Passivos	4	59	8	19
3. Outro Investimento	(56)	46	5	(77)
3.1 Activos	(61)	(13)	(3)	(95)
3.2 Passivos	4	59	8	19
III. Resultado Global (I+II)	173	103	426	(1,021)
IV. Erros e omissões	(17)	(48)	(4)	856
V. Equilibrio global (III+IV)	156	55	422	(197)
VI. Variacao na Res. Internacional Liq. do BM (aum = -)	(156)	(55)	(422)	197

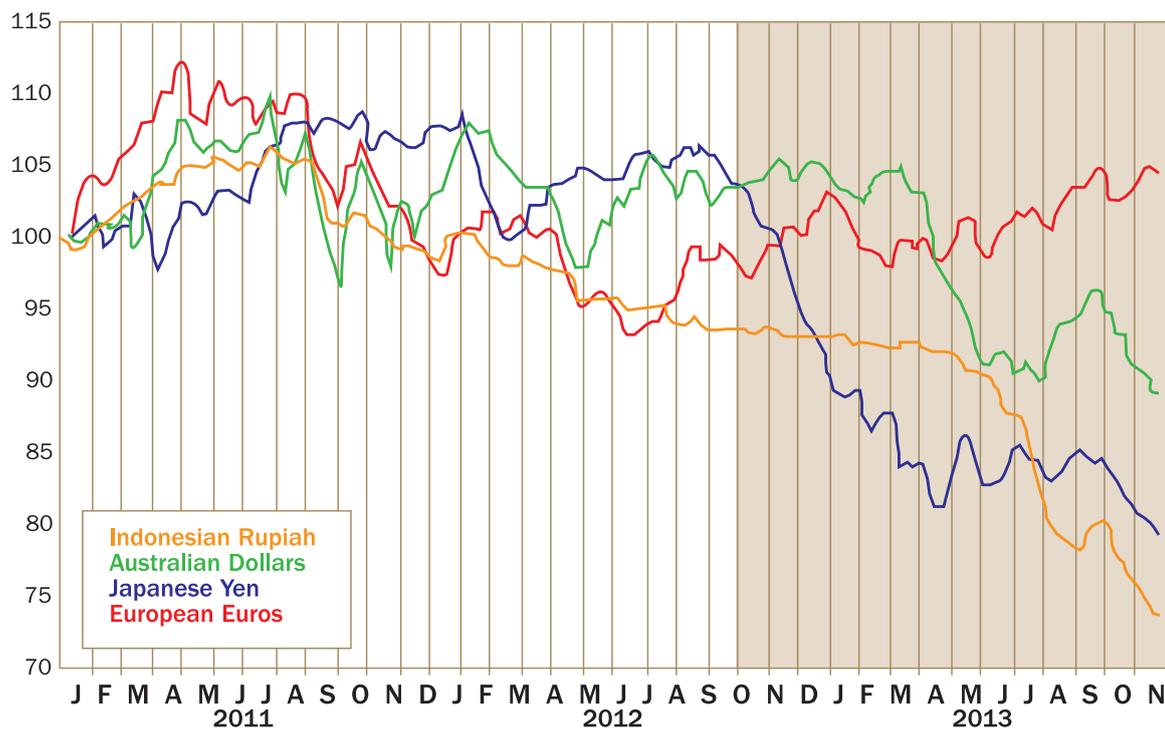
Relativamente à “Balança de Capital e Financeira (excluindo as Reservas)”, os principais pontos a salientar são os seguintes:

- Os saldos desta balança são sistematicamente negativos e de montantes elevados (-2,2 mil milhões em 2012 e -3,1 em 2013, p.ex.) em resultado do valor dos activos do “investimento de carteira”, basicamente o investimento do Fundo Petrolífero de Timor-Leste;

- O “investimento do exterior em Timor-Leste”, que devia ser uma componente importante do processo de desenvolvimento do nosso país, surge com valores extremamente baixos: 18 milhões e 18 milhões, respectivamente, em 2012 e 2013.

Valor importante a reter é o da “variação das reservas internacionais líquidas do Banco Central”. Note-se que os valores são, aqui e em resultado da técnica contabilística, afectados por um sinal que é contrário ao normal: os aumentos das reservas aparecem com sinal negativo e os sinais positivos representam diminuições das reservas. Por exemplo, o ano de 2012 viu as reservas do Banco Central aumentar de 422 milhões de dólares, correspondentes aos mesmos 422 milhões da rubrica que representa o saldo global da balança de Pagamentos depois de corrigida de erros e de omissões, o “equilíbrio global”. No final do trimestre de 2013 o “equilíbrio global” era negativo de (-)197 milhões de USD.

### Comparative Weekly Avg. Exchange Rates: Relative to U.S. Dollar



© 2014 by Prof. Werner Antweiler, University of British Columbia, Vancouver BC, Canada.  
[http://fx.sauder.ubc.ca/cgi/fxplot?b=USD&c=EUR&c=JPY&c=AUD&c=IDR&rd=\\*%&fd=1&fm=1&fy=2011&ld=31&lm=12&ly=2013&y=weekly&q=volume&f=jpeg&a=lin&m=0&x=](http://fx.sauder.ubc.ca/cgi/fxplot?b=USD&c=EUR&c=JPY&c=AUD&c=IDR&rd=*%&fd=1&fm=1&fy=2011&ld=31&lm=12&ly=2013&y=weekly&q=volume&f=jpeg&a=lin&m=0&x=)  
 Período representado no gráfico: 1/Jan/2011 - 31/Dez/2013

## Taxas de câmbio

Uma das principais variáveis económicas é o preço da nossa moeda em relação a outras, nomeadamente o seu preço relativo. No gráfico abaixo, onde se mostra a evolução do dólar norte-americano (a moeda corrente de Timor-Leste) relativamente a quatro moedas, nomeadamente das mais importantes nas relações económicas internacionais do país, pode-se verificar que tal evolução foi diferenciada ao longo do tempo e segundo as moedas.

não perder capacidade competitiva das produções nacionais. De quanto teria de ser a desvalorização? Não teria de ser necessariamente na mesma proporção mas num montante que dificilmente poderia deixar de ser aproximado.

Na situação actual, de uso do USD pelo nosso país, a valorização da “nossa” moeda trouxe uma moderação na “inflação importada” do país vizinho e, conseqüentemente, terá sido uma das causas da moderação da taxa de inflação entre nós.

### Taxas de câmbio das principais moedas face ao USD. 1 USD obtinha...

	AUD	IDR	JPY	EUR
Início de 2013	0,963	9,606	86,16	0,757
Fim de 2013	1,120	12,166	105,03	0,725

Assim, ao longo do período o dólar valorizou-se significativamente face à rupia indonésia (a descida da curva desta retrata a sua desvalorização face ao USD, mais intensa na segunda metade de 2013) mas também face ao iene japonês. Uma valorização do dólar deu-se também em relação ao dólar australiano. Das quatro moedas cujo comportamento em relação ao USD está ilustrado acima apenas o Euro conheceu alguma valorização.

Note-se a significativa depreciação da rupia indonésia (IDR): cerca de 20% ao longo do ano de 2013. Esta evolução, ditada pela política económica (agressiva) das autoridades do país vizinho, visou sobretudo assegurar a manutenção e, mesmo, o aumento da competitividade externa do país. Se Timor-Leste dispusesse de moeda própria não poderia ficar alheio a esta evolução da IDR e teria, também ele, muito provavelmente, de desvalorizar a sua moeda de modo a

Admitindo-se que os importadores nacionais não alteraram os preços de venda dos bens vindos da Indonésia, os principais beneficiários da desvalorização da IDR foram esses mesmos importadores e não o público em geral.

Quanto ao dólar australiano, a sua desvalorização face ao USD terá rondado, durante o ano de 2013, os cerca de 15%. Note-se que alguns importadores de produtos australianos tinham anteriormente deixado de importar alguns produtos por se terem tornado demasiado caros para o comum dos consumidores timorenses quando o AUD se valorizou (2011 e a primeira metade de 2012). Outros, para não prejudicarem as suas vendas no país, tentaram não alterar significativamente os preços dos produtos “made in Australia”. Outros ainda vieram a actualizar os preços quando o AUD já estava a desvalorizar-se.

## Finanças Públicas

Contrariamente ao que aconteceu noutros anos, o Ministério das Finanças não publicou em 2013 um único relatório trimestral de execução orçamental. O último a ser editado e disponibilizado ao grande público pela sua disponibilização na net foi o relativo ao segundo trimestre de 2012, não tendo sido publicado mesmo o do último trimestre desse ano.

Assim sendo, o observador das contas públicas fica dependente da informação constante do Portal das Finanças em <http://www.budgettransparency.gov.tl/public/index>, o qual é actualizado diariamente e permite um bom acompanhamento das finanças públicas do país, sendo a nossa fonte fundamental de informação para a análise que se segue.

Temos acesso a um documento sobre a execução no primeiro semestre de 2013 mas como se trata de uma edição não acessível a público preferimos não o utilizar aqui como fonte de informação.

## As receitas

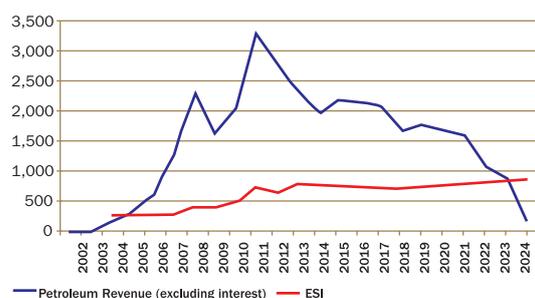
As receitas do Estado são constituídas fundamentalmente pelas transferências do Fundo Petrolífero de acordo com a autorização concedida pelo Parlamento Nacional aquando da aprovação do orçamento anual e as chamadas “receitas domésticas”, as provenientes da cobrança de taxas e impostos, basicamente sobre o rendimento e alfandegárias.

As transferências do Fundo Petrolífero, que dependem do valor das receitas petrolíferas totais, totalizaram em 2013 o valor de 730 milhões de USD e por decisão do Parlamento Nacional limitaram-se ao valor do “rendimento sustentável”, não tendo sido efectuadas, ao contrário do usual nos anos anteriores, transferências superiores a este rendimento.

Note-se que no OGE13 se estimava que as receitas petrolíferas deveriam terminar em 2024 mas uma reavaliação da situação da exploração do poço de Bayu Undan fez antecipar, segundo o OGE14, esse final para 2020, quatro anos antes.



**Figura 2.5.3.2.1**  
Receitas petrolíferas de Timor-Leste e Rendimento Sustentável Estimado entre 2002 e 2025 (milhões de dólares)



Fonte: Unidade Apoio Administração do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2012

Excepcionalmente --- pelo menos em relação aos anos anteriores --- o financiamento do OGE13 incluiu também uma parte do saldo da conta do Tesouro junto do Banco Central de Timor-Leste cuja principal origem foi o saldo não utilizado do Fundo Petrolífero em 2012. O valor dessa transferência tal como orçamentada no OGE13 foi de cerca de 671 milhões de USD.

Para além das fontes de financiamento anteriores foi previsto um pequeno montante com origem em empréstimos bonificados para financiamento de três das principais estradas do país: as que de Dili partem para Sul, para nascente e para poente. O valor previsto dos empréstimos foi de 43,6 milhões de USD.

No quadro abaixo podem ver-se as principais categorias de receitas domésticas: os impostos alfandegários (sobre as importações já que não há impostos sobre as exportações) e os impostos sobre o rendimento e sobre as despesas.

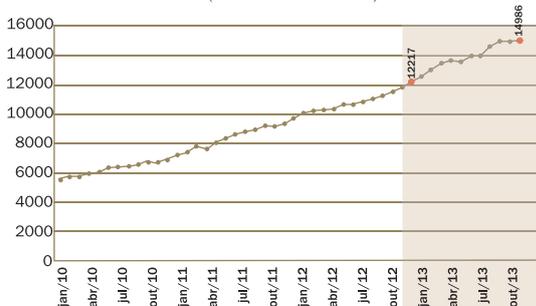
Note-se que o valor das receitas domésticas no Orçamento de 2013 representava apenas 8,9% do

financiamento global tendo em conta o valor das despesas orçamentadas (1648 milhões de USD).

Já tendo em consideração o valor efectivamente pago das despesas orçamentadas (1076 milhões de USD) as receitas domésticas permitiram financiar 13,8% do total.

Estes valores dizem bem da enorme dependência dos orçamentos de Estado relativamente ao financiamento com origem nas receitas petrolíferas e, mais concretamente, das transferências a partir do Fundo Petrolífero que elas alimentam. Isto é particularmente relevante no contexto da informação disponibilizada aquando da apresentação do OGE14 de que aquelas receitas cessarão virtualmente em 2020.

### Capital do Fundo Petrolífero, dados mensais (mil milhões de USD)



### Receitas (em milhões de USD)

Ano Fiscal	2013			
Grupo	Detalhes do			
CATEGORIA	ORÇAMENTO	COBRADO	SALDO	EXECUÇÃO %
Total	146.30	149.01	2.71	101.9
Rendimento de Impostos	105.76	104.37	1.39	98.7
Rendimento não-fiscal	17.70	25.44	7.75	143.8
Rendimento de agências	22.84	19.20	3.65	84.0

### Receitas (em milhões de USD)

Ano Fiscal	2013			
Grupo Categoria	Detalhes do Orçamento	Cobrado	Saldo	Execução %
Total	146.30	149.01 -	2.71	101.9
Rendimento de Impostos	105.76	104.37	47.51	96.9
Dir Nac de Alfandega	58.81	60.19 -	1.37	102.3
Direcção Geral Impostos	46.95	20.19	26.76	43.0
Impostos sobre rendimento	41.79	18.51	23.28	44.3
Taxa de serviço	5.15	1.68	3.48	32.5
Dir Nac Impostos Domenticos	-	22.12	22.12	

## As despesas

Contrariamente ao que aconteceu noutros anos, o Ministério das Finanças não publicou em 2013 um único relatório trimestral de execução orçamental. O último a ser editado foi o relativo ao segundo trimestre de 2012, não tendo sido publicado mesmo o do último trimestre desse ano.

Assim sendo, o observador das contas públicas fica dependente da informação constante do Portal das Finanças em <http://www.budgettransparency.gov.tl/public/index>, o qual é actualizado diariamente e permite um bom acompanhamento das finanças públicas do país, sendo a nossa fonte fundamental de informação para a análise que se segue.



**Tabela 2.1.1.1: Orçamento de Fontes Combinadas 2012 e 2013, em milhões de USD**

	Concreto em 2012	OGE 2013	Concreto em 2013
OGE fontes combinadas	1451	1851	1281
Despesas Governamentais por Fundo	1198	1648	1078
FCTL - Fundo Comum de Timor-Leste	789	1001	836
FDCH - Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano	32	42	36
Fundo das Infraestruturas	376	604	206
Compromissos dos Parceiros de Desenvolvimento	254	203	203

Fonte: Proposta de OGE14, Livro 1 (adaptado); os valores da coluna "concreto 2013" divergem ligeiramente dos valores de outros quadros devido aos arredondamentos nas parcelas

O quadro abaixo sintetiza o essencial das Despesas Públicas desde 2008 até 2013. Para 2012 e 2013 explicitam-se os valores orçamentados e os que foram efectivamente gastos. Na última linha indica-se a taxa de execução dos orçamentos, sendo de salientar que ela é calculada com a soma do valor gasto com o valor das obrigações assumidas pelo Estado.

## Despesas Públicas

Anos	2008 (Gasto)	2009 (Gasto)	2010 (Gasto)	2011 (Gasto)	2012 (OGE)	2012 (Gasto)	2013 (OGE)	2013 (Gasto)
Valor (milhoes de USD)	484	604	760	1097	1806	1198	1648	1076
Variacao anual (%)		26%	25%	45%		9%		-10%
Taxa de execucao (%) (pago+obrigacoes)	61,4	88,8	90,7	85,3		68,5		75,6

Uma leitura do quadro permite desde logo concluir:

- Os valores gastos aumentaram significativamente entre 2009 e 2011, tendo aumentado muito menos em 2012 e diminuindo 10% em 2013 relativamente ao ano anterior. A variação total entre 2008 e 2011 foi de 127% (isto é, mais que duplicou). Recorde-se aqui que no ponto apropriado este aumento importante dos gastos públicos foi identificado como uma das causas mais importantes --- senão “a” mais importante --- do processo inflacionário que tem caracterizado a economia do nosso país nos últimos anos;

- As taxas de execução dos Orçamentos têm demonstrado alguma instabilidade e nos últimos dois anos têm sido especialmente baixas. Em 2013 foi de 75,6%, isto é ficou por executar  $\frac{1}{4}$  do Orçamento desse ano. As taxas baixas de execução em 2012 e 2013, particularmente neste ano, devem-se

principalmente à dificuldade em levar a cabo muitas das obras previstas no âmbito do Fundo de Infraestruturas (com taxas de execução de cerca de 50%, enquanto as restantes despesas são executadas em cerca de 80%;

- O valor gasto do Fundo de Infraestruturas em 2013 foi de 206 milhões de USD e o despendido pelos vários ministérios e outros serviços foi de 870 milhões. O Orçamento do Fundo de Infraestruturas foi de 604 milhões, sendo o dos restantes organismos do Estado de 1044 milhões de USD. Daqui resulta que a taxa de execução do FI (valor pago + obrigações) foi de 50% e a do restante OGE foi de 83%.

As despesas orçamentadas e as efectivamente pagas segundo a sua “categoria” estão identificadas no quadro abaixo (a “taxa de execução” é calculada com a soma dos “pagamentos” e as “obrigações” assumidas --- não constam do quadro --- e não apenas com os primeiros):

## Despesas

Ano Fiscal	2013				
Grupo	Detalhes do				
CATEGORIA	ORÇAMENTO		PAGAMENTOS		EXECUÇÃO
	USD	%	USD	%	%
Total	1647.52	100.0	1076.51	100.0	75.7
	(65.3% do orçamento)				
Salários e vencimentos	161.12	9.8	141.88	13.2	88.1
Bens e serviços	427.57	26.0	381.85	35.5	92.8
Capital menor	55.41	3.4	40.45	3.8	82.6
Capital de desenvolvimento	757.99	46.0	305.31	28.4	59.0
Tranferências	234.51	14.2	196.57	18.3	87.0
Despesas para contingências	10.92	0.7	10.44	1.0	98.1

## Despesas

Ano Fiscal – Grupo	2013 – Detalhes do Orçamento		
Item	Orçamento	Real/Pago	Execução %
<b>Total</b>	<b>1647.52</b>	<b>1075.64</b>	<b>76%</b>
Bens e serviços	427.57	381.35	93%
Fuel para geradores	101.49	94.74	94%
Serviços profissionais (consultorias, etc)	68.82	62.84	95%
Treino e seminários	51.60	43.26	88%
Despesas operacionais	40.81	27.62	71%
Outros serviços varios	40.54	30.12	77%
Materiais operacionais	39.52	37.80	101%
Manutenção de equipamentos e edifícios	19.58	16.62	93%
Fuel para veículos	14.05	13.12	95%
Manutenção de veículos	12.67	10.61	85%
Viagens ao estrangeiro	11.38	15.45	138%

O “capital de desenvolvimento”, que inclui as verbas atribuídas e gastas no quadro do Fundo de Infraestruturas e as despesas deste tipo directamente a cargo dos Ministérios, é a categoria mais importante no OGE13 mas quanto aos pagamentos, devido à reduzida taxa de execução do Fundo, é a segunda categoria mais importante, sendo ultrapassada pela de “bens e serviços”. Esta representou mais de 1/3 dos gastos públicos, o que diz bem do “peso” da máquina do Estado no conjunto do Orçamento. Se lhe juntarmos, em termos de gastos efectivos, os 13,2% dos “salários e vencimentos” verificamos que aquela “máquina” absorve quase metade das despesas pagas. A que ainda há que acrescentar a quase totalidade do “capital menor” (3,8%).

O quadro abaixo discrimina as despesas em “bens e serviços” de valor superior a 10 milhões de USD. As três principais são as com “fuel com geradores” (que há medida que avançar a electrificação em curso no país tenderão, em princípio, a baixar), as com “serviços profissionais” (nomeadamente consultorias) e as com formação do pessoal com vários tipos de treinos e seminários.

Uma referência especial a duas rubricas que tiveram uma taxa de execução superior

a 100% (!): as despesas com “materiais operacionais” e as com “viagens ao estrangeiro”, a rubrica de valor superior a 10 milhões de USD com maior taxa de execução. O valor elevado dos gastos com esta rubrica levou o Governo a, no Orçamento de 2014, impor algumas medidas de moralização do uso desta rubrica do Orçamento.

Uma componente essencial dos Orçamentos de Estado de Timor-Leste é o Fundo de Infraestruturas, gerido por uma comissão interministerial. Este Fundo faz a gestão da parte mais importante da construção de infraestruturas do país distribuídas por um conjunto de programas. O quadro abaixo sintetiza a informação sobre os programas existentes, respectiva dotação orçamental e montante efectivamente gasto durante o ano de 2013.

O primeiro ponto que chama a atenção é o da fraca taxa de execução do FI em 2013, 50,5%, quase repetindo uma taxa verificada no ano anterior. Repare-se que se calcularmos a taxa de execução apenas com os valores efectivamente pagos então ela desce para pouco mais de 1/3: 34%.

Segundo ponto a salientar é o de que embora o orçamento do Fundo representasse cerca

## Despesas

Ano Fiscal - Grupo		2013 - Detalhes do Orçamento			
Sub-Program	Orçamento	Obrigações	Real	Exec. (real + obrig.) %	Execução (só real) %
<b>Total</b>	<b>1647.519</b>	<b>169.897</b>	<b>1076.505</b>	<b>75.7</b>	<b>65</b>
<b>Fundo de Infraestrutura - FI</b>	<b>604.377</b>	<b>99.389</b>	<b>205.771</b>	<b>50.5</b>	<b>34</b>
Irrigacao	6.953	2.904	2.810	82.2	40
Plano mestre	10.098	0.006	0.754	7.5	7
Esgotos	20.000	0.000	0.000	0	0
Desenvolvimento Urbana e Rural	6.576	0.000	0.000	0	0
Edifício Publicos	40.668	4.445	18.638	56.8	46
Escolas	5.769	2.174	1.289	60	22
Universidades	2.653	0.034	1.155	44.8	44
Energia electrica	121.667	32.398	81.943	94	67
Equipamento informatica	10.491	2.462	4.237	63.9	40
Agua e saneamento	6.930	0.000	0.000	0	0
Habitacao (Aldeias do Milenio)	39.333	22.870	7.129	76.3	18
Hospital/ clinica	2.041	0.749	0.238	48.4	12
Seguranca e defesa	17.599	2.795	4.341	40.5	25
monumentos	1.663	0.019	1.152	70.4	69
Aeroportos	17.620	0.000	2.450	13.9	14
Estradas e pontes	34.040	0.000	0.000	0	0
Petroleo e gas	87.742	2.174	3.259	6.2	4
Aeroportos	6.967	0.000	0.000	0	0
Estradas	111.123	20.606	59.845	72.4	54
Pontes	15.230	4.492	10.454	98.1	69
Portos	10.975	0.816	1.257	18.9	11
Preparacao de desenhos e supervisao-novos projectos	19.418	0.002	0.063	3	0
Programa de desenvolvimento Regiao Oecusi	8.822	0.445	4.757	59	54

de 36,7% do OGE13, as despesas efectuadas foram apenas 19,1% das realmente pagas para o conjunto do Orçamento.

Outro aspecto que chama a atenção do leitor é o facto de existir uma grande diversidade de taxas de execução para os diversos programas, havendo alguns que nem chegaram a ser implementados (taxas de execução de 0%, como no caso do “Desenvolvimento Urbano e Rural” --- situação tanto mais de admirar quanto são conhecidas as deficiências do país nesta área. Isto é,

naturalmente, verdade quer se considerem apenas os valores realmente pagos quer, como faz o Portal das Finanças, se considerem estes mais o valor dos compromissos assumidos por contrato pelo Estado --- e que poderão ou não ser pagos no ano fiscal. O programa com maior dotação orçamental e dos que teve maior taxa de execução (94%) --- na prática trata-se essencialmente de pagamento do contrato de prestação de serviços de construção das centrais eléctricas e da rede de distribuição assinados com os concessionários respectivos --- foi o relacionado com a electrificação do país, acima identificado como “Energia eléctrica”.



Planta da “Aldeia do Milénio” de Baucau (200 habitações) segundo o Geo Earth. Por cima vê-se o quartel das Falintil. Ao lado: aspecto parcial da aldeia. A distância lateral entre as casas é de cerca de 6 metros e a distância entre uma fila e outra de casas é de cerca de 13 metros. Estas distâncias configuram uma densidade de ocupação do espaço muito mais concentrada que o habitual em Timor–Leste.

Os segundo e terceiro maiores programas --- “Estradas” (111 milhões de USD) e “Petróleo e gás”, inserido no programa de desenvolvimento da costa sul do país (Tasi Mane) (88 milhões) --- tiveram sortes diferentes quanto à sua taxa de execução. Enquanto o primeiro viu serem gastos 72% do seu orçamento, o segundo só foi executado em 6,2%, sendo mesmo um dos maiores ‘responsáveis’ pela baixa taxa de execução do FI em geral.

A baixa taxa de execução do programa ligado ao “Tasi Mane” repetiu-se para os outros programas nele incluídos: as “estradas e pontes” (0% !) e os “aeroportos” (também 0%). Tratou-se, naturalmente, de uma opção estratégica do Governo no caso daquele que poderá ser considerado como o programa que se pretendia mais estruturante da economia do país no quadro do “Plano Estratégico de Desenvolvimento” (PED). A sua quase completa

falta de execução pode significar apenas um adiamento do mesmo para momento mais oportuno ou um compasso de espera até ao momento mais apropriado. Só o futuro o dirá. Dos restantes programas dois se destacam pelos seus valores (os 4º e 5º em termos de valor global no contexto do Fundo): a construção de “Edifícios Públicos” e a de “Habitação” no quadro do programa mais geral de prossecução dos chamados “Objectivos do Milénio”. O primeiro, com 41 milhões de USD orçamentados, viu serem gastos cerca de 19 milhões, a maioria deles no novo edifício (11 pisos) para o Ministério das Finanças (a que foram afectos mais 40 milhões no OGE14).

O segundo programa foi executado em 76% se considerarmos a soma do valor pago e das obrigações assumidas contratualmente pelo Estado e apenas 18% se considerar só o valor realmente pago.

## Moeda, crédito e taxas de juro

O conjunto dos meios monetários de que um país dispõe para se efectuarem os pagamentos das operações económicas é um dos agregados económicos mais importantes porque se entende que ele influencia não só a produção como também o nível de preços existentes num determinado momento e a sua dinâmica ao longo do tempo, isto é a inflação.

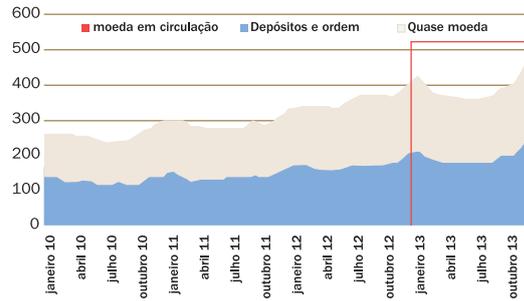
Na maior parte dos países usa-se como medida da disponibilidade de meios de pagamento um agregado monetário designado por M2 e que resulta da soma da moeda fiduciária em circulação (moedas e notas) com os depósitos à ordem (que, como a anterior, podem ser mobilizados imediatamente para efectuar pagamentos através de cheques) e o “quase-moeda”, valores que podem ser mobilizados a relativamente curto prazo para fazer pagamentos.

No gráfico abaixo representa-se a evolução da oferta de moeda em Timor-Leste ao longo do período 2010-2013. Note-se que os valores são aproximados pois que, como o país não tem moeda própria e usa uma moeda de fácil circulação internacional é difícil definir com exactidão a moeda em circulação. Porém, como esta é uma percentagem pequena dos valores disponíveis para pagamentos a M2 é uma boa aproximação à oferta de moeda disponível na economia nacional.

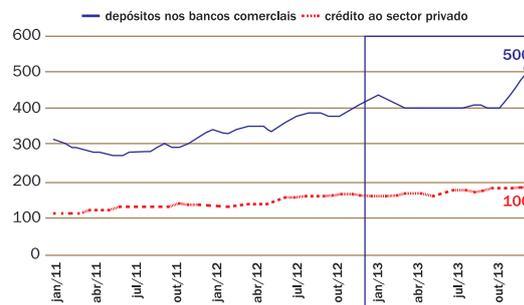
Reparem-se em dois aspectos da parte da curva global relativos a 2013: a oferta de moeda é sempre crescente e, tal como nos anos anteriores, tem tendência a aumentar (por vezes mais, noutras anos menos) no período final de cada ano. Acredita-se que isso se deve ao aumento dos pagamentos realizados pelo Estado no último trimestre de cada ano.

No campo dos agregados monetários é importante também acompanhar a evolução dos depósitos bancários e da sua relação com os empréstimos da banca já que é principalmente com aqueles que ela financia os empréstimos que concede. Como se pode verificar pelo gráfico ao lado, o volume dos empréstimos é muito inferior

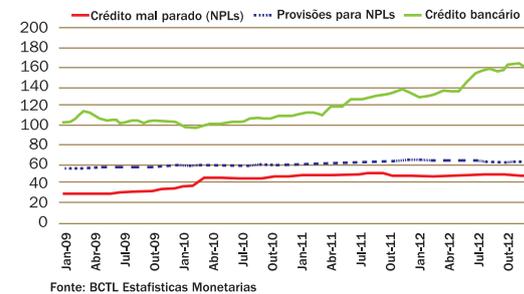
## Oferta de Moeda (M2) e suas componentes (milhões USD)



## Depósitos de e empréstimos ao sector privado (milhões USD)



## Crédito mal parado (NPLs) e provisões para mesmo para mesmo (milhões USD)



Fonte: BCTL Estatísticas Monetárias

ao dos depósitos, dando à banca comercial um excesso de liquidez que a obriga a procurar alguma rentabilidade para os recursos disponíveis através de aplicações no estrangeiro reflectidas na Balança de Pagamentos e nas estatísticas monetárias publicadas pelo Banco Central.

Para além da “quantidade” dos empréstimos importa analisar a sua “qualidade”. Um indicador desta é o montante de “crédito mal parado”, isto é, de empréstimos em que os tomadores dos mesmos não estão a cumprir as obrigações contratuais que assumiram ao receberem o

empréstimo bancário.

No caso do sistema bancário de Timor-Leste o montante desses empréstimos é bastante elevado: cerca de 1/3 do crédito (Na Indonésia era de 3,3% em 2009 e 2,1% em 2012; Naqueles mesmos anos, na Tailândia, foi de 5,3% e 2,7%, respectivamente). Porém, isso não coloca em causa a segurança do sistema quer porque as principais instituições bancárias são filiais de grandes bancos nos seus países de origem que não deixarão de apoiar a sua filial no nosso país em caso de necessidade quer porque estas souberam adaptar-se à situação constituindo provisões (reservas) de nível significativo, mais que suficientes para cobrir as perdas a registar no crédito “mal parado” --- os NPL-Non-Performing Loans da literatura anglófona.

O nível de “crédito mal-parado” acaba por ser

um indicador do risco do negócio bancário pois quando ele é elevado isso significa que este é alto. Ora o risco é uma das componentes que influenciam a taxa de juro dos empréstimos: quando ele é elevado a taxa de juro tende a ser também elevada. Timor-Leste não é excepção e as taxas de juro activas (dos empréstimos) são relativamente altas se comparadas com as do país emissor da moeda corrente no nosso país, o dólar dos Estados Unidos. De facto, a teoria económica diz que quando um país pequeno adopta como sua a moeda de um país grande as taxas de juro num e noutro tendem a ser próximas. Em Timor-Leste tal não se verifica por diversas razões e uma delas é exactamente o risco do negócio bancário, que inclui os risco de incumprimento pelos tomadores de empréstimos e o risco-país.

No gráfico abaixo pode ver-se a evolução das

### Taxas de juro dos empréstimos e dos depósitos (%)

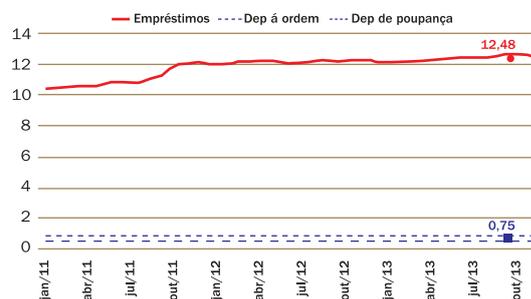


Tabela 10. Taxa de Juro dos Bancos Comerciais (Em percentagem)

Período	Meses	Empréstimos +6 meses Libor	Deposito a Ordem	Deposito de Poupança	Depósito a Prazo			
					1 mes	3 meses	6 meses	12 meses
2013	Jan	12.13	0.56	0.75	0.91	0.13	1.36	1.41
	Feb	12.22	0.56	0.75	0.91	0.12	1.36	1.40
	Mar	12.25	0.57	0.75	0.91	0.12	1.35	1.40
	Apr	12.30	0.57	0.75	0.91	0.12	1.35	1.40
	May	12.34	0.56	0.75	0.91	0.91	1.12	1.35
	Jun	12.39	0.56	0.75	0.91	0.91	1.12	1.35
	Jul	12.47	0.56	0.75	0.90	0.90	1.12	1.35
	Aug	12.59	0.56	0.75	0.91	0.91	1.12	1.35
	Sep	12.54	0.57	0.75	0.91	0.91	1.12	1.36
	Oct	12.64	0.57	0.75	0.91	0.91	1.12	1.36
	Nov	12.62	0.57	0.75	0.91	0.91	1.12	1.36
	Dec	12.48	0.56	0.75	0.82	0.82	0.82	1.09

taxas de juro activas (dos empréstimos) e passivas (dos depósitos) e perceber-se que o “spread” (diferença) entre elas é relativamente elevado --- mais elevado que o “usual” (whatever it means...).

O “spread” varia apenas ligeiramente ao longo do tempo em função da evolução das taxas dos empréstimos (as taxas dos depósitos são constantes), situando-se cerca dos 10 pontos percentuais, com 11,3% em 2012. Para comparação note-se que na Indonésia ele era de 5,8 pontos percentuais neste ano e na Tailândia foi de 4,3 pontos.

Recorde-se aqui o referido no nosso relatório do ano passado como tentativa de explicação das elevadas taxas dos empréstimos em Timor-Leste:

“O nível (nominal) relativamente elevado da taxa de juro entre nós tem várias explicações. Como [os bancos comerciais] têm custos estruturais relativamente elevados (equipamentos electrónicos, sistemas informáticos, software, comunicações, segurança, assistência técnica e custos de pessoal), o nível da taxa de juro (que além de cobrir aqueles custos tem de cobrir o “risco país” e a margem de lucro dos bancos) dificilmente será muito mais baixa que os níveis actuais a não ser que algum ou alguns daqueles

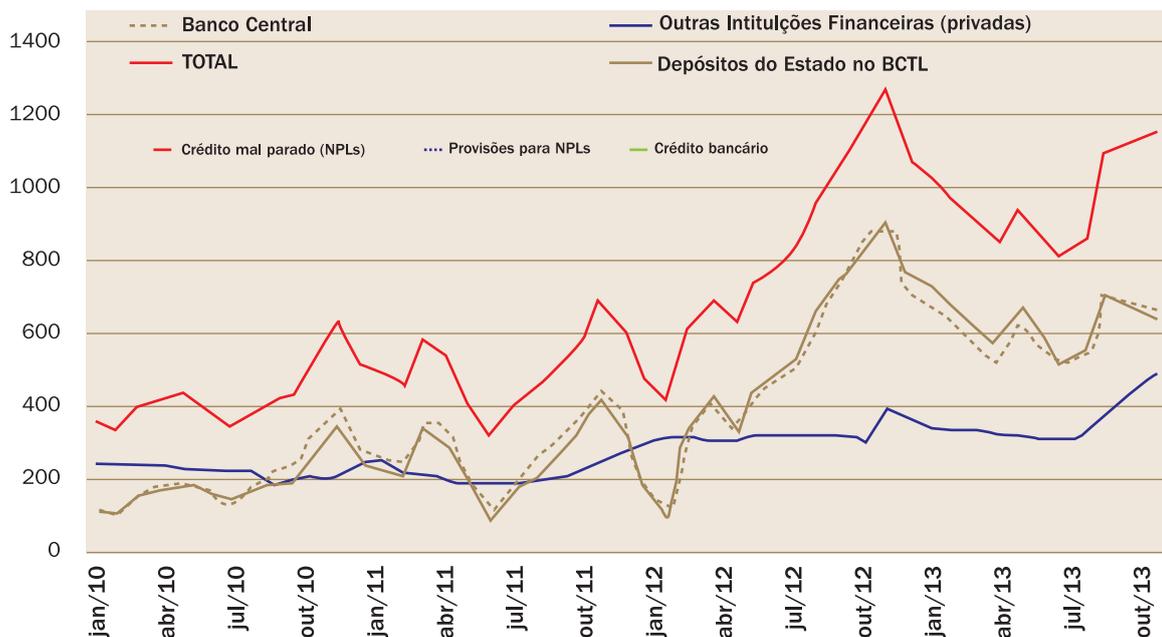
elementos diminua de forma notória. Note-se que a eventual adopção de uma moeda nacional timorense pode (sublinhamos a palavra “pode” já que nestes aspectos financeiros as certezas são poucas), apesar do nível muito confortável dos recursos financeiros do país, provocar um aumento do “risco país” e, com ele, da taxa de juro, prejudicando assim principalmente os empresários nacionais, mais dependentes do sistema bancário nacional para exercerem a sua actividade económica.” (in Relatório do Banco Central de 2012, com adaptações)

Referimos anteriormente que a banca comercial, na impossibilidade de aplicar os seus recursos no nosso país acaba por transferir para o estrangeiro valores significativos a fim de obter algum rendimento dos elevados volumes de depósitos não utilizados na concessão de crédito interno. O gráfico abaixo representa a evolução das “disponibilidades líquidas sobre o exterior” do nosso país, autonomizando-se as do Banco Central e as da banca privada, designada no gráfico como “outras instituições financeiras [privadas]”.



## Disponibilidades Líquidas sobre o Exterior (DLX)

(milhões USD)



Como se pode verificar o total das DLX é muito sensível à evolução das do Banco Central e estas, por sua vez, estão intimamente relacionadas com a evolução dos depósitos do Governo junto do BCTL, o que significa que este, à falta de encontrar melhor remuneração para estes depósitos na banca nacional transfere para o exterior boa parte do dinheiro disponível e que lhe foi confiado pelo Governo. Quando este solicita verbas para as suas operações os seus depósitos

no Banco Central diminuem, diminuindo também, consequentemente, as disponibilidades deste no exterior.

As disponibilidades da banca comercial no exterior têm um comportamento mais estável, crescendo paulatinamente, numa evolução muito próxima da dos depósitos dos agentes económicos privados junto da banca.



## Desenvolvimento do Sistema bancário

O sistema bancário em Timor -Leste manteve-se estável e sólido, durante o período em apreço. O sistema bancário continua a ser financiado principalmente com base em depósitos, emprestando apenas uma parcela destes recursos a empresas e pessoas.

Nos quadros e gráficos em baixo disponibilizam-se um conjunto de informações sobre o sistema bancário do país, o qual era constituído, no final de 2013, por um banco registado em Timor-Leste --- o Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste --- e três agências bancárias de três importantes bancos, sedeados em Portugal (CGD/BNU), Austrália (ANZ) e Indonésia (Mandiri). O total de activos do sistema bancário era de cerca de 665 milhões de USD, um acréscimo de praticamente 20% face ao ano anterior.

### Activos Da Banca Comercial (Em milhões de USD)

Items	Dez/12	% TA	Dez/13	% TA	Taxa de Variação	Valor da Variação
Dinheiro e saldo no BCTL	120.24	21.7%	105.01	15.8%	-12.7	-15.23
Depositos noutros bancos	331.14	59.6%	429.81	64.6%	29.8	98.67
Emprestamos e adiantamentos a clientes	95.54	17.2%	118.46	17.8%	24.0	22.91
Activos fixos	5.43	1.0%	9.21	1.4%	69.7	3.78
Outros activos	2.85	0.5%	2.79	0.4%	-2.2	-0.06
<b>Total</b>	<b>555</b>	<b>100.0%</b>	<b>665</b>	<b>0.1%</b>	<b>19.8</b>	<b>110</b>

Durante o ano de 2013, o crédito concedido pelo sistema aumentou 13,5%, resultante da desaceleração do crescimento da economia face a 2012, ano em que o crédito concedido aumentou cerca de 18%. A carteira bruta de empréstimos avaliava-se, no final de 2013, em 176.9 milhões de dólares, dos quais 49.5 milhões estavam classificados como “crédito mal parado”. Note-se, contudo, que este elevado montante de ‘crédito mal parado’ não coloca em risco a estabilidade do sistema, uma vez que as respectivas provisões de crédito são substancialmente superiores (58 milhões) ao montante de perdas de crédito registadas.

## Empréstimos Segundo A Sua Performance Em milhões de USD

Items	Dez/12	% do Total CBE	Dez/13	% do Total CBE	Varição
Empréstimos em cumprimento	107.84	69.2%	127.32	72.0%	18.1%
"Credito mal parado"	47.95	30.8%	49.54	28.0%	3.3%
Provisoes para "credito mal parado"	62.44	40.1%	58.40	33.0%	-6.5%
Total liquido dos empréstimos e adiantamentos	93.36	59.9%	118.46	67.0%	26.9%
Carteira bruta de empréstimos (CBE)	155.8		176.86		13.5%
Provisoes em % do "credito mal parado"	130.2%		117.9%		
"Credito mal parado" em % da carteira bruta de empréstimos	30.8%		28.0%		

Fonte: Compilado pelo analista

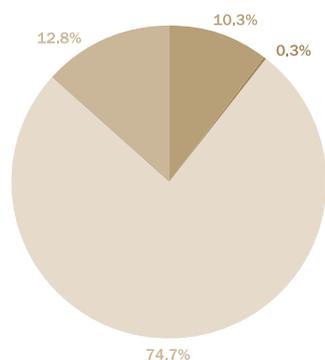
O valor global dos depósitos atingiu em 2013 o valor de cerca de 506 milhões de USD, um aumento relativamente ao ano anterior de 22%, representando 76% do total de responsabilidades.

## Responsabilidades/Passivo Em milhões de USD

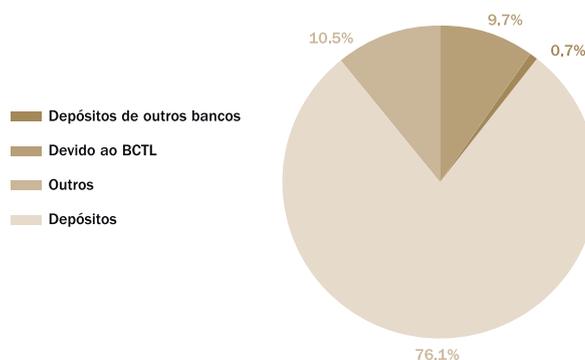
Items	Dez/12	% Das responsab e capital	Dez/13	% Das responsab e capital	Varição
Devido ao banco central de TL	57.44	10.3%	64.30	9.7%	12.0%
Depositos de outros bancos	1.47	0.3%	4.37	0.7%	196.9%
Depositos	414.62	74.7%	506.31	76.1%	22.1%
Outros	71.30	12.8%	70.15	10.5%	-1.6%
Capital	10.37	1.9%	20.14	3.0%	94.2%
Total das responsab e capital	555.20	100.0%	665.27	100.0%	19.8%
Total das responsabilidades	544.83	98.1%	645.13	97.0%	18.4%

Fonte: Compilado pelo analista

### Dez 2012



### Dez 2013



Os depósitos à vista continuaram representar a maioria do total de depósitos, atingindo cerca de 57% do total, tendo aumentado face aos 54.2% de Dezembro de 2012. Os depósitos de poupança, em percentagem do total de depósitos, continuaram a decrescer em 2013, passando de 40,5% para 36,9% e 33,5% em 2011, 2012 e 2013 respectivamente. Por sua vez, os depósitos a prazo aumentaram ligeiramente em 2013, passando de 8,9% para 9,5% do total.

### Estrutura de Depósitos do Banco



Fonte: Compilado pelo analista

As receitas dos bancos foram constituídas por juros e taxas cobradas aos seus clientes, num total de cerca de 16 milhões de USD, e por outros rendimentos num valor de cerca de 19 milhões de USD. Os juros pagos pelos depósitos foram bem mais reduzidos, cerca de 1,6 milhões de USD.

Em resultado da sua actividade, os bancos apresentaram os seguintes resultados em 2013 (os valores de 2012 destinam-se a facilitar a comparação):

Em milhões de USD	Dec-2012	Dec-2013
<b>Rendimento Bruto</b>	<b>23.13</b>	<b>27.87</b>
Rendimento líquido antes de impostos	9.51	14.81
Impostos sobre o rendimento	0.96	1.51
<b>Rendimento líquido depois de Impostos</b>	<b>8.55</b>	<b>13.30</b>
<b>Rendimento em % dos activos</b>	<b>Dec-12</b>	<b>Dec-13</b>
Juros recebidos de bancos	0.23%	0.33%
Juros de investimentos 'overnight'	0.00%	0.00%
Juros e taxas derivados de empréstimos	1.95%	1.91%
Outros juros recebidos	0.36%	0.21%
Outros rendimentos operacionais	4.74%	2.93%

Fonte: Compilado pelo analista

O rendimento relativamente aos activos envolvidos (o ROA-Return On Assets) foi de 2% em 2012, depois de ter sido de 1.5% em 2012, Este aumento fica a dever-se ao aumento significativo dos resultados anuais. Os bancos continuam a manter rácios de liquidez superiores aos que são exigidos pelo Banco Central.

## Conclusão

Não havendo contas nacionais disponíveis para 2013, há que confiar em alguns indicadores indirectos acerca da evolução da produção (por exemplo as importações de cimento e de ferro) parecem indicar ter havido um abrandamento do ritmo de crescimento que o país conheceu nos anos anteriores. No mesmo sentido vão as previsões do Governo publicadas no Livro 1 da proposta de OGE para 2014: 12% em 2011, 8,2% em 2012 e 8% em 2013.

O abrandamento do ritmo do crescimento ajudou na queda da taxa de inflação, provavelmente a variável económica de curto prazo mais preocupante nos últimos anos. Esta taxa terá descido, na sua versão de taxa homóloga (de Dezembro) dos 15,4% de 2011 para os 10,9% de 2012. Em 2013 e segundo a Direcção Geral de Estatística o seu valor baixou para uns “confortáveis” 4%.

Porém, se em vez da taxa homóloga tomarmos a taxa média anual, o resultado é muito diferente, tendo baixado apenas algumas décimas de pontos percentuais para 11,2%, contra os 11,7% de 2012. A evolução dos preços em 2013, porém, é muito mais estável que anteriormente, verificando-se taxas mensais de

inflação muito moderadas, o que pode indicar que em 2014 iremos ter uma taxa média bem abaixo da registada no ano anterior, aproximando-se da taxa homóloga de Dezembro de 2013.

O comércio internacional do nosso país continua dominado pelo volume muito grande (sustentável a médio prazo?) das importações. É necessário um especial cuidado na leitura dos dados divulgados porque tem havido alterações de critério no que é reportado e no que não é que se traduzem em alterações importantes dos valores. É o caso, por exemplo, de em 2013 terem começado a ser incluídos os valores das importações de notas de dolar americano para o Banco Central.

Quanto à situação monetária vale a pena realçar pelo menos dois pontos essenciais: o da estabilidade do sistema bancário apesar do alto nível dos “non performing loans”, herança do passado que se encontra agora suficientemente coberta por provisões, e a contínua situação de excesso de liquidez do sistema que tem como consequência a inexistência de um mercado interbancário de dinheiro e a aplicação no exterior de pelo menos parte importante desse excesso.

Finalmente, cabe referir que a situação do país quanto às suas reservas internacionais é confortável.





# 2

## Transparência



2.1





## Missão e mandato principal, organização e governação, actividades, e resultados financeiros

A missão principal do Banco é continuar a melhorar a qualidade dos serviços que presta à comunidade mantendo em simultâneo um sistema monetário estável e uma taxa de inflação baixa e estável, um sistema de pagamentos seguro e eficaz, o funcionamento credível do conjunto das instituições financeiras --- nomeadamente através de normas legais apropriadas e da supervisão bancária ---, a educação financeira da população e a realização de estudos sobre a economia nacional apoiados em estatísticas apropriadas e de qualidade.



Em relação com a missão do Banco Central, este capítulo faz uma análise global do mandato e das funções do Banco Central, da sua estrutura governativa e actividades mais importantes levadas a cabo durante o exercício de 2013. Este breve sumário de actividades anuais cobre as principais iniciativas dentro das várias áreas da responsabilidade do banco.

## Principais mandatos e funções

O Banco Central de Timor-Leste (BCTL) é uma entidade pública legal dotada de autonomia administrativa e financeira que é responsável perante o Primeiro-Ministro da RDTL. O Banco e os seus empregados individualmente considerados são considerados entidades independentes e não podem receber instruções de nenhuma entidade que lhes seja exterior, assegurando os seus estatutos a necessária independência do Banco Central face ao Governo.

Como é hábito na maioria dos Banco Centrais, o principal objectivo do BCTL é, no domínio da política económica, assegurar a estabilidade dos preços. Outros objectivos igualmente importantes são a promoção de um sistema financeiro baseado nos princípios do mercado e, por isso, em que haja concorrência e esta funcione em favor do público e da economia em geral. Tendo como pano de fundo estes objectivos e princípios, o Banco Central deve apoiar a política global do Governo na área económica.

A fim de alcançar os seus objectivos, o

BCTL deve, de acordo com a Lei que o criou,

- a) Definir e implementar a política monetária do país;
- b) Definir e adoptar o regime cambial bem como a política cambial associada;
- c) Realizar operações em moedas estrangeira;
- d) Deter e gerir as reservas oficiais externas do país;
- e) Deter e gerir as reservas em ouro do Estado timorense;
- f) Emitir e gerir a moeda oficial de Timor-Leste --- neste momento o país usa a moeda dos EUA;
- g) Reunir e publicar informação estatística sobre as áreas da sua competência (nomeadamente as estatísticas monetárias e as da balança de pagamentos);
- h) Informar o Parlamento Nacional, o Governo e o público em geral sobre as políticas que implementa;
- i) Estabelecer, promover e supervisionar sistemas de pagamentos seguros e eficientes;
- j) Regular, licenciar, registar e supervisionar as instituições financeiras que operem no país;

k) Aconselhar o Governo sobre matérias da sua competência;

l) Agir como agente fiscal do Governo;

m) Participar em organizações e reuniões internacionais que se debrucem sobre os pontos acima;

n) Ser parte de contratos e estabelecer acordos e protocolos com entidades nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas; e

o) Realizar quaisquer outras actividades que caibam no corpo e no espírito da Lei do Banco Central.

Actualmente, algumas destas funções não estão a ser implementadas pelo Banco Central de Timor-Leste devido à adopção do dólar norte-americano (USD) como moeda corrente do país.

## Organização e governação

A autoridade máxima do Banco Central é o seu Conselho de Administração, o qual formula as estratégias e políticas para a instituição e supervisiona a sua implementação, incluindo a supervisão da administração e das actividades operacionais do Banco.

O Governador é o director executivo do Banco e o responsável pela gestão, no dia-a-dia, sendo assistido por dois vice-Governadores e por um Comité de Gestão composto pelos chefes dos departamentos em que o Banco está organizado. No final de 2013, ano a que se refere o presente relatório, o Conselho de Administração era constituído apenas pelo Governador e os dois Vice-Governadores, faltando nomear quatro membros não-executivos do Conselho. Em resultado do referido, o Conselho de Administração do BCTL está limitado na sua capacidade de decisão pois não se encontra reunido o quórum mínimo para o seu funcionamento (quatro elementos) e tomada de decisões que exijam uma posição do CA.

As composições do Conselho de Administração e do Comité de Gestão são indicadas no final deste capítulo.

O BCTL está organizado em quatro departamentos principais: Supervisão do



BANCO CENTRAL DE TIMOR-LESTE

## Valores Institucionais

### T

#### ransparência

Somos um exemplo para a sociedade e para as instituições, os nossos procedimentos e regulamentações são aplicados interna e externamente de forma universal, consistente e rigorosa.

### I

#### ntegridade

Exercemos a nossa actividade com honestidade e altos padrões ético-morais, respeitando a confidencialidade e legalidade em todas as decisões que envolvem os nossos interesses e recursos.

### M

#### obilização

Movemo-nos para prestar o melhor serviço à comunidade de Timor-Leste, através da nossa determinação e empenho para ouvir, aprender e assessorar.

### O

#### brigação

Demonstramos um sentimento de pertença e envolvimento, estabelecendo como prioridade os objectivos da instituição e exibindo disponibilidade para desempenhar tarefas para lá do que nos é pedido.

### R

#### esponsabilidade

Investimos no desenvolvimento das nossas capacidades técnico-profissionais, cumprimos com as responsabilidades que nos são atribuídas e que proactivamente procuramos, através da permanente monitorização das consequências das nossas decisões e acções.

Sistema Financeiro; Sistemas Bancários e de Pagamentos; Gestão do Fundo Petrolífero; e Departamento de Administração. Há ainda algumas Divisões e Gabinetes independentes que reportam directamente o Governador. É o caso do Gabinete Jurídico, o Gabinete do Auditor Interno e a Divisão de Economia e Estatísticas. A Divisão de Orçamento e Contabilidade encontra-se na dependência do Vice-Governador para a área da supervisão do sistema financeiro.

O Banco Central está também encarregue do secretariado do Conselho de Aconselhamento de Investimento do Fundo Petrolífero, a cargo do Director Executivo do Departamento do Fundo Petrolífero.

O Conselho de Administração da antecessora do Banco Central, a Autoridade Bancária e de Pagamentos, adoptou como motto para esta --- que foi estendido ao BCTL ---- a sigla TIMOR, representando a Transparência, a Integridade, a Mobilização, a Obrigação e a Responsabilidade, palavras de ordem essenciais no dia-a-dia da instituição e dos seus funcionários.

Existe também no BCTL um código de ética aplicável a todos os seus agentes, do topo à base e incluindo outras entidades que se relacionam com o Banco. Este código, a ser eventualmente revisto pelo CA do BCTL, inclui normas muito estritas sobre vários aspectos do comportamento daqueles a quem se aplica. Refira-se, por exemplo, a obrigatoriedade de cada funcionário do Banco desempenhar as suas funções tendo exclusivamente em consideração os interesses do público em geral e do BCTL e não os seus interesses individuais, o que inclui não receber instruções, quaisquer que elas sejam, de outras entidades que não as das estruturas legais do Banco Central.

Os funcionários do Banco estão também, naturalmente, proibidos de receber quaisquer valores pecuniários ou outros de quaisquer pessoas que possam ter interesse em influenciar as suas decisões.

## As actividades do BCTL em 2013

No âmbito da missão do BCTL consubstanciada na promoção da estabilidade monetária e financeira no apoio ao desenvolvimento do sistema financeiro e promoção de um sistema de pagamentos seguro e eficaz, várias actividades foram planeadas e implementadas em 2013.

Foi realizado, durante o ano, um seminário para lançar o projeto do “Financial Sector Master Plan” para Timor-Leste, para consultar a opinião das várias partes interessadas, com o objetivo de preparar e melhorar o desenvolvimento de serviços financeiros para os cidadãos timorenses no país. Espera-se que o Plano venha a cobrir um período de 10 anos, tendo como base a experiência e as melhores práticas mundiais neste campo.

No âmbito das actividades de transferência de dinheiro, o Governador estabeleceu uma nova Instrução, com o objectivo de se aumentar o controlo e supervisão deste tipo de actividades e dos riscos associados. Ainda durante o ano, o Conselho de Administração aprovou o regulamento relativo à emissão da nova moeda de 100 centavos que se destina a substituir a nota de 1 dólar, actualmente em circulação. O lançamento da nova moeda foi feito em 13 de Setembro de 2013.

Para garantir o Sistema Nacional de Pagamentos que será construída em base sólidas, o Banco começou a trabalhar no desenvolvimento de uma estratégia para o desenvolvimento do Sistema Nacional de Pagamentos de Timor –Leste. O Banco também iniciou o projeto de Automatic Transfer System que irá automatizar completamente as actividades de pagamentos. Este sistema composto por um sub-sistema de Real Time Gross Settlement (RTGS), e um sub-sistema de Automated Clearing House (ACH). Ainda durante o ano, o Banco iniciou um projeto para substituir o actual sistema contabilístico com um novo sistema.

As principais actividades, realizadas durante 2013, encontram-se descritas com maior detalhe na secção que se segue.

## Arranjos quanto ao uso do dinheiro como meio de pagamento

Durante o período a que refere este relatório --- o ano financeiro de 2013 ---, o Banco Central actuou de uma forma consistente de modo a manter sempre uma reserva de dinheiro suficiente para atender às necessidades de pagamentos, quer do Governo, quer dos bancos comerciais. Foi neste contexto que o Banco assegurou, nomeadamente, o pleno funcionamento da “clearing house” de Dili. O quadro seguinte apresenta a síntese dos movimentos registados na “clearing house”:

## Transacções na Câmara de Compensação de Dili

(em milhões de USD)

Mês	Cheques		Ordens de pagamentos	
	Volume	Valor	Volume	Valor
Janeiro 13	1608	15.612	3799	50.285
Fevereiro 13	1432	9.881	430	5.830
Março 13	1624	11.004	664	5.568
Abril 13	1841	13.905	1390	11.933
Maió 13	1784	13.852	1715	13.794
Junho 13	1820	14.981	1546	12.771
Julho 13	1938	15.190	2380	20.628
Agosto 13	1700	12.525	1849	18.717
Setembro 13	1842	14.559	2286	29.382
Outubro 13	1945	16.010	3462	31.659
Novembro 13	1743	14.852	2359	25.618
Dezembro 13	2186	23.976	5256	83.643
<b>Total</b>	<b>21463</b>	<b>176.348</b>	<b>27136</b>	<b>309.828</b>

Mês	Cheques devolvidas		Ordens de pagamentos devolvidas	
	Volume	Valor	Volume	Valor
Janeiro 13	36	1.108	101	1.146
Fevereiro 13	40	0.633	74	0.397
Março 13	43	0.955	45	0.114
Abril 13	46	1.024	74	0.357
Maió 13	35	0.846	68	0.450
Junho 13	34	0.765	52	0.340
Julho 13	35	0.805	65	0.632
Agosto 13	43	1.290	73	0.802
Setembro 13	48	1.096	79	0.329
Outubro 13	45	0.631	96	0.391
Novembro 13	43	1.269	67	0.765
Dezembro 13	55	1.515	86	1.816
<b>Total</b>	<b>503</b>	<b>11.938</b>	<b>880</b>	<b>7.540</b>



TRANSPARÊNCIA - 2.1

Os serviços de pagamentos prestados pelo BCTL dividem-se em duas categorias: internas e internacionais. Os pagamentos internos são, por sua vez, de dois tipos: os de Valores Elevados e os de retalho. Os pagamentos internacionais são efectuados do país para o exterior e vice-versa, qualquer deles efectuados através do sistema SWIFT.

O quadro abaixo evidencia as estatísticas dos pagamentos (em milhões de USD) durante o período.

### Pagamentos Nacionais e Internacionais

(em milhões de USD)

Mês	Pagamentos Nacionais						Pagamentos Internacionais			
	Saídas de LVTS		Entradas de LVTS		Transferências retalho do Fundo		Transferências para o exterior		Transferências provenientes do exterior	
	Número	Valor	Número	Valor	Número	Valor	Número	Valor	Número	Valor
Janeiro 13	410	44.17	47	228.44	3619	45.87	57	157.39	19	0.51
Fevereiro 13	304	32.90	35	86.96	241	1.80	93	39.16	15	0.60
Março 13	510	28.74	33	79.34	487	2.29	54	38.77	16	2.14
Abril 13	783	55.95	30	97.86	1173	8.48	537	55.78	25	2.46
Mai 13	826	52.96	40	97.25	1526	10.32	159	64.64	27	1.29
Junho 13	608	37.66	36	82.83	1360	9.75	162	46.95	13	0.13
Julho 13	816	68.59	46	131.75	2166	17.02	245	73.24	22	1.09
Agosto 13	873	64.45	33	83.31	1856	15.78	197	48.66	9	0.07
Setembro 13	922	68.65	50	139.07	2097	26.10	207	80.20	20	21.42
Outubro 13	1213	58.77	43	113.18	3281	27.93	519	74.56	22	3.32
Novembro 13	1021	84.05	34	145.88	2189	22.23	247	76.23	18	0.89
Dezembro 13	1548	141.44	35	78.69	5016	79.07	400	143.04	30	0.47
<b>Total</b>	<b>9834</b>	<b>738.33</b>	<b>462</b>	<b>1364.54</b>	<b>25011</b>	<b>266.62</b>	<b>2877</b>	<b>898.62</b>	<b>236</b>	<b>34.41</b>

As transacções de entradas e saídas de transferências realizadas pelos bancos comerciais foram como se apresenta no quadro abaixo.

## Entradas e Saídas de Transferências

(em milhões de USD)

Months	Transferências proveniente do exterior				Transferências para o exterior			
	SWIFT		Non SWIFT		SWIFT		Non SWIFT	
	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor
Janeiro 13	1421	38.357	81	0.781	1797	90.328	1935	35.977
Fevereiro 13	1681	36.516	74	0.826	1260	54.739	1785	27.720
Março 13	1481	30.912	72	0.913	1282	56.785	1767	22.409
Abril 13	2107	33.598	87	1.236	1861	71.553	2413	28.448
Maió 13	1731	33.326	87	1.426	1626	61.394	2261	63.437
Junho 13	1522	32.968	75	3.068	1358	63.436	2513	66.481
Julho 13	1743	36.307	84	1.154	1712	65.168	3494	37.292
Agosto 13	1547	33.386	67	1.149	1332	48.564	2542	25.522
Setembro 13	1671	33.288	88	3.164	1691	72.111	2948	24.576
Outubro 13	1951	43.201	99	1.269	2153	69.670	2677	35.338
Novembro 13	1395	39.444	61	0.737	1653	68.283	2591	4.924
Dezembro 13	1713	38.624	54	2.840	1936	99.610	2977	31.742
<b>Total</b>	<b>19,963</b>	<b>429.928</b>	<b>929</b>	<b>18.565</b>	<b>19,661</b>	<b>821.641</b>	<b>29,903</b>	<b>403.866</b>

As transacções em dinheiro e outros meios, que não dinheiro, realizadas pelos bancos comerciais foram como segue no quadro abaixo.

## Transacções em Dinheiro e não em Dinheiro

(em milhões de USD)

Mês	Transacções em Dinheiro		Transacções não em Moeda	
	Volume	Valor	Volume	Valor
Janeiro 13	290,493	270.81	17,815	140.01
Fevereiro 13	269,469	211.98	14,469	67.84
Março 13	285,750	142.63	14,042	67.37
Abril 13	291,313	157.17	27,606	91.78
Maió 13	311,133	194.75	26,334	100.49
Junho 13	337,458	176.22	26,018	93.52
Julho 13	431,505	242.11	30,293	119.56
Agosto 13	443,206	195.91	25,563	98.69
Setembro 13	465,390	221.59	28,898	155.30
Outubro 13	514,321	212.31	30,836	120.27
Novembro 13	598,997	237.76	26,815	146.70
Dezembro 13	587,634	276.91	34,042	269.94
<b>Total</b>	<b>4,826,669</b>	<b>2,540</b>	<b>302,731</b>	<b>1,471</b>



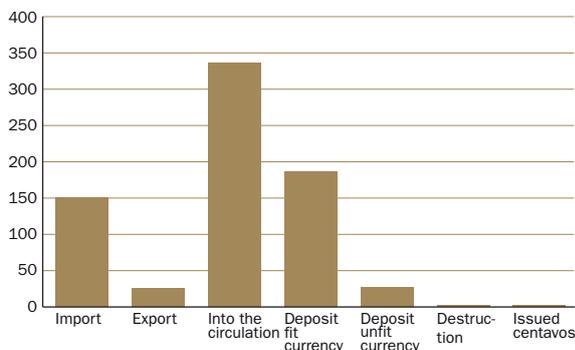
## Importação e exportação de moeda

Uma das funções fundamentais do Banco Central é assegurar que a economia nacional dispõe dos meios de pagamento necessários ao seu crescimento económico e à actividade corrente dos seus agentes. Dado que o país usa notas de outro país e moedas metálicas próprias, mas não fabricadas em território nacional, o abastecimento da economia nacional em meios de pagamento imediato (moedas e notas) exige a importação dos mesmos e, no caso das notas, quando atingem um grau de conservação muito baixo, a sua reexportação para o país de origem, os Estados Unidos.

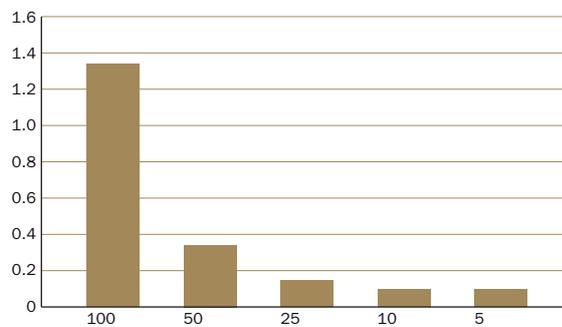
Durante o ano de 2013 o BCTL importou 153 milhões de USD em notas de dólares norte-americanos mas colocou em circulação um total de 338 milhões, incluindo moedas de centavos.

O gráfico abaixo mostra o total de moedas (centavos) emitidas durante o período de 2013, incluindo a moeda de 100 centavos que foi apenas recentemente aprovada pelo Conselho de Administração do BCTL e lançada oficialmente em Setembro de 2013 na data do segundo aniversário do BCTL. Na verdade, a moeda de 100 centavos registou o maior valor emitido, de entre varias denominações colocadas em circulação no período, atingindo cerca de 1,4 milhões de centavos.

**Transacções de Moeda durante 2013**  
(em milhões de USD)



**Emissão de Centavos**  
(Em milhões de centavos)



## Estratégia de Desenvolvimento do Sistema Nacional de Pagamentos

Durante o ano, o Banco Central começou a trabalhar no desenvolvimento de uma estratégia para o desenvolvimento do Sistema Nacional de Pagamentos de Timor-Leste.

Ter uma estratégia nacional de pagamentos vai garantir o Sistema Nacional de Pagamentos que será construída em base sólidas. A estratégia vai cobrir o sistema eletrônico inter- bancária de compensação e liquidação que vai atender as necessidades das empresas e dos indivíduos.

Oportunidades também serão identificados na visão e estratégia para explorar os avanços em novas tecnologias que permitam todas as pessoas em Timor-Leste beneficiarem do acesso a serviços bancários e outros serviços financeiros, conforme os estatutos do Banco Central para promover e manter um sistema financeiro estável e competitivo com base em princípios de mercado livre.

Actualmente, apenas um número limitado de serviços de pagamento está disponível em Timor -Leste e estes tendem a ser caros, limitada e ineficiente. Isso não incentivar a inclusão financeira para o setor mais pobre da população. Novos sistemas de pagamento e de infra-estrutura permitirá que a economia funcione de forma mais eficaz, reduzindo a atrasos, custos e riscos associados com a realização de pagamentos. Isto irá contribuir para tornar Timor -Leste um país mais atractivo para investir e fazer negócios.

Quando está desenvolvido, o Sistema Nacional de Pagamentos vai ter os instrumentos de pagamentos bem definidos, sistemas de

processamento de pagamento inovadores de alta qualidade, um quadro jurídico sólido, e um forte apoio institucional.

Durante o ano, o Banco Central contratou uma empresa internacional de especialistas em pagamentos para assistir este projeto e lançou um esboço de estratégia para comentários do público em janeiro de 2014 .

Durante 2013, o Banco Central começou a trabalhar na implementação dos elementos da estratégia, lançando dois grandes projetos para adquirir sistemas de pagamentos automáticos e para fortalecer os sistemas internos do Banco Central. Estes projectos irão ver a introdução de um Sistema de Transferência Automatizado para transferências interbancárias , e um novo Sistema de Informação de Gestão Financeira para o Banco Central.

## Sistema de Transferência Automatizado (ATS)

Actualmente, o Banco Central processa grandes pagamentos interbancários através de um sistema manual conhecido como LVTS ( Large Value Transfer System ). Este sistema permite que os bancos fazem pagamentos de um para outro durante o dia de negócios, e é necessário para ser usado por todos os pagamentos mais de USD 200.000. Pagamentos de menor valor são processadas através do Dili Clearing House, que compensa cheques e créditos interbancários diariamente todas as manhãs. O processo de compensação atual é parcialmente automatizado.

O projeto ATS irá automatizar completamente ambas as atividades. Um ATS é composto por dois elementos, um sub-sistema de Real Time Gross Settlement (RTGS), e um sub-sistema de Automated Clearing House (ACH).

O sistema de RTGS irá permitir aos bancos para fazer transferências interbancárias em tempo real durante todo o dia de trabalho. Prevê-se que as interfaces automatizadas com cada um dos bancos comerciais será implementado. Estes permitirão que os fundos sejam transferidos a partir de qualquer conta bancária para qualquer outra conta bancária em Timor -Leste por um valor imediato. Esta facilidade vai ajudar muito o andamento dos negócios e o fluxo de pagamentos do governo - o Ministério das Finanças também vai ser um participante no sistema - e, assim, contribuir para o crescimento da economia.

O sistema Automated Clearing House permitirá pagamentos menores e menos urgentes a serem submetidos ao sistema e limpou uma vez ou duas vezes por dia em lotes, que irá então atualizar os sistemas de bancos comerciais. Este processo automatiza totalmente as atividades atuais da câmara de compensação, com a exceção de cheques. O uso de cheques está em declínio em todo o mundo. Cheques estão sendo substituídos por internet banking e transferências de crédito. O Banco Central decidiu não fazer o grande investimento necessário para automatizar o processamento de cheques dado o baixo número de cheques interbancários atualmente

apurada (21.000 para todo o ano). Em vez disso, propõe-se a seguir o exemplo de outros países e eliminar gradualmente a utilização de cheques em Timor-Leste.

Durante o ano, o Banco Central iniciou o Projeto ATS, realizou reuniões com os bancos comerciais, o governo e outras partes interessadas para socializar o projeto, realizou um processo de aquisição internacional levando à seleção de um fornecedor para abastecer o sistema. Prevê-se que o sistema ATS estará operacional no final de 2014 ou pouco depois.

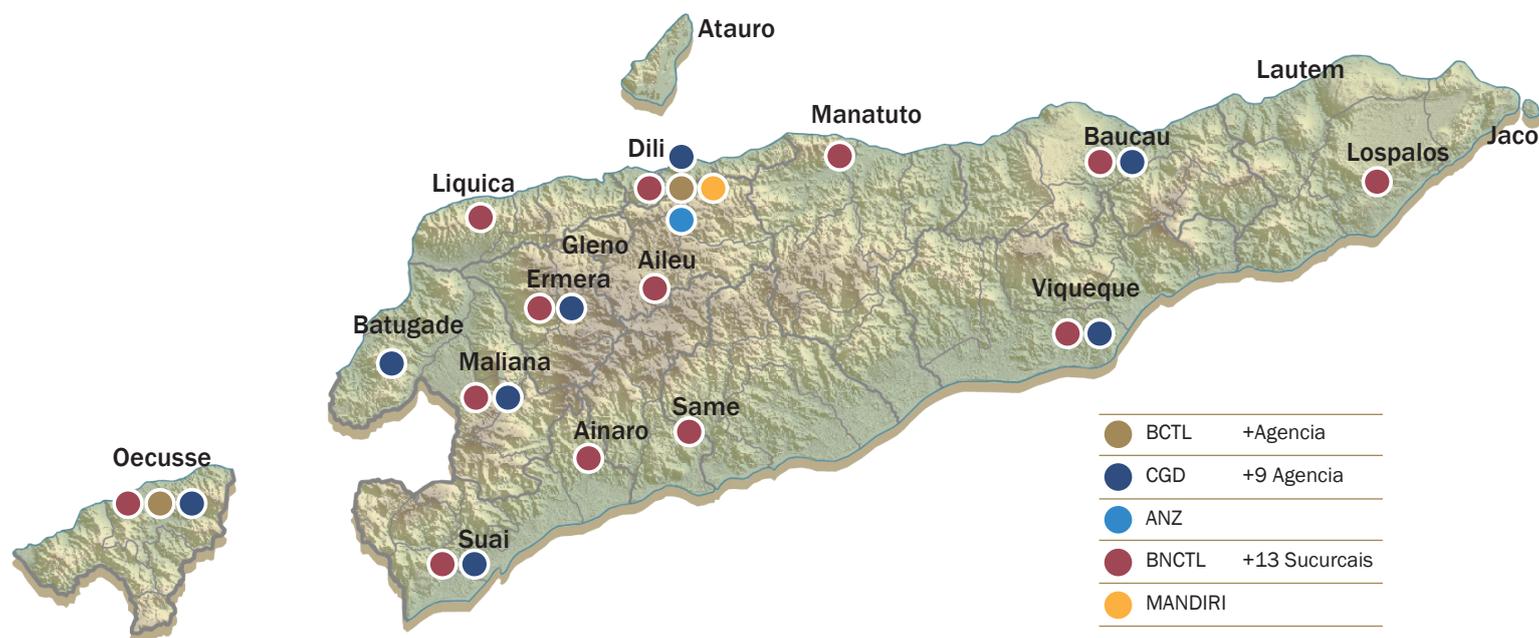
### Sistema Informação de Gestão Financeira do Banco Central

O actual sistema contabilístico do Banco Central tem servido bem, mas chegou ao fim da sua vida útil e não é capaz de trabalhar no ambiente que será necessária quando o ATS foi implementado. O crescimento do tamanho e da complexidade do Fundo do Petróleo também exige investimentos adicionais em sistemas mais avançados de gestão financeira.

Assim, o Banco Central iniciou um projeto para substituir o actual sistema contabilístico com um novo sistema. Até o final do ano, o Banco Central tinha completado o processo de aquisição e selecionado o fornecedor preferido. Prevê-se que o novo sistema de informação financeira estará operacional em meados de 2014.



## Serviços Bancários Em Timor-Leste



### Sistema financeiro e serviços bancários

#### Licenciamento e regulação do sistema financeiro

O sistema financeiro de Timor-Leste é constituído por bancos comerciais, companhias de seguro, outras instituições tomadores de depósitos, casas de câmbio, operadores de transferência de dinheiro (MTO), incluindo também várias cooperativas de crédito. O funcionamento do sistema financeiro procedeu de forma sólida e segura ao longo do ano, continuando a contribuir significativamente para a estabilidade económica do país.

O artigo 5 e 29 da Lei No.5/2011 designada de Lei Orgânica do Banco Central de Timor-Leste (BCTL), concede ao BCTL o poder exclusivo de regulamentar, licenciar e fiscalizar todas as instituições financeiras, conforme determinado pela Lei. A divisão de licenciamento e regulamentação é responsável pela avaliação e atribuição de novas licenças para bancos, casas de câmbio, companhias de seguros ou mediadores de seguros, outras instituições aceitantes de

depósitos, e operadores de transferência de dinheiro (MTO). Durante o período o BCTL processou uma aplicação para o banco, dois pedidos de constituição de companhias de seguro generalistas, dois pedidos de outras instituições tomadoras de depósitos, um pedido de casa de câmbio e trinta aplicações de operadores de transferência de dinheiro (OMP). Essas aplicações foram no progresso do processamento de licença para recomendar a Conselho de Administração do BCTL para o processo de tomada de decisão, uma vez que foi plenamente constituído.

Para continuar a promover e desenvolver um melhor nível de serviços financeiros para a população nacional, foi realizado um seminário para lançar o projeto do “financial sector master plan” para Timor -Leste. O objetivo do projeto é desenvolver, em consulta com as várias partes interessadas, um plano estratégico para o sistema financeiro de Timor -Leste, de forma a incentivar o investimento nacional e estrangeiro, e a promover a inclusão financeira dos cidadãos timorenses. Espera-se que o Plano venha a cobrir um período de 10 anos, tendo por base as melhores práticas mundiais neste campo.

A proposta de implementação do "financial sector master plan" em Timor -Leste prevê que o sector financeiro de Timor -Leste funcione como um facilitador e catalisador do desenvolvimento econômico sustentado e inclusivo. Ela estabelece os princípios gerais do salutar desenvolvimento financeiro e estipula uma série de iniciativas a serem tomadas de forma a atingir esses objectivos.

O Plano define metas até 2025, a serem atingidas de uma forma faseada. Nos primeiros anos, o Plano prevê a continuação do processo de solidificação das bases de sistema financeiro. Estas incluem fortalecer progressivamente o repositório de informações relativo a pessoas e instituições que venham a recorrer a empréstimos bancários e continuar a desenvolver o conjunto de garantias utilizáveis no crédito bancário, inclusive, quando oportuno, a inclusão de bens imóveis. Com estes desenvolvimentos e o aumento expectável da concorrência no sector financeiro, espera-se que as margens de juro cobradas pelos bancos na concessão de empréstimos e outras facilidades de crédito, venham a descer.

A proposta do Plano também inclui medidas para reforçar a confiança da população no sector financeiro, nomeadamente códigos de negociação justa e eficaz, baseada no risco e o reforço da supervisão comportamental do Banco Central de Timor -Leste. Também será prioritário sustentar o desenvolvimento de cooperativas financeiras, processo esse que deverá ser supervisionado pelo BCTL. A melhoria do grau de literacia financeira é outra área à qual será dada atenção, como parte do esforço global para aumentar o nível de inclusão financeira da população.

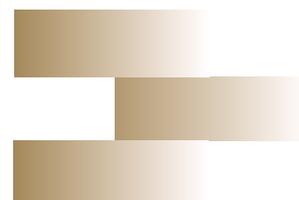
Outras possibilidades de médio a longo prazo incluídas no "financial sector master plan", e que fazem também parte do Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor -Leste 2011-2030, são: a criação de um banco de desenvolvimento; e o estímulo de sistemas contributivos e da poupança individual, vistos como fontes potenciais de financiamento de longo prazo do país. Nestas áreas o Plano

propõe uma avaliação cuidadosa dos arranjos institucionais usados por outros países, como forma de se desenharem instituições e programas adequados a Timor -Leste.

Em geral, o Plano fornece uma base para o desenvolvimento do sistema financeiro com o objectivo de reforçar o seu papel no desenvolvimento da economia e do sector privado nacional. Os objectivos principais do sistema financeiro deverão ser, assim, o de: estimular a criação de poupanças e canalizá-las para um uso efetivo no sector privado; e providenciar meios de pagamento eficientes com custos razoáveis, indispensáveis ao aumento do comércio e à necessária expansão da produção nacional.

A implementação com sucesso do Plano requer, naturalmente, que se envolvam um número variado e substancial de parceiros no processo. Estes incluem não só as instituições financeiras de Timor-Leste, mas também o governo, o sector empresarial e as instituições de ensino, particularmente relevantes na formação de profissionais qualificados. As agências internacionais e doadores também deverão continuar a desempenhar um papel importante.

Durante o seminário e período subsequente foi dada oportunidade aos vários parceiros para se manifestarem e contribuírem activamente para a melhoria do Plano. A reunião pública de consulta foi organizada pelo Banco Central de Timor -Leste em 27 de Novembro de 2013, tendo contado com a participação de uma vasta gama de participantes, representantes de várias entidades do setor financeiro, instituições internacionais, Governo de Timor -Leste, sociedade civil e parceiros de desenvolvimento.



Em suma, o Plano tem uma natureza vasta e propõe um plano de acção consistente com a necessidade de reforçar o papel desempenhado pelas instituições financeiras no processo de crescimento da economia de Timor-Leste. Adicionalmente, o Plano também se preocupa primariamente com a necessidade de se promover a inclusão financeira e com o reforço do papel do Banco Central de Timor-Leste como regulador financeiro de Timor-Leste.

## Seguradoras

O sector segurador em Timor-Leste encontra-se na fase inicial do processo de desenvolvimento, sendo constituído presentemente por duas companhias seguradoras: a NITL-National Insurance of Timor-Leste e a SinarMas. Ambos oferecem já uma gama vasta de produtos, incluindo o seguro de: classe geral do seguro como responsabilidade obrigatório de terceira parte (CTPL) para veículos, a propriedade, viagem, saúde, incêndio, marinho e carga, incluindo também os micro seguros.

Este sector continua a crescer, com o total de ativos a registar um montante de 7 milhões de dólares em 2013, tendo aumentado cerca de 83% relativamente a 2012. Por seu lado, o total dos passivos aumentaram 68% em 2013, perfazendo a quantia de 4 milhões de dólares.

## Gestão do Fundo Petrolífero

Tal como definido na Lei do Fundo Petrolífero, o Banco Central continuou a ser o responsável pela gestão operacional do Fundo. No final de 2013 o seu capital elevava-se a quase 15 mil milhões de USD (de facto 14,9 mil milhões), tendo as entradas brutas de dinheiro para o Fundo no período sido de 3004 milhões de dólares, provenientes de impostos e royalties, e as saídas, destinadas ao financiamento do Orçamento Geral do Estado de 2013 e ao pagamento de despesas de administração do Fundo (gestão interno e externo do Fundo),

totalizado cerca de 918 milhões de USD (com 910 milhões transferidos para a conta do Tesouro para o financiamento do Orçamento geral do Estado).

O aspecto principal do trabalho desenvolvido ao longo do ano na gestão do Fundo Petrolífero foi a discussão sobre a importância de desenvolvimento da nova estratégia de alocação dos ativos (strategic asset allocation) para o fundo de investimento e a sua implementação ao longo do ano.

O BCTL continua a trabalhar em estreita colaboração com o Ministério das Finanças, bem como o Comité Assessoria para o Investimento (CAI) para realizar a análise estratégica da gestão do Fundo Petrolífero.

A estrutura do mandato interno do Banco Central tem sido discutida em conformidade, incluindo os esforços de reforço das decisões estratégicas de investimento, e a identificação das políticas e decisões-chave que devem ser feitas. O BCTL continuou amplamente envolvido no processo de discussão em curso, o que incluiu a participação no workshop organizado pelo CAI, para recolher o parecer profissional dos consultores externos do Fundo.

A diversificação do Fundo, para além de Títulos do Tesouro dos EUA, foi amplamente discutida, tendo sido decidido continuar-se esta política. Tendo sido aprovado e implementado um novo mandato de investimento, continuou a proceder-se à redução da exposição do título de Tesouro dos EUA, em proporção do capital do Fundo. A preservação do Capital do Fundo continua a ser um objectivo fundamental da respectiva gestão, assim como o incremento



da diversificação do investimento em termos de países. Depois do parecer positivo do Comité Assessoria para o Investimento e aprovação do Ministro do novo mandato de investimento, o BCTL encetou as seguintes iniciativas: criação de um índice customizado a cargo do Barclays, nomeação de um gerente provisório do mandato e realização de um concurso público com o objectivo de nomear o gestor permanente deste mandato.

A revisão do Acordo de Gestão entre o Ministério das Finanças e o Banco Central de Timor-Leste foi assinada em 25 de Junho de 2009 e o seu Anexo 1 foi posteriormente actualizado em 21 de Fevereiro de 2013 para incorporar a decisão do Ministério das Finanças de aumentar gradualmente a exposição do Fundo às acções até a um máximo de 40% até Junho de 2014. O Anexo 1 foi também actualizado em 29 de Agosto de 2013 para reflectir a introdução de uma nova afectação a Títulos de Tesouro (bonds) de mercados desenvolvidos que não os Estados Unidos.

## Reforço institucional

A Lei Contra a Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento de Terrorismo (AML & CFT) que foi aprovada pelo Parlamento Nacional foi finalmente ratificada em Agosto 2013. A revisão foi feita com vários comentários do Banco Central, após um processo de consulta com especialistas externos de avaliação mútua do Secretariado da APG (Convenção de Viena e da Convenção de Palermo).

Para aumentar a responsabilidade relativa às actividades de anti-lavagem de dinheiro foi discutido e estabelecido uma agência da Unidade de informação Financeira (UIF) dentro do Banco Central para receber todas as informações sobre operações suspeitas, análise, obtenção e difusão de informações relacionadas com as actividades de AML e CFT. Será de se salientar ainda que o Governador instituiu uma nova Instrução para reforçar a supervisão das actividades dos 'Operadores de transferência de dinheiro', que entrou em vigor em Fevereiro de 2013. O BCTL realizou ainda uma sessão de discussão oficial com a UIF da Indonésia, com o propósito de se tornar membro do Grupo de Egmont, sujeita a aprovação, conforme disposto no Decreto-Lei sobre a UIF. Refira-se ainda que Portugal e Macau patrocinam a candidatura de Timor Leste a membro deste Grupo.

O Conselho de Administração da BCTL aprovou em 2013 um regulamento sobre a emissão e o uso de moeda (centavos) em Timor-Leste (reg. n.º 1/2013). Tendo em conta razões de ordem financeira e de saúde pública e o reforço da autonomia de Timor-Leste na emissão de moeda, o BCTL decidiu emitir e pôr em circulação as novas moedas de 100 centavos, que se destinam a substituir a nota de 1 dólar actualmente em circulação.



## Pessoal e programa de formação

O BCTL contava, no final do período em análise, com 79 empregados, portanto um elemento a menos do que no ano anterior, que se demitiu.

Tendo em conta o esperado aumento da responsabilidade do BCTL ao longo dos próximos anos, o número de funcionários deverá aumentar, principalmente em certas áreas-chave, como o gabinete do governador, Departamento de Fundo petrolífero, Divisão a Economia e também o Departamento da Supervisão Bancária. Neste sentido, o plano do BCTL é recrutar alguns funcionários ao longo do próximo ano, para as áreas prioritárias em cima referidas.

O gráfico em baixo detalha a distribuição do pessoal pelos diversos departamentos do Banco (o gráfico inclui já as novas posições a preencher em 2014):



Fonte: Compilado pelo analista

Continuando a linha de actuação há muito definida de reforçar a formação dos seus funcionários, o Banco tem-lhes proporcionado a participação num conjunto de acções de formação, incluindo a formação no exterior e a participação em workshops especializadas.

O quadro abaixo refere as principais actividades nesta área:

Parte importante dessa formação tem sido efectuada ao abrigo de acordos de cooperação com universidades estrangeiras, encontrando-se vários membros do nosso corpo de funcionários em vias de terminarem os seus mestrados em áreas de interesse para o funcionamento do Banco Central (oito funcionários em 2013). Em 2012 completaram os seus mestrados dois dos nossos funcionários.

Para além desta formação mais prolongada, outras actividades de formação têm sido levadas a cabo. Funcionários do Banco participaram em programas de treino e

## Formação No Exterior E Participação Em Workshops

Horas ocupadas no ano fiscal de 2013

No.	Departamento	Pessoas em acções de Formação	Pessoas em Workshops	Dias	Horas
1	Gabinete do Governador	6	5	178	1,424
2	Supervisão do Sistema Financeira	7	3	221	1,768
3	Sistema Bancario e de Pagamentos	7	2	100	800
4	Administração	3	1	162	1,296
5	Contabilidade	1	2	122	976
6	Fundo Petrolífero	8	2	301	2,408
7	Conselheiro do BCTL		2	48	384
	<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>17</b>	<b>1,132</b>	<b>9,056</b>

Fonte: Compilado pelo analista

workshops organizadas por outros Banco Centrais ou Instituições Financeiras tais como o Bank Negara Malaysia, Banco de Portugal, IMF Institute (Singapore), etc.

Durante o ano de 2013 continuou a implementar-se o Sistema de Melhoria do Desempenho dos funcionários do Banco iniciado em 2010 com indesmentível sucesso na avaliação do desempenho do pessoal do Banco e na sua respectiva melhoria. A avaliação é baseada no Indicador de Desempenho de cada funcionário durante o ano, o qual lhes permite auto-avaliarem-se face aos resultados esperados ao longo de cada ano de trabalho.

O quadro em abaixo indica as dimensões usadas para avaliar o desempenho dos funcionários.



Fonte: Compilado pelo anallsta

## Relações externas

O BCTL tem continuado a dar grande importância às suas relações externas quer como forma da sua afirmação enquanto Banco Central de um novo país independente quer como forma de assegurar o apoio para a formação dos seus quadros através da sua participação em programas de treino e estágios bem como alguma assistência técnica.

É nesta lógica que se beneficiou das boas relações com instituições como o Banco de Portugal, o Bank Negara Malaysia, o Reserve Bank of Australia, o IMF Institute (Singapura), o Banco de Pagamentos Internacionais (BIS, em Basileia/Suíça).

Além disso o BCTL continuou a aprofundar as suas relações com entidades comerciais com quem trabalha tais como a JPMorgan, a CliffordChance, a KPMG, a Deloitte e outras organizações.



# Principais órgãos de gestão do Banco Central de Timor-Leste (BCTL)

## Conselho de Administração

O Governador  
Abraão de Vasconcelos

Vice-Governadora para a área da Supervisão Bancária  
Nur Alkatiri

Vice-Governadora para a área de Pagamentos  
Sara Lobo

Nota: a 31 de Dezembro de 2013 faltava ainda designar quatro membros (não-executivos) do Conselho de Administração do Banco Central, função que compete ao Governo

## Comité de Gestão

O Comité de Gestão do BCTL inclui todos os responsáveis das principais áreas organizacionais do Banco. São eles:

O Governador  
Abraão de Vasconcelos

A Vice-Governadora para a área da supervisão  
Nur Alkatiri

A Vice-Governadora para a área de pagamentos  
Sara Lobo

O Contabilista-Chefe /  
Chefe da Divisão de Contabilidade  
Fernando de Carvalho

A Directora do Departamento de Administração  
Raquel Gonçalves

O Director do Departamento do Fundo Petrolífero  
Venâncio Alves Maria



Nur Alkatiri

Sara Lobo



Abraão de Vasconcelos

Raquel Gonçalves

Fernando de Carvalho

Venâncio Alves Maria



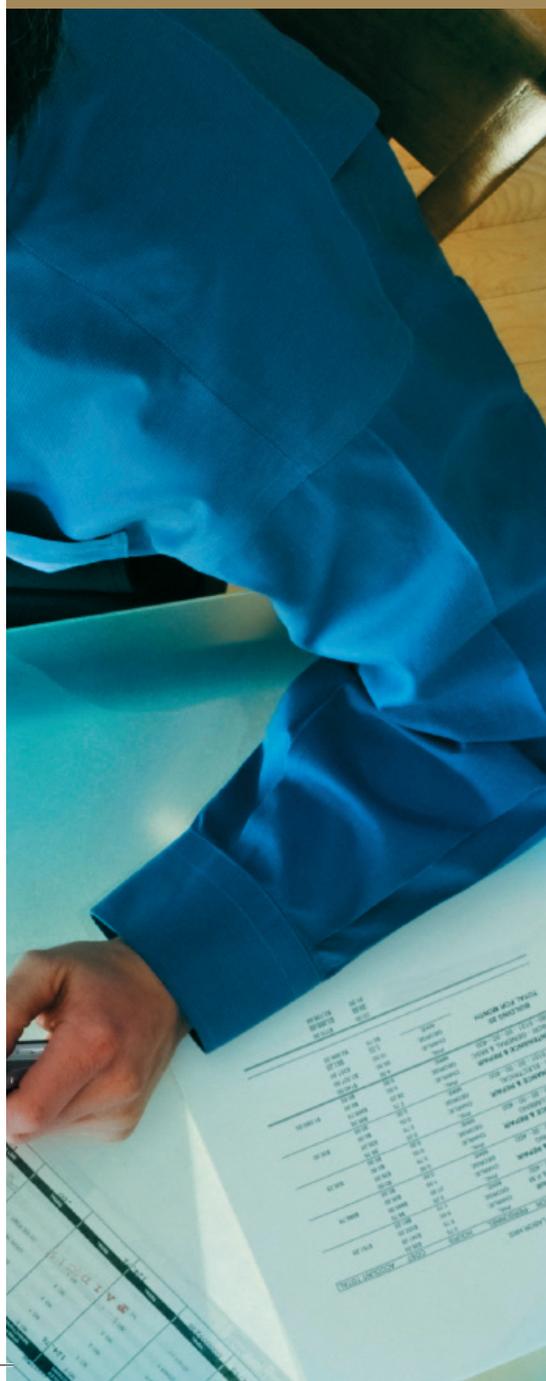
# 22

## Informações Financeiras sobre o Banco Central de Timor-Leste





para o ano fiscal de 2013,  
terminado em  
31 de Dezembro de 2013  
28 de Abril de 2014



## Declaração De Conformidade

As Informações Financeiras das páginas 75 a 78 e as Notas com elas relacionadas, fazendo parte delas, e que constam das páginas 78 a 102, foram preparadas pela Administração e aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Central de Timor-Leste.

Declaro que estas Informações Financeiras estão de acordo com os requisitos da Lei Orgânica (Estatutos) do Banco Central nº 5/2011 e que representam, de uma forma fiel, a verdadeira situação financeira e o desempenho do Banco Central de Timor-Leste à data de 31 de Dezembro de 2013.

**Abraão de Vasconcelos**

Governador

Dili, 28 de Abril de 2014



## Balanço

Referido A 31 De Dezembro De 2013

	Notas	2013 MIL USD	2012 MIL USD
<b>Activo</b>			
Dinheiro e Depósitos nos Bancos	7	466,250	640.792
Títulos negociáveis	8	281,003	301.980
Investimentos	10, 17	24,529	24.444
Propriedade, edifícios e equipamentos	11	1,053	779
Outros ativos	12	4,288	4.477
<b>Total dos ativos</b>		<b>777.122</b>	<b>972.472</b>
<b>Passivo</b>			
Depósitos do Governo	13	633,776	818.941
Outros depósitos	14,17	103,313	119.567
Provisão para transferência de excedente para o Governo	15	621	206
Outros Passivos	16	12,294	8.742
Moeda emitida		6,885	4.773
<b>Total do passivo</b>		<b>756.888</b>	<b>952.229</b>
<b>Capital</b>		<b>20.234</b>	<b>20.243</b>
<b>Total do Passivo e do Capital</b>	<b>18</b>	<b>777.122</b>	<b>972.472</b>

As notas das páginas 78 a 102 fazem parte integrante desta declaração

## Conta De Exploração

Para o ano terminado em 31 de Dezembro de 2013

	Notas	2013 Mil USD	2012 Mil USD
<b>Rendimento De Operações</b>			
<b>Rendimento de investimentos</b>			
Juros recebidos	20	2.405	1.317
(Perdas)/ganhos registadas	20	0	-27
<b>Despesas com as responsabilidades financeiras</b>			
Despesas com juros	20	-230	-187
<b>Rendimento líquido do investimento</b>		<b>2.175</b>	<b>1.103</b>
Taxa de gestão do Fundo Petrolífero	22	8.466	8,623
Despesas de gestão do Fundo Petrolífero	22	-6.423	-7,018
<b>Receitas líquidas de comissão</b>		<b>2.403</b>	<b>1,605</b>
Taxas e comissões	21	5876	589
Outros Rendimentos		0	133
<b>Rendimentos totais</b>		<b>4.794</b>	<b>3.445</b>
<b>Despesas</b>			
Despesas com Pessoal	23	1.340	1.042
Despesas com a circulação monetária		1.036	749
Despesas Administrativas	24	1.597	1.080
Depreciação do Imobilizado	11	199	173
<b>Custos Totais</b>		<b>4.173</b>	<b>3.044</b>
<b>Lucros</b>		<b>621</b>	<b>411</b>
Outros rendimentos/perdas		-	-
<b>Lucro líquido total</b>		<b>621</b>	<b>411</b>

As notas das páginas 78 a 102 fazem parte integrante desta declaração

## Demonstração Das Alterações De Capital Durante O

Ano Fiscal Terminado Em 31 De Dezembro De 2013

	2013 Mil USD	2012 Mil USD
<b>Capital social</b>		
Capital inicial	20.000	20.000
Transferência da/para a Reserva Geral	0	0
	<b>20.000</b>	<b>20.000</b>
<b>Reserva geral</b>		
Saldo inicial	237	370
Transferência para a Conta de Capital	-205	206
Transferência para/de Ganhos retidos	411	81
Transferência para o Governo	-206	-419
<b>Saldo final</b>	<b>237</b>	<b>237</b>
<b>Reserva segundo os valores estimados de mercado ("fair value")</b>		
Saldo inicial	5	-32
Alteração líquida do valor	-8	37
<b>Saldo final</b>	<b>-3</b>	<b>5</b>
<b>Apropriação do Rendimento Líquido</b>		
Rendimento líquido do período	621	411
Transferência para/da Reserva Geral	0	-205
Provisão para a transferência do saldo para o Governo	-621	-206
	0	0
<b>Total do capital</b>	<b>18</b>	<b>20.243</b>

As notas das páginas 78 a 102 fazem parte integrante desta declaração

## Quadro De Cashflow

Para o ano terminado em 31 de Dezembro de 2013

	2013 Mil USD	2012 Mil USD
<b>Actividade Operacionais</b>		
Lucro operacional	621	411
Depreciação	199	173
Rendimento líquido de juros	(2.175)	-1.103
<b>TOTAL</b>	<b>(1.355)</b>	<b>-519</b>
Alteração nos recebíveis, pré-pagamentos e stock	(190)	9.402
Alteração nos Depósitos do Governo	(185.165)	400.426
Alterações nos outros Depósitos	(16.255)	64.490
Alteração nos Outros Passivos	3.552	-5.782
	(198.057)	468.536
Juros recebidos	2.405	1.290
Juros pagos	(230)	-187
<b>Resultado líquido das actividades operacionais</b>	<b>2.175</b>	<b>1.103</b>
<b>Atividades De Investimento</b>		
Alterações nos Investimentos	(85)	9
Títulos do Governo dos Estados Unidos	20.977	10.928
Aquisição de activos fixos e equipamento	(473)	-109
<b>Cashflow das actividades de investimento</b>	<b>20.419</b>	<b>10.828</b>
<b>Actividade De Financiamento</b>		
Moeda emitida	2.112	909
Capital	0	0
Transferência de excedente para o Governo de Timor-Leste	164	-382
<b>Cashflow das actividades de financiamento</b>	<b>2.275</b>	<b>527</b>
<b>Aumentos Em 'Caixa' E Seus Equivalentes</b>	<b>-174.542</b>	<b>480.475</b>
'Caixa' e seus equivalentes no início do ano	640.792	160.317
<b>'Caixa' E Seus Equivalentes No Final Do Ano</b>	<b>466.250</b>	<b>640.792</b>

As notas das páginas 78 a 102 fazem parte integrante desta declaração



# Notas às Declarações Financeiras

## 1. Entidade relatora e base estatutária

Estas são as declarações financeiras do Banco Central de Timor-Leste (“o Banco” ou BCTL), uma entidade pública autónoma e distinta legalmente estabelecida pela Lei 5/2001, a Lei Orgânica do Banco Central de Timor-Leste.

O endereço oficial da sede da ABP é Avenida Bispo Medeiros, Dili, Timor-Leste.

As declarações financeiras do Banco Central são relativos ao ano financeiro terminado em 31 de Dezembro de 2013 e, de acordo com o estabelecido no Artº 58º da Lei 5/2011, as contas e registos são elaborados de acordo com os padrões contabilísticos internacionais.

O principal objectivo do Banco é alcançar e manter a estabilidade dos preços internos. Os outros objectivos são os de assegurar a liquidez e solvência de um sistema bancário e financeiro estável e baseado no mercado, executar a política cambial de Timor-Leste e promover um sistema de pagamentos seguro, sólido e eficiente.

O papel do Banco é funcionar como o banco central de Timor-Leste, o que determina a natureza e extensão das suas actividades em relação a instrumentos financeiros. O papel do BCTL é definido na sua Lei Orgânica, a Lei 5/2011 e inclui as seguintes funções:

- recomendar ao governo as grandes linhas de política nas áreas da sua responsabilidade;
- emitir moedas chamadas “centavos” que têm, em conjunto com o dólar dos Estados Unidos da América, o estatuto de moeda corrente no país;
- formular e implementar medidas, e supervisionar e regular os sistemas de liquidação e de pagamentos de transacções em moeda corrente doméstica e estrangeira em Timor-Leste;
- possuir, operar ou participar em um ou mais sistemas de pagamento;
- agir como banqueiro do governo e agências dele dependentes;
- agir como agente fiscal do governo e agências dele dependentes;
- deter e administrar todos os recursos financeiros públicos, inclusive as reservas oficiais de moedas estrangeiras;
- assegurar a administração operacional do Fundo Petrolífero de Timor-Leste;
- deter os depósitos em moeda corrente estrangeira dos Bancos comerciais;
- assegurar uma provisão adequada de notas e moedas necessárias à realização das transacções em dinheiro no país;
- manter uma caixa forte que mantenha em segurança os stocks de moeda e outros valores à sua guarda;
- licenciar, supervisionar e regular a actividade de bancos comerciais;
- autorizar, supervisionar e regular a actividade de câmbio de moedas;
- autorizar, supervisionar e regular companhias de seguros e intermediários; e
- levar a cabo, com regularidade, a análise económica e monetária da economia de Timor-Leste, tornar públicos os resultados das mesmas e submeter propostas e medidas ao governo com base em tais análises.

## 2. Base de Preparação

### (a) Declaração de conformidade

Estas declarações financeiras foram preparadas de acordo com os IFRS-International Financial Reporting Standards tal como emitidos pelo International Accounting Standard Board (IASB).

A sua publicação foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de Abril de 2014.

### (b) Unidade de conta

As declarações financeiras foram preparadas com base nos custos históricos excepto quanto aos activos considerados disponíveis para venda e que foram avaliados segundo uma estimativa realista do seu valor de mercado para esse efeito.

### (c) Adopção dos International Financial Reporting Standards

As presentes contas do BCTL obedecem aos International Financial Reporting Standards em vigor em 31 de Dezembro de 2013.

### (d) Moeda funcional e de apresentação

Estas declarações financeiras são apresentadas em dólares dos Estados Unidos (USD), a moeda oficial de Timor-Leste e moeda funcional e de apresentação de contas do Banco. A informação é apresentada em USD arredondados para o milhar mais próximo salvo indicação noutro sentido. Esta prática pode resultar em ligeiras diferenças entre as contas tal como apresentadas no relatório sobre os rendimentos, o balanço e as notas detalhadas de apoio às contas.

### (e) Uso de estimativas e de julgamentos

A preparação de declarações financeiras exige à gestão efectuar julgamentos e tomar decisões sobre situações, fazer estimativas e adoptar pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e dos valores reportados quanto aos activos, os passivos/responsabilidade, o rendimento e as despesas/custos.

As estimativas e pressupostos estão sujeitos a um processo de escrutínio e de revisão permanente.

As revisões das estimativas contabilísticas são repercutidas na contabilidade no período em que elas são revistas e em todos os períodos futuros igualmente afectados. Em particular, disponibiliza-se na nota 3 informação acerca das principais áreas de incerteza das estimativas e julgamentos/decisões críticas sobre a aplicação das políticas contabilísticas e que se reflectem sobre os montantes constantes das declarações financeiras.

### (f) Montantes comparativos

De modo a assegurar consistência com o ano aqui relatado, apresentam-se números relativos a outros períodos sempre que julgado apropriado. Foram introduzidas algumas alterações na apresentação das declarações financeiras.

### 3. Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas apresentadas abaixo foram aplicadas de uma forma consistente a todos os períodos apresentados nestas declarações financeiras.

#### a) Taxas de câmbio

Transacções envolvendo moeda externa (não - USD) foram convertidas em USD às taxas de câmbio prevalentes nas datas de transacção. Activos e passivos monetários nestas moedas foram contabilizados utilizando as taxas de câmbio spot praticadas na data de referência do balanço, o dia 31 de Dezembro de 2013.

Os ganhos ou perdas em itens monetários são a diferença entre o custo de amortização na moeda funcional no início do período --- ajustado com o juro efectivo e os pagamentos durante o período --- e o custo de amortização em moeda estrangeira à taxa de câmbio no fim do período.

Activos e passivos não-monetários denominados em moeda estrangeira que são medidas ao preço estimado de mercado são convertidos na moeda funcional à taxa de câmbio spot da data em que o referido valor estimado foi calculado.

As taxas de câmbio relevantes utilizadas para efeitos de determinação dos valores dos principais activos e passivos destas declarações financeiras foram as seguintes:

#### b) Juros

O rendimento e as despesas em juros são apresentados na declaração sobre rendimentos utilizando o método do juro efectivo. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos e receitas futuros em dinheiro ao longo da vida esperada dos activos ou passivos financeiros (ou, quando apropriado, um período mais curto) para o valor de balanço dos activos ou passivos. Ao calcular a taxa de juro efectiva O Banco estima os fluxos futuros de dinheiro tomando em consideração todos os termos contratuais do instrumento financeiro em causa mas não as perdas futuras de créditos.

O cálculo da taxa de juro efectiva inclui todos as taxas e pontos pagos ou custos de transacção e todos os descontos ou prémios que são parte integral da taxa de juro. Os custos de transacção incluem os custos incrementais que são directamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um activo ou passivo financeiro.

O rendimento e as despesas de juros apresentadas na conta de ganhos e perdas incluem:

- Juros de activos e passivos financeiros ao custo de amortização e numa base de taxa de juro efectiva
- Juros de títulos de investimento comercializáveis numa base de taxa de juro efectiva

	31 Dez 2013	31 Dez 2012
Dólares australianos (AUD)	1.1292	0,9643
Direitos de Saque Especiais (DSE)	0.6493	0,6506
Euro (EUR)	0.7275	0,7551

**c) Taxas**

O rendimento proveniente de taxas, incluindo taxas de serviço de contas bancárias, distribuição de dinheiro e de gestão de investimentos é contabilizado quando os respectivos serviços são prestados. O rendimento de taxas pagas pelo Governo é reconhecido após a aprovação pelo Parlamento Nacional e amortizado durante o período durante o qual os serviços são prestados.

As taxas e comissões pagas dizem respeito principalmente a taxas de transacções e prestação de serviços que são gastas à medida que os correspondentes serviços são recebidos.

**d) Lucro operacional**

O lucro operacional compreende os ganhos menos as perdas relacionadas com as transacções de activos e passivos e inclui todas as alterações, verificadas ou não, do valor estimado (com a excepção das alterações estimadas dos valores relativos a activos comercializáveis).

**e) Impostos**

O Banco está isenta de imposto sobre o seu rendimento de acordo com o disposto no Artº 72 da Lei Orgânica do Banco Central de Timor-Leste, a Lei nº 5/2011.

**f) Activos e Passivos Financeiros****(i) Reconhecimento**

O Banco reconhece e contabiliza empréstimos, adiantamentos e depósitos na data em que são constituídos. Os outros activos financeiros (incluindo os que são considerados negociáveis) são inicialmente contabilizados na data de liquidação e em que o pagamento é feito e o título recebido de acordo com as condições contratualmente estabelecidas.

Um activo ou responsabilidade financeira é inicialmente medido ao seu valor de mercado mais, para os itens não posteriormente medidos ao preço de mercado por ganhos ou perdas, os custos de transacção que são directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

O Banco efectua transacções quando adquire activos mas não assume todos os riscos e recompensas dos activos ou parte deles. Tais activos, incluindo os adquiridos em ligação com a gestão do Fundo Petrolífero pelo Banco não são contabilizados no balanço.

**(ii) Classificação**

Ver o nº 3 g) e h) de “políticas contabilísticas” acima

**(iii) Eliminação dos registos contabilísticos**

O Banco elimina dos seus registos um activo financeiro quando os direitos contratuais ao fluxo de dinheiro expira ou na data em que é transferido o direito legal a receber o dinheiro relativo ao activo financeiro.

O mesmo acontece quanto às responsabilidades financeiras, que são canceladas quando as obrigações contratuais delas resultantes desaparecem ou são canceladas.

**(iv) Offsetting**

O valor dos activos e passivos financeiros serão somente alvo de compensação e o respectivo valor líquido expresso no balanço quando e somente quando o Banco tiver a prerrogativa legalmente estabelecida de proceder a essa compensação e tenciona ou proceder ao settlement pelo seu valor líquido, ou proceder simultaneamente à realização do activo e ao settlement do passivo.

**(v) Medição da amortização dos custos**

O custo amortizado de um activo financeiro é o montante ao qual esse activo é avaliado no momento do seu reconhecimento inicial menos os pagamentos do principal (capital), mais ou menos a amortização acumulada usando o método do juro efectivo ou qualquer outra diferença entre o montante inicial contabilizado e o montante na maturidade menos qualquer redução por prejuízo.

**(vi) Medição do valor justo de mercado**

A determinação do valor justo de mercado para os activos financeiros é baseado nas cotações para os respectivos instrumentos financeiros em mercados activos. Um mercado é considerado como em actividade

se as cotações nele verificadas estão regularmente acessíveis e representam um panorama sistematicamente actualizado das transacções nele efectuadas.

A manifestação mais evidente do preço justo de mercado de um instrumento financeiro no momento do seu registo contabilístico inicial é o preço da sua transacção, i.e., o valor pago ou recebido, a não ser que o valor justo de mercado do referido instrumento resulte da comparação com outras transacções de mercado do mesmo instrumento (i.e., sem modificação ou alterações das suas características) ou baseado numa técnica de avaliação do valor que inclua, como variáveis, apenas informações de mercados analisáveis.

(vii) Identificação e medição de prejuízos  
Em cada data do balanço o Banco avalia se há ou não evidência objectiva se os activos financeiros não avaliados ao valor de mercado apresentam prejuízo. Um activo financeiro apresenta prejuízo quando a evidência objectiva demonstra que ocorreu uma perda após o reconhecimento inicial do activo nos registos do Banco e que esse prejuízo tem um impacto nos futuros cash flows do activo e pode ser estimado com confiança.

O Banco toma em consideração evidências de prejuízo de títulos de investimento quer a nível individual de cada activo específico quer a nível colectivo. Todos os activos a deter até à maturidade individualmente significativos são avaliados para determinação de eventuais prejuízos. Todos os activos deste tipo que não são considerados como registando prejuízo são depois avaliados em conjunto para determinar eventuais prejuízos que possam ter ocorrido mas que não tenham sido identificados. Os activos que não são individualmente significativos são então avaliados colectivamente para saber se houve prejuízo associando activos financeiros com características de risco semelhantes.

Perdas por prejuízos em títulos de investimento comercializáveis são reconhecidos contabilisticamente medindo a diferença entre o valor do activo e o valor presente actualizado dos futuros cash flows à taxa de juro efectiva. As perdas são reconhecidas nos ganhos e perdas e reflectidas numa conta contra prejuízos. Os juros sobre activos com prejuízo continuam a ser contabilizados até ao desaparecimento do prejuízo. Quando um acontecimento subsequente fizer com que o montante do prejuízo num título negociável diminua, a perda é revertida através de ganhos e perdas.

As perdas em títulos de investimento comercializáveis são reconhecidas contabilisticamente transferindo o valor acumulado da perda que foi contabilizada directamente de capital para ganhos ou perdas. O valor acumulado de perda que é retirado do capital e contabilizado em ganhos e perdas é a diferença entre o preço de aquisição (líquido de qualquer amortização de capital e amortização) e o valor presente de mercado menos qualquer prejuízo previamente já registado em ganhos e perdas. Alterações nas provisões atribuíveis ao valor do tempo são reflectidas nas contas como uma componente do rendimento em juros.

#### **g) Dinheiro [Cash] e equivalentes**

O conceito de dinheiro e equivalentes inclui notas e moedas, saldos disponíveis sem restrições junto de outros bancos que estejam sujeitos a riscos insignificantes de alteração de valor e que são usados pelo Banco na gestão das suas responsabilidades de curto prazo, incluindo a manutenção da oferta de dinheiro dos Estados Unidos de modo a assegurar uma oferta adequada de notas de banco e de moedas para a realização de transacções em Timor-Leste.

O dinheiro e os seus equivalentes são contabilizados no balanço ao seu custo amortizado.

**h) Títulos de investimento**

Os títulos de investimento são inicialmente contabilizados ao seu valor de mercado mais os custos de transacção e subsequentemente de acordo com a sua classificação em “a reter até à maturidade”, valor de mercado com ganhos ou perdas ou título negociável [available-for-sale].

**i) “A manter até à maturidade”**

Este tipo de investimentos são activos “não-derivados” com pagamentos fixos ou determináveis e data fixa de maturidade que o Banco tem a intenção e a capacidade de manter até à maturidade e que não são classificados por esta nem como “valor de mercado com ganhos ou perdas” ou como títulos negociáveis.

Estes investimentos são contabilizados ao seu custo de amortização usando o método do juro efectivo.

**ii) Valor de mercado com lucros ou perdas**

Investimentos deste tipo são avaliados ao valor estimado de mercado através de ganhos e perdas quando:

- Os activos são geridos, avaliados e reportados internamente numa base de preço estimado com os dados do mercado; ou
- A classificação elimina ou reduz significativamente um desencontro contabilístico que resultaria de fosse adoptado outro procedimento; ou
- Os activos contêm uma componente de “derivado” que modifica significativamente os cash flows que de outra forma resultariam de acordo com o contrato.

Alterações do valor de mercado desta classe de investimentos são levadas a “ganhos e perdas”.

**iii) Negociáveis**

Investimentos deste tipo são instrumentos não-derivados que são classificados como disponíveis para venda ou que não são incluídos noutras categorias de activos financeiros

São contabilizados ao seu valor estimado de mercado.

O seu rendimento de juros é levado a ganhos e perdas utilizando o método do juro efectivo. Os ganhos ou perdas em câmbios nestes instrumentos são levados a ganhos e perdas.

Outras alterações do valor estimado de acordo com o mercado são directamente contabilizadas no capital até que o investimento seja vendido e o saldo no capital seja reconhecido em ganhos e perdas.

**i) Transacções do mercado overnight**

O Banco estabelece acordos no mercado overnight no quadro das suas actividades de gestão das suas disponibilidades de caixa. Estas transacções são registadas no balanço como dinheiro e seus equivalentes e o seu rendimento é contabilizado em lucros e perdas na data da transacção.

**j) Outros activos e responsabilidades**

O dinheiro em moeda local ou estrangeira, depósitos e as contas a receber e a pagar são valoradas na data em que se efectua a transacção, adicionados os eventuais juros.

As contas a receber são registadas na data em que se espera realizar o valor correspondente após devida provisão para dívidas de cobrança duvidosa.

Os stocks de moeda não entrada em circulação são registados como existências ao custo da sua aquisição e registadas como despesa aquando da sua entrada em circulação. São registados ao valor mais baixo do custo ou do valor líquido realizável. O custo é calculado numa base de média ponderada.

**k) Propriedade, instalações e equipamento**

**i) Reconhecimento e medição**

Itens de propriedade, instalações e equipamento são medidos ao seu custo menos as amortizações acumuladas e os eventuais prejuízos.

O custo inclui despesas que sejam razoavelmente atribuíveis à aquisição do activo. Software adquirido para funcionamento em determinados equipamentos e que são essenciais à sua utilização é considerado como sendo parte daquele equipamento.

Quando partes de um elemento da propriedade, instalações ou equipamento têm diferentes vidas úteis são contabilizados como elementos separados (caso das maiores componentes) da propriedade, instalações e equipamento.

O terreno e o edifício da sede do Banco Central estão registados na contabilidade ao custo de aquisição no ano 2000 (custo zero) e

assim continuará a ser até que, no futuro, seja possível determinar um preço justo a partir do funcionamento, em Timor-Leste, do mercado de terras e de propriedades em bases sólidas e quando avaliações objectivas possam ser definidas a partir das transacções nele realizadas.

**ii) custos subsequentes**

O custo de substituição de uma parte da propriedade, instalações ou equipamento é reconhecido nas contas pelo montante sobranete do valor do item se se entender que é provável que os benefícios económicos nele incorporados beneficiarão o Banco e que os seus custos podem ser medidos de uma forma fiável. Os custos de manutenção da propriedade, das instalações e do equipamento são levados à conta de ganhos e perdas à medida que ocorrem.

**iii) Amortização**

As depreciações são contabilizadas na conta de ganhos e perdas numa base de taxa de depreciação constante ao longo do tempo durante a vida útil dos itens de propriedade, instalações e equipamento. A terra não é amortizada.

O Banco divide os seus activos em grandes grupos de itens e amortiza-os de acordo com as suas vidas úteis indicativas referidas no quadro abaixo:

	2013	2012
Edifícios e benfeitorias	20 anos	20 anos
Instalações	5 anos	5 anos
Equipamento de escritório	8 anos	8 anos
Computadores e equipamento electrónico	4 anos	4 anos
Veículos	5 anos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são todos referidos à data do fecho do balanço.

iv) Prejuízos

Os valores a transitar dos activos fixos do Banco são revistos na data do balanço para determinar se há alguma indicação de prejuízo. Se tal indicação existir utiliza-se na contabilidade o valor estimado recuperável. Regista-se um prejuízo quando o valor a transitar de um activo exceder o valor recuperável. As perdas por prejuízos são contabilizadas em ganhos e perdas.

**l) Moeda em circulação**

A moeda emitida pelo Banco sob a forma de moedas de centavos (que são legalmente sub-unidades do dólar dos Estados Unidos utilizadas apenas em Timor-Leste) representa uma responsabilidade do Banco perante os detentores das moedas. A responsabilidade pelo valor da moeda em circulação é registada ao valor facial no balanço.

O Banco também emite moedas de colecção. Embora seja pouco provável que montantes significativos desta moeda sejam devolvidas para sua substituição por moeda corrente o Banco contabiliza o valor facial das moedas de colecção vendidas como se de moeda em circulação se tratasse.

**m) Benefícios dos empregados**

i) Benefícios de curto prazo do pessoal

Os benefícios de curto prazo dos empregados do Banco incluem o montante total dos rendimentos auferidos pelo pessoal da instituição, nomeadamente salários e suplementos vários. Os acréscimos (accruals) de custos de pessoal são registados no balanço como contas a pagar.

As obrigações com os benefícios a curto prazo dos empregados são medidas numa base não-actualizada e são pagos à medida que os serviços correspondentes são prestados pelos empregados do Banco.

ii) Benefícios de longo prazo dos empregados

Os empregados do Banco têm o direito a receber um montante em dinheiro pagável após a conclusão de um determinado número de anos de serviço com início no décimo quinto ano de serviço. Com esta finalidade é mensalmente posta de parte pelo Banco uma percentagem de 5% do salário base que é contabilizada na conta de ganhos e perdas como uma despesa de pessoal com a contrapartida responsabilidade sendo reconhecida no balanço e registada como “outros passivos”. Na hipótese de um empregado abandonar a instituição antes de decorrido o prazo para ter direito ao benefício em causa o montante previamente acumulado para tal empregado é creditado às despesas de pessoal na data em que a obrigação do Banco para com o empregado cessa.

Não há um esquema de pensões para os funcionários do Banco.



## 4. Gestão do Risco Financeiro

### (a) Introdução e síntese

O Banco Central de Timor-Leste está exposto aos seguintes riscos devido ao seu uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Riscos de mercado
- Riscos operacionais

Esta nota apresenta informação sobre a exposição do Banco para cada um dos riscos acima, os objectivos do Banco, suas políticas e procedimentos para medir e gerir o risco e a administração do capital pelo Banco.

### (b) Quadro geral da gestão do risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão do quadro geral de gestão do risco pelo Banco.

O Conselho de Administração é guiado pela Lei Orgânica do Banco Central (Lei 5/2011), que estabelece directivas genéricas para a gestão do risco, incluindo as seguintes:

- O Artº 19 permite ao Banco deter na sua carteira de investimentos qualquer dos seguintes activos estrangeiros: ouro e outros metais preciosos do Banco ou por conta dele, incluindo créditos no balanço representando esses ouro e outros metais preciosos; moeda estrangeira sob a forma de notas e moedas detidas em Timor-Leste que sejam livremente convertíveis detidas pelo ou por conta do Banco; saldos bancários e depósitos interbancários pagáveis à ordem ou a curto prazo e denominados em moedas

em moedas livremente convertíveis e que estejam registados em contas do Banco, nos livros de bancos centrais estrangeiros ou de instituições financeiras internacionais; títulos de dívida facilmente comercializáveis, denominados em moedas estrangeira livremente convertíveis, emitidos ou apoiados por governos estrangeiros, bancos centrais estrangeiros ou instituições financeiras internacionais; direitos sobre instituições financeiras internacionais em resultado de acordos de recompra, venda e retoma e títulos de empréstimo dos referidos títulos de dívida; Direitos de Saque Especiais registados na conta de Timor-Leste no Fundo Monetário Internacional; a posição de reserva de Timor-Leste no Fundo Monetário Internacional.

- O Artº 71.1 proíbe o Banco de conceder crédito, exercer actividade comercial, comprar acções de qualquer empresa ou companhia --- incluindo de qualquer Instituição Financeira ---, ou, seja a que título for, ter um interesse de propriedade em qualquer empreendimento financeiro, comercial, agrícola, industrial ou outro ou adquirir através de compra, aluguer ou qualquer outra forma quaisquer direitos reais em propriedade imóvel, excluindo a que for considerada necessária para a realização do seu expediente e condução das actividades da sua administração e operações.
- O Artº 39 autoriza o Banco a gerir fundos especiais propriedade do Estado com base no contrato de gestão e a manter receitas pré-destinadas em contas especiais desde que os activos e as responsabilidades destes fundos sejam separadas dos outros activos e responsabilidades do Banco.

O Banco estabeleceu um Gabinete de Auditoria Interna, cujos deveres incluem os de, de uma forma regular ou ad hoc, levar a cabo revisões do controlo e procedimentos de gestão do risco cujos resultados são reportados ao Governador e, se assim o entender o Auditor Interno, ao Conselho de Administração.

(c) Risco de Crédito

Milhares Dólares E.U.A.	Rating*	Dez 2013	Rating*	Dez 2012	
<b>Dinheiro e depósitos</b>					
Dinheiro	AAA	27.546	AAA	21.151	
Depósitos em bancos centrais	AAA	315.760	AAA	548.120	
Depósitos em bancos em território nacional	B	72.429	B	71.194	
Idem, no estrangeiro	AA-	50.515	AA-	327	
		<b>466.250</b>		<b>640.793</b>	
<b>Títulos comercializáveis</b>					
Bills Tesouro E.U.A.	AAA	49.990	AAA	301.980	
Obrigações Tesouro E.U.A.	AAA	231.013	AAA	0	
<b>Investimentos</b>					
Fundo Monetário Internacional	N/A	24.529	N/A	24.444	
Activos fixos e outros	N/A	5.340	N/A	5.255	
<b>Activos Totais</b>		<b>777.122</b>		<b>972.472</b>	
<b>Sumário Por Tipo De Rating</b>		<b>Dez 2013</b>	<b>Dez 2012</b>	<b>Dez 2012</b>	
AAA		85,86%	624.309	89,59%	871.251
AA-		0,07%	515	0,03%	327
B		9,96%	72.429	7,32%	71.194
Não aplicável		4,11%	29.869	3,05%	29.700
<b>Activos Totais</b>		<b>100,00%</b>	<b>777.122</b>	<b>100%</b>	<b>972.472</b>

\*Quando um Banco Central não tem rating usou-se o rating do país



Risco de crédito é o risco de perda financeira do Banco se um cliente ou contraparte de um instrumento financeiro falharem no cumprimento das suas obrigações contratuais e surge principalmente relacionado com o investimento e actividades bancárias do Banco.

Como referido acima, este risco é gerido em obediência a um requisito legal que proíbe a colocação de fundos sem ser em bancos cujas responsabilidades a curto prazo são avaliadas numa das duas categorias mais altas por agências de avaliação de crédito internacionalmente reconhecidas e em títulos de dívida emitidos ou garantidos pelos Estados Unidos.

Todos os investimentos acima de USD 1 milhão exigem a autorização do Governador.

O Auditor Interno audita regularmente as divisões do Banco responsáveis pelo investimento de fundos da mesma.

A exposição do Banco ao risco de crédito, baseado nas avaliações realizadas pela Fitch Ratings, é como segue:  
À data do balanço não havia nenhuma perda por prejuízos.

O montante registado destes activos aproxima-se do seu valor estimado de mercado [fair value].

#### **(d) Risco de Liquidez**

Risco de liquidez é o risco de o Banco encontrar dificuldades no cumprimento das obrigações resultantes das suas responsabilidades financeiras. O risco de liquidez é também o risco de o BCTL ter de vender rapidamente um activo financeiro por um valor muito inferior ao justo valor.

O Banco é responsável para administrar a liquidez diária do sistema bancário. Este papel inclui a administração do sistema de compensação [clearing]. O BCTL está proibido pelo seu Estatuto de adiantar fundos ao sistema bancário.

A abordagem do Banco quanto à administração do risco de liquidez é o de assegurar, até onde for possível, que sempre terá a liquidez suficiente para responder às suas responsabilidades quando devidas, quer seja em condições normais quer especiais, e sem incorrer em perdas inaceitáveis ou colocar em risco a sua reputação.

A função de administração de investimento considera os fluxos monetários observados historicamente nas contas de depósito do governo e dos bancos comerciais. A partir desta informação são tomadas decisões sobre a dimensão das disponibilidades físicas em dinheiro detidas em Timor-Leste, a quantidade de dinheiro a ser mantido em contas em bancos correspondentes e a natureza dos

investimentos a ser feito em títulos de curto prazo do Tesouro dos Estados Unidos --- para os quais existe um mercado com grande grau de liquidez --- de tal modo a que existam sempre títulos perto de maturidade que podem ser vendidos se necessário sem correr o risco de sofrer uma perda de mercado significativa.

Em mil USD	Total 2013	Sem maturidade de fixa	6 meses ou menos	Mais de 6 meses
Dinheiro e equivalentes	466.250		466,250	
Títulos negociáveis	281.003		49,990	231,013
Investimentos	24.529			24,529
Outros activos	4.288		4,288	
<b>Total dos activos</b>	<b>776,070</b>	<b>-</b>	<b>520,528</b>	<b>255,542</b>
Depósitos do Governo	633.776		633.776	
Outros depósitos	103.313		78.784	24.529
Provisão para transferência excedentária	621		621	
Outras responsabilidades	12.294		12.294	
Moeda emitida	6.885	6.885		
<b>Total das responsabilidades</b>	<b>756,889</b>	<b>6,885</b>	<b>725,475</b>	<b>24,529</b>
<b>Diferença líquida</b>	<b>19,181</b>	<b>-6,885</b>	<b>-204,947</b>	<b>231,013</b>

Os quadros seguintes mostram a análise de maturidade do balanço do Banco.

Em mil USD	Total 2012	Sem maturidade de fixa	6 meses ou menos	Mais de 6 meses
Dinheiro e equivalentes	640.792		640.792	
Títulos negociáveis	301.980		301,980	
Investimentos	24.444			24.444
Outros activos	4.477		4.477	
<b>Total dos ativos</b>	<b>971,693</b>	<b>-</b>	<b>947,249</b>	<b>24,444</b>
Depósitos do Governo	818.941		818.941	
Outros depósitos	119.567		95.123	24.444
Provisão para transferência excedentária	206		206	
Outras responsabilidades	8.743		8.742	
Moeda emitida	4.773	4.773		
<b>Total das responsabilidades</b>	<b>952,229</b>	<b>4,773</b>	<b>923,012</b>	<b>24,444</b>
<b>Diferença líquida</b>	<b>19,464</b>	<b>-4,773</b>	<b>24,237</b>	<b>-</b>

#### e) Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado de preços como a taxa de juro, de capital, de moeda estrangeira e spreads de crédito (não atribuíveis a alterações da classificação de crédito dos que os emitiram) afectem o rendimento do Banco ou o valor dos seus investimentos em instrumentos financeiros. O objectivo da gestão do risco de mercado é administrar e controlar a exposição ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, ao mesmo tempo que otimiza o retorno tendo por base o risco.

A forma como o BCTL entende a administração de riscos de mercado é fortemente guiada pelo seu enquadramento legal, o qual exige que os seus investimentos sejam efectuados em instrumentos financeiros de elevada qualidade de curta duração.

O Banco mede e administra a sua exposição ao risco de mercado em termos de risco de taxa de juros e risco de câmbio de moeda estrangeira. Nas secções seguintes dão-se informações sobre estes dois riscos.

#### i) Risco de Taxa de juro

O risco de taxa de juro é o risco de prejuízos resultantes de eventuais alterações das taxas de juro.

A administração do risco associado às taxas de juro pelo Banco é determinada parcialmente pelo quadro legal esboçado acima e em parte por uma política de administração de procurar articular os períodos de reavaliação dos seus activos e passivos.

Os activos e passivos do Banco atingirão a sua maturidade ou são reavaliados nos seguintes períodos:

Mil USD	Total 2013	Não sensível à taxa de juro	6 meses ou menos	Mais de 6 meses
Dinheiro e equivalentes	466.250		466.250	
Títulos negociáveis	281.003		49.990	231.013
Investimentos	24.529	24.529		
Outros ativos	4.288	4.288		
<b>Total dos ativos</b>	<b>776.070</b>	<b>28.817</b>	<b>516.240</b>	<b>231.013</b>
Depósitos Do Governo	633.776		633.776	
Outros depósitos	103.313	24.529	78.784	
Provisão para transferência de excedente	621	621		
Outras responsabilidades	12.294	12.294		
Moeda emitida	6.885	6.885		
<b>Total das responsabilidades</b>	<b>756.889</b>	<b>44.329</b>	<b>712.560</b>	<b>-</b>
<b>Diferença líquida quanto à sensibilidade à taxa de juro</b>	<b>19.181</b>	<b>(15.512)</b>	<b>(196.320)</b>	<b>231.013</b>

Mil USD	Total 2012	Não sensível à taxa de juro	6 meses ou menos	Mais de 6 meses
Dinheiro e equivalentes	640.792		640.792	
Títulos negociáveis	301.980		301.980	
Investimentos	24.444	24.444		
Outros activos	4.477	4.477		
<b>Total dos activos</b>	<b>971.693</b>	<b>28.921</b>	<b>942.772</b>	<b>-</b>
Depósitos do Governo	818.941		818.941	
Outros depósitos	119.567	24.230	95.337	
Provisão para transferência de excedente	206	206		
Outras responsabilidades	8.742	8.742		
Moeda emitida	4.773	4.773		
<b>Total das responsabilidades</b>	<b>952.229</b>	<b>37.951</b>	<b>914.278</b>	<b>-</b>
<b>Diferença líquida quanto à sensibilidade à taxa de juro</b>	<b>19.464</b>	<b>(9.029)</b>	<b>28.494</b>	<b>-</b>

ii) Análise de sensibilidade

Ao gerir a sua exposição ao risco de taxa de juro e de taxa de câmbio o Banco tem como objectivo principal reduzir o impacto das flutuações de curto prazo no seu rendimento líquido. A 31 de Dezembro de 2013 estimava-se que uma subida generalizada das taxas de juro em 1 ponto percentual aumenta os lucros do Banco em cerca de 793 mil USD.

(iii) Risco de Câmbio de Moeda Estrangeira

O risco cambial de moeda estrangeira é o risco de se registar um prejuízo resultante de alterações nas taxas de câmbio.

A administração do Banco mantém uma baixa exposição a moedas estrangeiras, as quais são mantidas apenas a um nível que seja suficiente para cumprir com as obrigações operacionais de liquidação de dívidas. O Banco não se envolve em actividades de intervenção nos câmbios de moedas estrangeiras.

A 31 de Dezembro de 2013 a exposição líquida do Banco às principais moedas era a seguinte:

Mil USD	Total 2013	Dólares E.U.A.	Dólares Austrália	IMF SDR	Euro
Dinheiro e equivalentes	466.250	465.877	334		39
Títulos negociáveis	281.003	281.003			
Investimentos	24.529	0		24.529	
Outros ativos	4.288	4.288	0		
<b>Total dos ativos</b>	<b>776.070</b>	<b>751.168</b>	<b>334</b>	<b>24.529</b>	<b>39</b>
Depósitos do Governo	633.776	633.776			
Outros depósitos	103.313	78.784		24.529	
Provisão para transferência excedentária	621	621			
Outras responsabilidades	12.294	12.294			
Moeda emitida	6.885	6.885			
<b>Total das responsabilidades</b>	<b>756.889</b>	<b>732.360</b>	<b>0</b>	<b>24.529</b>	<b>0</b>
<b>Exposição líquida às moedas estrangeiras</b>	<b>19.181</b>	<b>18.808</b>	<b>334</b>	<b>0</b>	<b>39</b>

Para comparação registem-se os resultados em 2012:

Mil USD	Total 2012	Dólares E.U.A.	Dólares Austrália	IMF SDR	Euro
Dinheiro e equivalentes	640.792	640.337	418		38
Títulos negociáveis	301.980	301.980			
Investimentos	24.444	–		24.444	
Outros activos	4.477	4.476	1		
<b>Total dos activos</b>	<b>971.693</b>	<b>946.793</b>	<b>419</b>	<b>24.444</b>	<b>38</b>
Depósitos do Governo	818.941	818.941			
Outros depósitos	119.567	95.123		24.444	
Provisão para transferência excedentária	206	206			
Outras responsabilidades	8.742	8.742			
Moeda emitida	4.773	4.773			
<b>Total das responsabilidades</b>	<b>952.229</b>	<b>927.785</b>	<b>–</b>	<b>24.444</b>	<b>–</b>
<b>Exposição líquida às moedas estrangeiras</b>	<b>19.464</b>	<b>19.008</b>	<b>419</b>	<b>–</b>	<b>38</b>

**(f) Risco Operacional**

Risco operacional é o risco de perda directa ou indirecta resultante de uma grande variedade de causas associadas com os procedimentos do Banco, o seu pessoal, tecnologia e infra-estruturas utilizadas na sua actividade e de factores externos diferentes dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez, tais como os resultantes de exigências legais ou acontecimentos adversos na comunidade em geral. Riscos operacionais surgem em todas as operações desenvolvidas pelo Banco e são enfrentados por quaisquer entidades empresariais.

O objectivo do Banco é gerir o risco operacional de modo a assegurar um equilíbrio entre o evitar de perdas financeiras e danos à reputação do Banco com a eficácia global dos custos suportados e evitar procedimentos de controlo que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

A principal responsabilidade de desenvolver e implementar controlos que façam face ao risco operacional pertence ao topo da administração de cada área de actividade do Banco. Esta responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões para a gestão do risco operacional nas áreas seguintes:

- Exigências de separação de deveres, incluindo autorizações independentes para as transacções;
- Exigências para a oportuna reconciliação e monitorização das transacções;
- Cumprimento escrupuloso das exigências legais e outras existentes;
- Documentação escrita de todos os procedimentos operacionais principais;
- Exigências para a avaliação periódica dos riscos operacionais que a Autoridade defronta e a adequação de controlos e procedimentos para fazer face aos riscos identificados;

- Exigência de informar sobre as perdas operacionais verificadas e o desenvolvimento de acções que ajudem a remediar a situação;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Contínuo desenvolvimento de capacidades e de desenvolvimento profissional;
- Estabelecimento de padrões éticos de comportamento; e
- Mitigação do risco, incluindo através da realização de seguros para as operações de mais elevado risco.

O cumprimento destes padrões é apoiado por um programa de revisões periódicas baseadas no risco levadas a cabo pela Auditoria Interna. Os resultados destas são discutidos com os responsáveis das áreas de actividade a que dizem respeito, com todos os resultados submetidos mensalmente ao Governador e um resumo do trabalho empreendido submetido trimestralmente ao Conselho de Administração.

**(g) Administração do Capital**

A administração do capital do BCTL está sujeita ao disposto na Lei nº 5/2011, a Lei Orgânica do Banco Central de Timor-Leste. Em particular, a Lei estipula as exigências seguintes:

- O capital do BCTL é de USD 20.000.000 totalmente subscrito e realizado.
- Será estabelecida uma conta de reserva geral para deter a diferença entre dez por cento da quantia agregada dos saldos de crédito de todas as contas mantidas nos livros da Autoridade por titulares de conta registados no balanço do Banco no fim de cada ano fiscal e USD 20.000.000.
- O capital do Banco não poderá servir de garantia nem ser penhorado.

Não houve nenhuma mudança material na administração do capital do Banco durante o período.

A afectação de capital entre operações e actividades específicas é, em larga medida, ditada pela necessidade para prover liquidez aos sistemas financeiro e económico de Timor-Leste. No mesmo sentido, uma proporção significativa de capital é afectada à manutenção de montantes físicos de moeda corrente em Timor-Leste, os quais não ganham nenhum juro, e em contas à ordem em bancos correspondentes.

## 5. Decisões críticas quanto à aplicação da política contabilística do Banco

Decisões contabilísticas críticas quanto à aplicação da política contabilística do Banco incluíram as seguintes:

Embora o Art.º 39 da Lei Orgânica do BCTL (Lei 5/2011) estabeleça que o Banco é autorizado

a abrir e manter trust accounts nos seus livros desde que os respectivos activos e passivos sejam separados dos activos e passivos do Banco, a administração deste, tendo solicitado conselho sobre o estabelecido na Lei do Fundo Petrolífero e nas IFRS, determinou que as responsabilidades e activos do Fundo Petrolífero geridos e registados em nome do Banco não devem, para efeitos de reporte, ser apresentados no balanço do Banco.

## 6. Segmentação da informação reportada

A função primária do Banco é agir como o banco central de uma área geográfica específica: Timor-Leste. O capital do Banco não é comercializado publicamente e não há nenhuma intenção que o venha a ser. Assim sendo, ao BCTL não é exigida a apresentação de informação segmentada.

## 7. Dinheiro e seus equivalentes

Mil USD	2013	2012
Dinheiro	27.546	21.151
Depósitos em bancos centrais	315.760	548.120
Bancos no país	72.429	71.194
Bancos-não residentes	50.515	327
<b>Total</b>	<b>466.250</b>	<b>640.792</b>

## 8. Títulos negociáveis

Mil USD	2013	2012
Títulos do Tesouro dos Estados Unidos	49.990	301.980
Títulos do Tesouro dos Estados Unidos	231.013	–
<b>Total</b>	<b>281.003</b>	<b>301.980</b>

## 9. Activos e responsabilidades financeiras

O quadro abaixo apresenta a classificação que o BCTL atribui a cada classe de activos e de responsabilidades, identificando a natureza e montantes dos activos e responsabilidades financeiras, com os seus valores estimados de mercado (excluindo os juros adicionados).

2013 Mil USD	Negociável	Dinheiro e depósitos	Custo amortizado	Outros	Total a transitar	Valor de mercado
Dinheiro e depósitos		466.250			466.250	466.250
Títulos negociáveis	281.003				281.003	281.003
Investimentos			24.529		24.529	24.529
Outros activos				4.288	4.288	4.288
<b>Total dos activos</b>	<b>281.003</b>	<b>466.250</b>	<b>24.529</b>	<b>4.288</b>	<b>776.070</b>	<b>776.070</b>
Depósitos do Governo			633.776		633.776	633.776
Outros depósitos			103.313		103.313	103.313
Provisões para transferência				621	621	621
Outras responsabilidades			12.294		12.294	12.294
Moeda emitida			6.885		6.885	6.885
<b>Total das responsabilidades</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>756.268</b>	<b>621</b>	<b>756.889</b>	<b>756.889</b>

2012 Mil USD	Negociável	Dinheiro e depósitos	Custo amortizado	Outros	Total a transitar	Valor de mercado
Dinheiro e depósitos		640.792			640.792	640.792
Títulos negociáveis	301.980				301.980	301.980
Investimentos			24.444		24.444	24.444
Outros activos				4.477	4.477	4.477
<b>Total dos activos</b>	<b>301.980</b>	<b>640.792</b>	<b>24.444</b>	<b>4.477</b>	<b>971.693</b>	<b>971.693</b>
Depósitos do Governo			818.841		818.841	818.841
Outros depósitos			119.567		119.567	119.567
Provisões para transferência				206	206	206
Outras responsabilidades			8.742		8.742	8.742
Moeda emitida			4.773		4.773	4.773
<b>Total das responsabilidades</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>952.023</b>	<b>206</b>	<b>952.229</b>	<b>952.229</b>

## 10. Instituições Financeiras Internacionais

### (A) Fundo Monetário Internacional

A República Democrática de Timor-Leste tornou-se membro do FMI em 23 de Julho de 2002. O Banco foi designado como o depositário oficial de acordo com o Artigo XIII dos Estatutos do FMI. De acordo com práticas contabilísticas geralmente aceites nos Bancos Centrais, o Banco inscreveu a quota de subscrição de Timor-Leste como um activo no seu balanço mas simultaneamente reconhece os depósitos do Fundo (numerário e títulos) como sua responsabilidade.

Em consequência, os saldos das contas do Fundo (denominadas em Direitos de Saque Especiais-DSE) são como segue

Subscrição da quota do FMI (activo)

DSE 8.200.000

Conta em Numerário do FMI (passivo)

DSE 21.500

Conta de títulos do FMI (passivo)

DSE 8.178.500

A conta de títulos do FMI reflecte o valor de uma Nota Promissória em custódia no BCTL a favor do FMI e pagável pelo Ministério das Finanças da RDTL enquanto agente fiscal do FMI em Timor-Leste. O balanço regista o valor equivalente em USD dos SDR/DSE à taxa de câmbio SDR/USD aplicável.

### (B) Grupo do Banco Mundial

A República Democrática de Timor-Leste tornou-se membro de três instituições que compõem o chamado “Grupo do Banco Mundial” em 23 de Julho de 2002. Ao abrigo das disposições relevantes dos Estatutos destas instituições, o BCTL foi designado como depositária oficial. De acordo com a prática generalizada, o Banco regista os saldos existentes com os membros do Grupo Banco Mundial numa base de responsabilidades líquidas. Os montantes subscritos denominam-se em dólares dos Estados Unidos e são como segue:

#### International Bank for

#### Reconstruction and Development

O Banco regista o saldo do balanço com o IBRD numa base de responsabilidades líquidas.

#### International Development Association

Timor-Leste subscreveu USD 349.842, dos quais USD 314.858 foram pagos sob a forma de uma Nota Promissória depositada no BCTL.

#### Multilateral Investment Guarantee Agency

Timor-Leste subscreveu 50 partes com um valor global de USD 541.000, dos quais USD 54.100 foram pagos sob a forma de uma Nota Promissória depositada no Banco.

### (C) Banco Asiático de Desenvolvimento

O Banco regista o saldo do balanço com o BAD numa base de responsabilidades líquidas.

Milhares dólares E.U.A.	2013	2012
<b>Fundo Monetário Internacional</b>		
IMF Conta nº1	32	32
IMF Conta Nº2	2	2
IMF Conta de Títulos	12.594	12.534
<b>Total</b>	<b>12.628</b>	<b>12.567</b>

## 11. Propriedade, instalações e equipamento

Mil USD

2013	Terreno e edifícios	Instalações	Equipamento de escritório	Computadores, Veículos etc	Total	
<b>Custo</b>						
Balanco de abertura	889	293	343	525	321	2.372
Aquisições	0	4	31	75	0	3
Balanco em 31 Dez 2012	889	297	374	600	321	2.481
Balanco em 1 Jan 2013	889	297	374	600	321	2.481
Aquisições	0	1	443	29	0	473
Balanco em 31 Dez 2013	889	298	817	629	321	2.954
<b>Depreciação</b>						
Balanco de abertura	465	234	248	512	243	1.702
Ajustamentos dos períodos anteriores	0	0	0	0	0	0
Depreciação no período	44	28	66	33	27	199
<b>Balanco em 31 Dez 2013</b>	<b>509</b>	<b>262</b>	<b>314</b>	<b>546</b>	<b>270</b>	<b>1.901</b>
<b>Montantes a transitar</b>						
Balanco de abertura	424	63	126	88	78	779
<b>Balanco em 31 Dez 2013</b>	<b>380</b>	<b>35</b>	<b>503</b>	<b>84</b>	<b>51</b>	<b>1.053</b>

Mil USD

2012	Terreno e edifícios	Instalações	Equipamento de escritório	Computadores, Veículos etc	Total	
<b>Custo</b>						
Balanco de abertura	889	293	343	525	321	2.372
Compras	0	4	31	75	0	109
<b>Balanco em 31 Dez 2012</b>	<b>889</b>	<b>297</b>	<b>374</b>	<b>600</b>	<b>321</b>	<b>2.481</b>
<b>Depreciação</b>						
Balanco de abertura	420	204	219	476	210	1.529
Depreciação no período	44	30	29	36	33	173
<b>Balanco em 31 Dez 2012</b>	<b>465</b>	<b>234</b>	<b>248</b>	<b>512</b>	<b>243</b>	<b>1.702</b>
<b>Montantes a transitar</b>						
Balanco de abertura	469	89	124	49	111	842
<b>Balanco em 31 Dez 2012</b>	<b>424</b>	<b>63</b>	<b>126</b>	<b>88</b>	<b>78</b>	<b>779</b>

Devido à inexistência de um sistema de registo de propriedade em Timor-Leste e de um mercado imobiliário no qual seja possível estabelecer, graças aos preços no mercado, o valor de estabelecimentos comerciais e outros tipos de propriedade, o Conselho de Administração do Banco mostrou-se incapaz de estabelecer um valor justo para o terreno e as instalações da sede da instituição.

Em resultado, o custo original da terra e dos edifícios foi considerado nulo, não tendo sido posteriormente feita qualquer avaliação dos mesmos.

Na data do balanço não havia prejuízos a registar.

## 12. Outros activos

Outros activos compreendem os seguintes:

Mil USD	2013	2012
<b>Outros Activos</b>		
Contas a receber	3.689	4.258
Juros a receber	343	63
Adiantamentos	2	1
Depósitos de segurança	4	4
Pré-pagamentos	15	11
Existências	235	140
<b>Total</b>	<b>4.288</b>	<b>4.477</b>

As existências compreendem o custo de moedas de centavos ainda não emitidas mas existentes nos cofres do Banco Central. À data do balanço não havia a registar quaisquer prejuízos nestes activos.

## 13. Depósitos do Governo

Mil USD	2013	2012
Fundo consolidado (OGE)	352.965	341.966
Fundo de Infraestruturas	277.586	469.214
Fundo de desenv. do capital humano	3.225	7.761
<b>Total</b>	<b>633.776</b>	<b>818.941</b>

## 14. Outros depósitos

Mil USD	2013	2012
Instituições financeiras nacionais	78.784	95.123
Instituições financeiras internacionais (líquido)	12.628	12.567
<b>Total</b>	<b>91.412</b>	<b>107.690</b>

## 15. Provisão para a transferência de excedente para o Governo de Timor-Leste

O Artº 9 da Lei Orgânica do Banco Central de Timor-Leste, Lei nº 5/2011, determina que o lucro líquido do Banco, depois das deduções estatutárias para a Conta de Reserva Geral e a Conta de Reserva Adicional, seja transferido para o Governo de Timor-Leste.

Uma quantia equivalente a 50 por cento dos lucros deverá ser debitada à conta de reserva geral até que o capital autorizado e as reservas gerais equivalem a 10 por cento do total de activos financeiros do Banco, a transferência para o Governo será feita como segue:

Mil USD	2013	2012
<b>Transferência para o Governo</b>		
Balanço da Conta Geral de Reserva	-	-
Lucro líquido do ano terminado em 31 Dez 13	621	411
Transferência para/da Reserva Geral	-	-205
<b>Total Transferência para o Governo</b>	<b>621</b>	<b>206</b>

## 16. Outras responsabilidades

Mil USD	2013	2012
<b>Outras responsabilidades</b>		
Outras contas pagáveis	3.906	4.932
Impostos retidos a pagar	63	2
Provisão para a conta de serviço prolongado	189	160
Letras de crédito	8.125	3.611
Contas operacionais	11	38
<b>Total</b>	<b>12.294</b>	<b>8.742</b>

## 17. Direitos de Saque Especiais

Este item refere-se à responsabilidade em relação à parte de Timor-Leste dos Direitos de Saque Especiais (Special Drawing Rights) no Fundo Monetário Internacional de 7.727.908 DSE. A responsabilidade montava a 11.864.492 USD à data de 31 de Dezembro de 2011 utilizando a taxa de câmbio do USD em relação aos DSE. O montante é um passivo de longo prazo da Autoridade.

Mil USD	2013	2012
<b>Responsabilidade de longo prazo</b>		
Conta de depósito de DSE do FMI	11.901	11.877
<b>Total</b>	<b>11.901</b>	<b>11.877</b>

## 18. Capital e reservas

O capital do Banco é de 20.000.000 USD. As seguintes reservas são estabelecidas pelo artigo 10.1 da lei do Banco Central:

- Uma quantia equivalente a 50 por cento dos ganhos é creditada na conta de reserva geral, até que o capital e a reserva geral representem 10 por cento do total de activos financeiros do Banco;
- Uma parte dos ganhos restantes pode, sob proposta do Conselho de Administração, aprovada pelo Governo, ser creditada nas contas de reserva especiais estabelecidas nos termos do n.º 4 do artigo 8.º, até que as contas de reserva atinjam um montante que o Conselho de Administração considere adequado;
- Depois de deduzidas as quantias referidas nas alíneas a) e b), os lucros restantes são utilizados para amortizar os títulos emitidos pelo Banco, sendo o remanescente transferido para o Tesouro e inscrito como receita no Orçamento Geral do Estado.

Além disso, é estabelecida a reserva seguinte como consequência da detenção de activos reconhecidos nas contas do BCTL como susceptíveis de serem negociados:

- Uma Reserva de Valor que retenha as alterações líquidas acumuladas no valor estimado de mercado de investimentos susceptíveis de serem comercializados até que eles deixem de constar dos activos da instituição ou apresentem prejuízo.

## 19. Responsabilidades contingentes

Em 31 de Dezembro de 2013 não havia responsabilidades contingentes.

## 20. Rendimento líquido sob a forma de juros

Mil USD	2013	2012
<b>Rendimento de juros de ativos financeiros</b>		
Juros de depósitos em outros bancos centrais	128	192
Juros de investimentos negociáveis	914	288
Juros de depósitos em bancos no país	1.363	810
<b>Total do rendimento em juros</b>	<b>2.405</b>	<b>1.290</b>
<b>Juros pagos às responsabilidades financeiras</b>		
Juros pagos aos depósitos do Governo	228	186
Juros pagos aos depósitos de bancos comerciais	2	1
<b>Total das despesas em juros</b>	<b>230</b>	<b>187</b>

## 21. Rendimentos de Taxas e de Comissões cobradas

Mil USD	2013	2012
<b>Taxas e de Comissões</b>		
Taxas por levantamento de notas/moedas	21	36
Taxas de licenciamento e supervisão	55	53
Taxas de gestão da conta do Governo	500	500
<b>Total das taxas e comissões</b>	<b>576</b>	<b>589</b>

## 22. Taxa de gestão do Fundo Petrolífero

De acordo com o previsto na Lei do Fundo Petrolífero N° 12/2011 o Banco é autorizado a cobrar uma taxa pela administração operacional do Fundo Petrolífero de Timor-Leste que represente razoavelmente o custo de administrar o referido Fundo. O saldo do Fundo Petrolífero em 31 de Dezembro de 2013 era de

14.952 milhões de USD (valor não auditado). A taxa de administração estabelecida do FP foi de 8,5 milhões de USD, incluindo competência e o custo paga para a custódia e serviços de gestão externos foi de 6.400 mil dólares e o resíduo foi a gestão interna quando medidos em relação ao saldo médio dos fundos administrados durante o ano.

## 23. Despesas com o pessoal

Mil USD	2013	2012
<b>Despesas com o pessoal</b>		
Salários e outras remunerações equivalentes	849	668
Pagamentos para o bem-estar dos funcionários	70	72
Despesas com a formação do pessoal	170	183
Representação em conferências e similares	251	118
<b>Total das despesas com o pessoal</b>	<b>1.340</b>	<b>1.042</b>

## 24. Despesas de administração

Mil USD	2013	2012
<b>Despesas de administração</b>		
Despesas de Conselho de Administração	256	0
Despesas de manutenção dos activos	30	20
Comunicações	29	32
Sistemas de Informação	90	92
Seguros	0	24
Despesas gerais	0	0
Despesas de expediente	120	85
Comissões a profissionais	913	684
Outros despesas de administração	159	143
<b>Total das despesas de administração</b>	<b>1.597</b>	<b>1.080</b>

## 25. Fundo Petrolífero de Timor-Leste

O Banco é responsável pela administração operacional do Fundo Petrolífero de Timor-Leste conforme a Lei 12/2011 sobre o Fundo Petrolífero de Timor-Leste e um Acordo de Administração Operacional assinados entre o Banco e o Ministério das Finanças.

No quadro desses arranjos legislativos, o Banco estabeleceu os seguintes mecanismos para a realização da referida administração:

1. Foi aberta pelo Banco, em seu próprio nome e no Banco de Reserva Federal de Nova Iorque, uma conta destinada especificamente e apenas a receber todos os pagamentos de outros relativos a receitas de petróleo.
2. Os investimentos do Fundo Petrolífero e os acordos de custódia com eles relacionados são efectuados em nome do Banco.
3. O BCTL não é responsável por perdas que surjam das operações do Fundo Petrolífero a não ser que tais perdas surjam de negligência do Banco ou dos seus empregados.

Tomando em consideração as normas estabelecidas pelos padrões internacionais de contabilidade, os activos e passivos do Fundo Petrolífero não são incluídos no balanço do Banco.

Os activos e passivos do Fundo Petrolífero a 31 de Dezembro de 2013 eram como segue:

Mil USD	2013	2012
<b>Activos do Fundo Petrolífero</b>		
Dinheiro e depósitos	70.190	60.884
Outros valores recebíveis	47.851	6.478
Activos financeiros ao valor de mercado	14.869.088	11.711.145
MENOS: títulos com compra pendente	(35.030)	-3.158
<b>Total dos activos</b>	<b>14.952.099</b>	<b>11.775.349</b>
<b>Capital</b>	<b>14.952.099</b>	<b>11.775.349</b>

## 26. Transacções com partes com relações com a Autoridade

### Controlador em última instância

O capital do Banco é detido pela República Democrática de Timor-Leste e não inclui outros direitos de voto ou controlo que não os desta. O Banco encontra-se legalmente estabelecida como entidade pública distinta e autónoma, responsável perante o Governo, com o controlo sobre as políticas financeiras e operacionais distribuído entre o Conselho de Administração e o Governador. O Artº 3.2 da Lei 5/2011 sobre o Banco Central dá a este completa autonomia legal, operacional, administrativa e financeira relativamente a qualquer outra pessoa ou entidade, incluindo o Governo e quaisquer das suas agências e órgãos ou entidades subsidiárias.

### Conselho de Administração

Durante o ano fiscal a que este relatório diz respeito nenhum dos membros do Conselho de Administração era exterior aos quadros de gestores de topo da Instituição, cujas remunerações são divulgadas abaixo.

### Pessoal de topo da Administração

A administração do Banco é exercida por um Comité de Gestão que inclui o Governador e cinco dos membros de categoria mais elevada do pessoal.

### Entidades relacionadas com o Governo da RDTL

O Banco presta serviços bancários numa base de íntima relação ao Ministério das Finanças e a outras entidades públicas que estão isentas dos requisitos de informação do parágrafo 18 da IAS 24 "Informação sobre entidades relacionadas" relativamente às transacções com elas e os balanços resultantes, incluindo compromissos assumidos.

Mil USD	2013	2012
<b>Remunerações da Administração</b>		
Benefícios de curto prazo (remunerações)	134	102
Benefícios de longo prazo	6	7
<b>Total</b>	<b>140</b>	<b>109</b>

## 27. Autorização de publicação da Declarações Financeiras

Estas declarações financeiras foram autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração do Banco Central de Timor-Leste em 28 de Abril de 2014.

## Relatório Dos Auditores Independentes



### INDEPENDENT AUDITOR'S REPORT TO THE GOVERNING BOARD OF BANCO CENTRAL DE TIMOR-LESTE

#### Report on the financial report

We have audited the accompanying financial statements of Banco Central de Timor-Leste (BCTL), which comprises the statement of financial position as at 31 December 2013, and the statement of profit or loss and other comprehensive income, statement of changes in equity and statement of cash flows for the year ended on that date, notes 1 to 27 comprising a summary of significant accounting policies and other explanatory information.

#### *Governors' responsibility for the financial report*

The Governors of BCTL are responsible for the preparation and fair presentation of the financial report in accordance with the International Financial Reporting Standards and in accordance with the Central Bank Law no 5/2011 and for such internal control as the Governors determine is necessary to enable the preparation of the financial report that is free from material misstatement whether due to fraud or error.

#### *Auditor's responsibility*

Our responsibility is to express an opinion on the financial report based on our audit. We conducted our audit in accordance with International Standards on Auditing. These Auditing Standards require that we comply with relevant ethical requirements relating to audit engagements and plan and perform the audit to obtain reasonable assurance whether the financial report is free from material misstatement.

An audit involves performing procedures to obtain audit evidence about the amounts and disclosures in the financial report. The procedures selected depend on the auditor's judgement, including the assessment of the risks of material misstatement of the financial report, whether due to fraud or error. In making those risk assessments, the auditor considers internal control relevant to the entity's preparation of the financial report that gives a true and fair view in order to design audit procedures that are appropriate in the circumstances, but not for the purpose of expressing an opinion on the effectiveness of the entity's internal control. An audit also includes evaluating the appropriateness of accounting policies used and the reasonableness of accounting estimates made by the directors, as well as evaluating the overall presentation of the financial report.

We performed the procedures to assess whether in all material respects the financial report presents fairly, in accordance with International Financial Reporting Standards, a view which is consistent with our understanding of the entity's financial position and of its performance and cash flows.

We believe that the audit evidence we have obtained is sufficient and appropriate to provide a basis for our audit opinion.

#### *Independence*

In conducting our audit, we have complied with the independence requirements of the International Financial Reporting Standards.

#### *Auditor's opinion*

In our opinion, the financial report presents fairly, in all material respects, in accordance with International Financial Reporting Standards, the financial position of BCTL as of 31 December 2013 and of its financial performance and its cash flows for the year then ended.

KPMG

Clive Garland  
Partner

Darwin

29 April 2014

KPMG, an Australian partnership and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Liability limited by a scheme approved under Professional Standards Legislation.

Obrigado!

Dili, 2014 Disponível em [www.bancocentral.tl](http://www.bancocentral.tl) Publicações